



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E  
DESENVOLVIMENTO

Christiano Mór Giongo

**Caminho dos Vales e das Águas:**  
os primeiros laços da formação de um arranjo produtivo local de turismo.

Tramandaí - RS  
2022

Christiano Mór Giongo

**Caminho dos Vales e das Águas:**

os primeiros laços da formação de um arranjo produtivo local de turismo.

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Alexandre Mengel.

Tramandaí - RS

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Giongo, Christiano Mór  
Caminho dos Vales e das Águas: os primeiros laços  
da formação de um arranjo produtivo local de turismo /  
Christiano Mór Giongo. -- 2022.  
114 f.  
Orientador: Alex Alexandre Mengel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de  
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e  
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022.

1. Cluster de turismo. 2. Arranjo produtivo local.  
3. Campo. 4. Capital. 5. Redes. I. Mengel, Alex  
Alexandre, orient. II. Título.

Christiano Mór Giongo

**Caminho dos Vales e das Águas:**

os primeiros laços da formação de um arranjo produtivo local de turismo

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvia Lima de Aquino  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Glauco Schultz  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Professor Dr. Alex Alexandre Mengel  
Orientador

Tramandaí, 2022.

Este trabalho é dedicado ao meu pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Certamente, este é o melhor momento deste trabalho, pois sua realização foi condicionada à renúncia de outros momentos da vida social e, por isso, vários agradecimentos são necessários. Ao mesmo tempo, algumas pessoas participaram diretamente da sua construção e, portanto, devem ser homenageadas.

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Juliana. Certamente não teria sido possível concluir o trabalho sem sua compreensão e compensação. Compreensão, por eu não poder estar presente em alguns momentos importantes, e compensação, por suprir minha ausência neste período. Obrigado!

Aos meus filhos, João, Teresa e Catarina, que talvez não entendam, ainda, o quanto foi importante concluir este trabalho, nem o quanto me ausentei por isso, mas espero, sinceramente, que compreendam, absorvam, perdoem-me e inspirem-se. Obrigado! Obrigado! Obrigado!

À minha mãe, Vera, e aos meus irmãos, Márcio e Alexandre. Por terem me ensinado, por terem me inspirado, por terem compreendido o fato de eu não estar presente em mais momentos e, principalmente, por terem me apoiado. Obrigado! Obrigado! Obrigado!

À família Mór, à família Giongo, à família Estevam Scheffer, pela compreensão quanto à nossa eventual ausência e também por todo o apoio. Obrigado!

Aos meus diretores e amigos, Jomara e Fabiano, por terem apoiado a realização deste sonho, por terem flexibilizado a jornada de trabalho e pelas oportunidades que criaram. Obrigado! Obrigado!

Ao meu orientador, Alex, aos demais professores do PGDREDES, e a todos os demais professores de minha trajetória por todos os ensinamentos. Obrigado!

À Giovana, pela finalização das transcrições. Obrigado!

Aos meus colegas de trabalho. Aos meus colegas de mestrado. Aos entrevistados desta pesquisa. Obrigado!

À UFRGS, mais uma vez. Obrigado!

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender os elementos fundamentais do processo de conformação de um arranjo produtivo local de turismo a partir da análise da criação da rota denominada Caminho dos Vales e das Águas, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Para tal, foram adotados, principalmente, os conceitos de redes, sob o aspecto social, e de campo, de Pierre Bourdieu, dentre outros da sociologia econômica. O setor de turismo foi considerado o campo, neste sentido, e o Caminho dos Vales e das Águas, uma nova organização, que pode modificar a posição dos atores no processo de alianças e de disputas socioeconômicas no território. Como método, utilizou-se da análise de publicações estatísticas, seguindo com análise documental das reuniões do grupo, compreensão da evolução das políticas públicas do setor, e realização de entrevistas semi-estruturadas. Como resultado, obteve-se a compreensão de quem foram os agentes envolvidos, quais eram suas posições no campo e quais estímulos internos e externos tiveram para conformação do arranjo.

**Palavras-chave:** cluster de turismo, APL, campo, capital, redes.

## ABSTRACT

This work aimed to understand the fundamental elements of a tourism cluster conformation process, created from the touristic route called Caminho dos Vales e das Águas, on the north coast of Rio Grande do Sul. To this end, the networks concepts, under social aspect, and field notion, by Pierre Bourdieu, among others from economic sociology, were adopted. The tourism sector was considered the field, in this sense, and Caminho dos Vales e das Águas, a new organization, which may change the position of actors in the process of alliances and disputes in territory. As method, the analysis of statistical publications was used, followed by documental analysis of the group meetings, understanding of the evolution of public policies in the sector, and semi-structured interviews. As result, it was possible to understand who were the agents involved, what were their positions in the field and what internal and external stimuli they had for the conformation of the arrangement.

**Keywords:** tourism cluster, field, capital, networks.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas metodológicas cumpridas durante a pesquisa. ....	21
Figura 2 – Períodos de ocupação do Litoral Norte do RS. ....	49
Figura 3 – Estimativa de crescimento populacional durante o veraneio.....	50
Figura 4 – Municípios que compõem o Caminho dos Vales e das Águas.....	58
Figura 5 – Casa histórica em Dom Pedro de Alcântara. ....	59
Figura 6 – Cascata Pedra Branca, em Três Forquilhas. ....	59
Figura 7 – Santuário Nossa Senhora de Lourdes em Dom Pedro de Alcântara .....	60
Figura 8 – Balonismo sobre o Rio Mampituba.....	60
Figura 9 – Ponte dos Cornélios em Terra de Areia. ....	61
Figura 10 – Beira-mar de Torres durante o verão. ....	61
Figura 11 – Segmentação de acordo com a característica de cada município .....	65
Figura 12 – C. C. em reunião realizada em Torres em maio de 2018.....	67
Figura 13 – Lançamento da rota em Torres. ....	68
Figura 14 – <i>Timeline</i> dos encontros de formação do Arranjo Produtivo Local. ....	69
Figura 15 – C. C. em apresentação na primeira reunião em Três Cachoeiras. ....	74
Figura 16 – C. C. discursando na segunda reunião em Três Cachoeiras. ....	74
Figura 17 – Fotografia do grupo no quinto encontro. ....	75
Figura 18 – Quantidade de participantes por encontro realizado. ....	80
Figura 19 – Região turística Litoral Norte Gaúcho. ....	88
Figura 20 – Território do Geoparque Caminho dos Cânions.....	91
Figura 21 – Variação da arrecadação federal através do setor de turismo. ....	94

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

APL – Arranjo produtivo local

ATL-Norte – Associação do Turismo do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Cadastur – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNtur – Confederação Nacional de Turismo

COOMAFITT – Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três forquilhas

CVA – Caminho dos Vales e das Águas

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IGR – Instância de governança municipal

MTur – Ministério do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

Plantur – Plano Nacional de Turismo

RS – Unidade Federativa do Rio Grande do Sul

SC – Unidade Federativa de Santa Catarina

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC – Serviço Social do Comércio

UCS – Universidade de Caxias do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
<b>2 CAPÍTULO I: FATORES DA FORMAÇÃO DE UM APL</b> .....	<b>22</b>
2.1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL) .....	23
2.1.1 Conceito e nomenclaturas correlatas.....	23
2.1.2 Características de um APL.....	24
2.1.3 Fatores de formação de um APL .....	25
2.1.4 Clusters de turismo .....	26
2.2 REDES .....	28
2.2.1 Origens do conceito .....	28
2.2.2 Análise de redes .....	30
2.3 REFLEXÕES DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA.....	33
2.3.1 Campo e Capital .....	34
2.3.2 O campo econômico .....	36
2.3.3 O campo político .....	37
2.3.4 Instituições .....	38
2.3.5 Agência .....	39
2.3.6 Domínios e Arenas.....	40
2.3.7 Habitus e Interfaces .....	41
2.3.8 Comparativo de conceitos da sociologia econômica.....	42
<b>3 CAPÍTULO II: DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL À FORMAÇÃO DO APL</b> .....	<b>44</b>
3.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE GAÚCHO.....	44
3.1.1 As primeiras dinâmicas de ocupação.....	45
3.1.2 O surgimento do turismo.....	46
3.1.3 As dinâmicas recentes e o devir .....	50

3.2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	52
3.2.1 Os três principais marcos das políticas de turismo no Brasil .....	52
3.2.2 Afirmação das políticas de descentralização do turismo.....	54
3.2.3 Considerações finais sobre as políticas públicas do turismo .....	56
3.3 A ROTA DENOMINADA CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS.....	57
3.3.1 Características do arranjo .....	57
3.3.2 Dados socioeconômicos dos municípios .....	61
3.3.3 Etapas da criação da rota .....	63
<b>4 CAPÍTULO III: ANÁLISE DO CAMPO DO TURISMO .....</b>	<b>70</b>
4.1 ANÁLISE DO CAMPO POLÍTICO E DO CAMPO ECONÔMICO .....	70
4.1.1 Análise dos agentes e seu capital.....	72
4.1.2 A participação dos agentes.....	77
4.1.3 Alternância de gestão e seus efeitos .....	81
4.1.4 A esfera pública e a iniciativa privada .....	82
4.1.5 A busca pelo capital econômico.....	84
4.2 FATORES EXTERNOS À FORMAÇÃO DA ROTA .....	87
4.2.1 A instituição da instância de governança regional .....	88
4.2.2 A intersecção com a rota já afirmada.....	91
4.2.3 O efeitos da pandemia COVID-19 no turismo .....	94
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A concentração de indústrias em uma determinada região gera diversos benefícios socioeconômicos para ela, como o aumento da produtividade para os atores envolvidos, formação de novos negócios, aumento da especialização das organizações e dos trabalhadores, maior transmissão de conhecimento tácito e explícito, empregabilidade, dentre outros citados pelos diversos autores que estudam o tema, desde Alfred Marshall. Tais concentrações são conhecidas por *arranjos produtivos locais* e ganharam maior notoriedade a partir dos anos 1990, com o advento das tecnologias da informação e da comunicação.

Especificamente no turismo, o termo *cluster* é mais comumente utilizado para referir-se a estas concentrações econômicas e geográficas. Diferentemente dos *clusters* tradicionais, que se caracterizam por terem integração horizontal e vertical em suas cadeias, o *cluster* de turismo promove uma integração diagonal, ou seja, potencializa a promoção de produtos complementares uns aos outros. *Clusters* ou arranjos produtivos locais de turismo são o resultado da complementaridade de organizações locais que participam de uma dinâmica associativa formada por alianças e redes.

No litoral norte do Rio Grande do Sul, um novo arranjo produtivo local de turismo começou a ser formar a partir de 2018, através da coalizão de diversos agentes interessados no fomento do turismo na região. Esse arranjo foi instituído oficialmente através de uma associação, denominada Caminho dos Vales e das Águas, reunindo agentes de nove municípios do norte do litoral norte gaúcho, região que conta com diversas potencialidades naturais e culturais importantes, além de já possuir infraestrutura de acesso consolidada, grande proximidade a centros urbanos e tendo a prática do turismo de sol e mar sazonal já fortalecida.

Este arranjo recém criado serviu de objeto de pesquisa empírica para compreender quem eram os agentes envolvidos na sua formação, como se caracterizavam suas relações com os demais e que tipos de estímulos tinham para conformar o arranjo e para estabelecer a associação.

Esta pesquisa teve por objetivo principal, portanto, compreender os elementos fundamentais do processo de conformação de um arranjo produtivo local de turismo a partir da análise da criação da rota denominada Caminho dos Vales e

das Águas, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Buscou-se, com este estudo, compreender: (i) quem eram os atores fundamentais do processo, (ii) quais eram os seus objetivos, (iii) quais as posições que ocupam na rede e (iv) como se davam suas relações. Foi considerada, para a análise, a existência de estímulos externos ao território para compreender como foi sua formação.

Inicialmente, utilizou-se o conceito de redes, especialmente a partir de Mark Granovetter, Ronald Burt e Norman Long, para entender como se davam as relações sociais de formação do arranjo. Percebeu-se, no entanto, que a análise de redes era útil para a compreensão de uma rede formada, mas não era a chave para explicar o que movia os seus agentes a estabelecê-la. Por isso, outras teorias da sociologia econômica foram incorporadas à pesquisa, especialmente aquelas utilizadas por Pierre Bourdieu, tais como *campo*, *habitus* e *capital*. Adicionalmente, outros conceitos foram incluídos, como os de *instituições*, de *agência*, *domínios*, *arenas* e *interfaces*.

O setor de turismo foi considerado o campo social de análise, no sentido tratado por Pierre Bourdieu, e o Caminho dos Vales e das Águas, uma nova organização, que pode modificar a posição dos atores – inclusive dos seus criadores – no processo de disputas socioeconômicas no território. O conceito de campo foi importante para compreender o papel assumido por cada um dos atores envolvidos na conformação do arranjo produtivo do Caminho dos Vales e das Águas porque, a partir dele, é possível considerar a agência de cada um dos atores envolvidos, bem como as regras que orientam suas tomadas de decisões, e as relações sociais entre si.

Apesar de a prática de turismo ocorrer no litoral norte gaúcho há quase um século (LOPES et al, 2018), verifica-se que, apenas recentemente, movimentos mais ordenados e em diversos segmentos vêm ocorrendo entre os agentes locais para estabelecer relações e incentivar o turismo de forma ordenada, com a criação de rotas, caminhos e associações (COOMAFITT, 2017; ROCHA, 2018; O SUL, 2019). Esses movimentos oportunizaram uma investigação sobre como se estabelece uma rede de relações entre os diferentes tipos de agentes envolvidos desde o início da formação de um arranjo produtivo local.

Acredita-se que poucos estudos existam utilizando os conceitos de redes e de campo para analisar a formação de um arranjo turístico e, por isso, também, esta pesquisa é importante. Encontram-se, na literatura, diversos trabalhos que tratam de caracterizar *clusters* de turismo, como os de Barbosa e Zamboni (2001), Carner (2001) e de Ortiz et al (2020), ou analisar a rede de atores no segmento, tais como os de Novelli et al (2006) e de Racherla e Hu (2010). Especificamente da análise da rede e do campo de um arranjo produtivo local de turismo, entretanto, parece ser bastante incipiente, sobretudo na língua portuguesa. Apenas alguns estudos com algumas características similares foram publicados mais recentemente para tratar da análise de campo da rede formada por agentes no âmbito municipal, influenciados também pelas políticas públicas de turismo, como os trabalhos de Pimentel (2020), Oliveira e Pimentel (2020) e Pimentel et al (2022), mas sem abordar a temática de arranjos produtivos locais,

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos do projeto, foi utilizado método qualitativo, com análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Através deste método, buscou-se entender os significados sociais e históricos da região (CRESWELL, 2007). Pelo fato de o entrevistador estar presente, possibilitou que as dúvidas que surgiram em relação às respostas fossem tiradas na mesma hora, promovendo maior esclarecimento quanto a algum significado. Além disso, entrevistas qualitativas permitiram que se confrontassem divergências de ideias de forma imediata (MARCONI E LAKATOS, 2002).

Primeiramente, foram levantados, analisados e consolidados os dados socioeconômicos dos municípios participantes do Caminho dos Vales e das Águas, o que foi feito através de pesquisa exploratória no IBGE. Acredita-se, entretanto, que os dados levantados podem não ser fidedignos à realidade atual da região, visto que o último censo realizado foi em 2010 e a região, cujas dinâmicas sociais são relativamente recentes (STROHAECKER, 2007; LOPES et al 2018), pode ter tido mudanças mais expressivas do que foi estimado. Paiva et al (2021) identificaram, por exemplo, que o litoral gaúcho teve aumento da arrecadação tributária muito superior às demais regiões gaúchas durante 2020 e concluem que pode ser

influência do aumento temporário da população, devido à pandemia do COVID-19, mas antes disso, concluem sobre a dificuldade de se obter dados úteis e atuais em âmbito governamental.

Em paralelo, foi realizada análise documental com as atas das reuniões da formação da rota, o que permitiu identificar os atores que iniciaram o processo, as dinâmicas de adesão dos demais atores, as desistências, assim como a cadência de encontros e as principais definições. Segundo Cellard (2012), análise documental evita que sejam esquecidos fatos importantes e que acontecimentos sejam deformados além de permitir confrontar as informações fornecidas pelo entrevistado.

Notícias sobre a formação do arranjo também foram buscadas para respaldar alguns elementos constantes em ata, e também reunir dados sobre os agentes mais relevantes na formação da rota. Estes levantamentos permitiram ao pesquisador que se aproximasse mais do objeto de pesquisa e compreendesse melhor as dinâmicas sociais e econômicas da região e da formação do cluster.

Teve-se que tomar o cuidado necessário em relação à análise dos dados para evitar má interpretação e conclusões errôneas, sobretudo pelo fato de o pesquisador estar inserido no contexto turístico regional a partir de seus labores. Assim, foi extremamente necessário tentar se esquivar do conhecimento adquirido pelo senso comum. Champagne (1996) alerta sobre a dificuldade de separar o senso comum das verdadeiras representações sociais e que há, atualmente, um verdadeiro “senso comum erudito”. Da mesma forma, Bourdieu et al (2010, p. 21) afirmam que “a vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures”.

Um verdadeiro procedimento científico implica reflexividade, ruptura com o senso comum e, sobretudo, trabalho de construção de uma problemática do tipo científico. Tal postura permite, assim, determinar em quais condições é possível utilizar, no quadro de uma pesquisa, os numerosos produtos coletados por esses procedimentos de enquete, mostrando que, em si, não existem boas ou más pesquisas, mas somente interpretações apropriadas ou errôneas dos dados coletados (CHAMPAGNE, 1996, p. 173-174).

Bourdieu (2003) rechaça o discurso de neutralidade científica ao lembrar

que o pesquisador também se encontra em um campo de disputas, tendo seus próprios interesses, e por isso destaca dois fatores como essenciais para produção científica verdadeira: o interesse que o pesquisador tem em saber e fazer saber a verdade e a capacidade que tem de produzi-la. Este, sem dúvida, foi o principal desafio deste pesquisador, que, além de trabalhar com o turismo no Litoral Norte gaúcho (mesmo que fora do Caminho dos Vales e das Águas), acredita veementemente no potencial turístico da região. Por isso, constantemente foi buscada a vigilância epistemológica, dita por Bourdieu et al (2010).

A próxima etapa objetivava a realização de entrevistas semi-estruturas, o que exigiu três reflexões prévias: quais seriam as pessoas com maior potencial de colaboração para a pesquisa, como deveriam ser elaboradas as perguntas e qual deveria ser a postura do pesquisador. Este foi o momento de entender como o Caminho dos Vales e das Águas surgiu, com que motivações foi concebido, quais eram os seus objetivos e os seus principais desafios, quando começou a ser pensada a rota, quem eram as pessoas e organizações que estavam à frente do processo. Foi através das entrevistas que a compreensão sobre como era o campo em que os agentes se encontravam foi mais aprofundada, assim como quais eram os capitais que estavam em disputa, bem como, qual era a posição que cada um ocupava dentro do campo pôde ser elucidada.

De acordo com Gaskell (2002, p. 65) a entrevista qualitativa:

fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Por isso, não foram adotados questionários estruturados que deveriam ser respondidos com rigidez e padrão. Adotou-se um tópico-guia que possibilitou ao entrevistado falar longamente, usando suas próprias palavras e tendo tempo para refletir sobre o assunto. Entrevistas abertas permitem que sejam obtidos esclarecimentos adicionais que auxiliam a melhor compreensão pelo entrevistado ou pelo entrevistador (CRESWELL, 2007; FLICK, 2009; GASKELL, 2002).

A escolha dos entrevistados se deu, primeiramente, através da análise das atas de participação entre 2017 e 2019. Teve-se acesso a 15 atas de reunião,

das quais 11 tinham lista de presença, sendo uma delas o encontro de apresentação da nova rota. As atas foram enviadas em arquivo do tipo PDF por um dos participantes da fundação da associação.

Depois de identificar aqueles com mais assiduidade e com maior participação das dinâmicas naquele período, foram acrescentados outros que deram continuidade ao projeto nos anos seguintes, e outros com elevado capital turístico, mas com baixa participação na coligação estabelecida. Assim, chegou-se a um número de 10 agentes para serem entrevistados, sendo 5 que participaram ativamente da formação do Caminho dos Vales e das Águas e outros 5 que tinham um papel importante no turismo destes municípios, mas que não participaram diretamente da formação da rota. A representação dos envolvidos também ficou dividida entre a esfera pública e o setor privado. Acredita-se que foi importante a representação de ambas as esferas, por se tratarem de campos diversos, que têm regras e ambições distintas – mesmo que inter-relacionadas – e isso pode influenciar as respostas. A diversidade de agentes é importante para evitar que haja somente falas convergentes e enraizadas no espaço social.

Tabela 2 – Características dos entrevistados.

<b>N</b>	<b>Participou da formação da Rota</b>	<b>Representação atual</b>	<b>Localidade</b>
#1	Não	Empreendedor	Externo
#2	Não	Órgão Municipal	Torres
#3	Não	Empreendedor / Sociedade Civil	Torres
#4	Não	Empreendedor	Itati / Mampituba
#5	Não	Órgão Municipal	Mampituba
#6	Sim	Órgão Municipal	Terra de Areia
#7	Sim	Empreendedor / Sociedade Civil	Itati / Três Forquilhas / Terra de Areia
#8	Sim	Órgão Municipal	Arroio do Sal
#9	Sim	Empreendedor / Sociedade Civil	Morrinhos do Sul
#10	Sim	Órgão Municipal	Três Forquilhas

Fonte: elaborado pelo autor.

Daqueles que participaram ativamente, foram escolhidos três que tiveram papel relevante desde o início e dois que tiveram destaque depois, sendo que, dos

cinco, três representantes eram da esfera pública e dois da iniciativa privada. Já daqueles que não tiveram participação, foram escolhidos dois secretários municipais de turismo de municípios em destaque neste setor, e três empreendedores diversos, sendo um com notoriedade recente na região, um guia externo com interesse no local como destino e um empreendedor de renome, presidente de um sindicato do setor.

As entrevistas foram realizadas individualmente, para que se conseguisse ouvir cada um dos envolvidos de forma plena e profunda, já que, normalmente, em associações, há posicionamentos claros e hierarquias que poderiam comprometer a fala de alguns se fossem utilizadas entrevistas com grupos focais.

A maioria das entrevistas foi realizada através de chamadas de vídeo, principalmente devido à Pandemia do COVID-19, que exigiu distanciamento social severo durante este período. Apenas uma das entrevistas foi realizada presencialmente e uma através de gravação de áudios, esta última devido à falta de disponibilidade do entrevistado para fazer uma entrevista através de vídeo-chamada. Para mitigar possíveis influências deste recurso, no entanto, foi combinado que, sempre que o entrevistado ouvisse a pergunta, ele enviaria a resposta imediatamente. Da mesma forma, sempre que o entrevistador ouvisse a resposta, enviaria a pergunta seguinte no mesmo momento. Esta estratégia foi escolhida com a intenção de evitar reflexões excessivas por parte de ambos, e de aumentar a espontaneidade da conversa, simulando uma entrevista face a face.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para facilitar a lembrança daquilo que foi dito, pois, de acordo com Gaskell (2002, p.85), “ao ler as transcrições, são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista”. O processo de transcrição também foi feito com zelo, pois uma palavra ou uma vírgula fora do lugar pode alterar completamente o sentido da frase, podendo o próprio processo de transcrição ser entendido como uma primeira interpretação, conforme alerta Bourdieu (1997, p. 709):

A mesma disposição está em ação no trabalho de construção ao qual submete-se a entrevista gravada — o que permitirá andar mais depressa na análise dos procedimentos de transcrição e de análise. Pois é claro que a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar de uma vírgula, por

exemplo, podem comandar todo o sentido de uma frase) já é uma verdadeira tradução ou até uma interpretação. Com mais razão ainda, a que é aqui proposta: rompendo com a ilusão espontaneísta do discurso que "fala de si mesmo", a transcrição joga deliberadamente com a pragmática da escrita (principalmente pela introdução de títulos e de subtítulos feitos de frase tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar.

Nota-se que o processo de transcrição é moroso e requer muita atenção. Confirma-se o quão necessário é, após fazê-lo pela primeira vez. Ocorre que, neste processo, cada frase deve ser completamente entendida para que a transcrição ocorra corretamente, com as vírgulas e pontos corretamente colocados, identificando sujeito e predicado. Quando cada frase é novamente pensada através das normas gramaticais da língua, o processo de reflexão torna-se mais aprofundado em relação à fala do entrevistado. Cada pedacinho do argumento é repensado. A existência de repetições de alguns termos surge, e aponta para algo que o entrevistado quer salientar, muitas vezes. Além disso, percebe-se que a frase escrita permite que se gaste o tempo que se quiser nela, enquanto a frase falada requer compreensão instantânea para que se consiga acompanhar as demais que estão por vir.

A partir das transcrições e das atas, foi feita uma grande tabela reunindo trechos de cada entrevista em relação a determinados temas específicos, para buscar discursos que convergiam e outros que divergiam. Dentre aqueles convergentes, alguns termos como "instância de governança regional" ou "IGR" e "conselho municipal de turismo" foram recorrentes e instigou o pesquisador a entender melhor as questões relacionadas a estas expressões, o que o levou à necessidade de pesquisar sobre as políticas públicas de turismo, sobretudo àquelas voltadas à sua descentralização.

Após entendimento das políticas públicas, as entrevistas foram ouvidas novamente e, com isso, trechos que tinham passado despercebidos ganharam destaque. Algumas novas questões que não puderam ser respondidas surgiram, com isso, e as suas respostas poderão ser objeto de pesquisas futuras, já que não houve tempo hábil para maiores investigações.

A partir do referencial teórico, então, buscou-se compreender o contexto social da criação do Caminho dos Vales e das Águas, como um todo, ao analisar: (i)

os dados socioeconômicos; (ii) as atas; (iii) a ocupação territorial, (iv) o turismo na região; (v) as políticas públicas relacionadas ao turismo.

A figura a seguir busca resumir estruturalmente como foram os procedimentos metodológicos utilizados para cumprir com os objetivos da pesquisa.

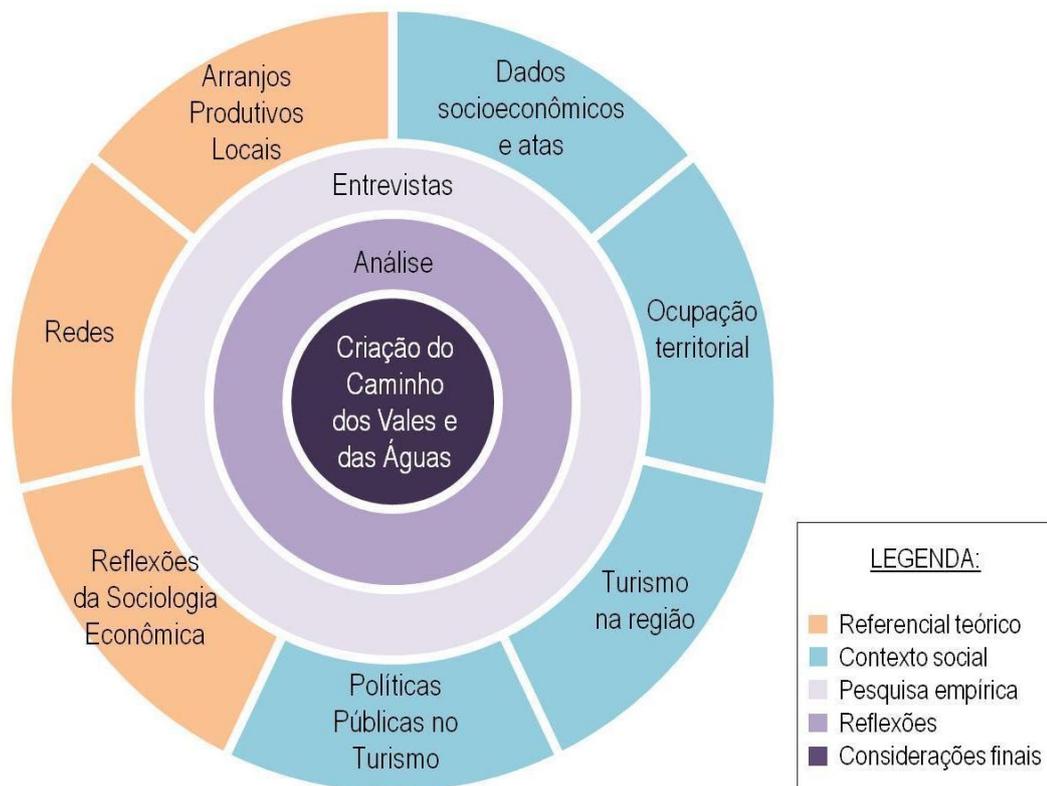


Figura 1 – Etapas metodológicas cumpridas durante a pesquisa.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, essa dissertação será organizada da seguinte forma: no Capítulo I, serão expostos os conceitos utilizados para embasar a pesquisa; no Capítulo II, será apresentada a evolução socioeconômica da região, desde a ocupação territorial, passando pela evolução das políticas públicas relacionadas ao turismo, até as dinâmicas mais recentes que culminaram na criação do arranjo; no Capítulo III, será realizada análise do campo do turismo, a partir da caracterização dos agentes que foram importantes para a formação do arranjo, de suas posições e de suas relações no campo e, ainda, a partir da compreensão dos estímulos internos e externos que tiveram para que formassem o arranjo; por fim, serão apontadas as considerações finais.

## 2 CAPÍTULO I: FATORES DA FORMAÇÃO DE UM APL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os autores e as perspectivas que serviram de referencial teórico para esta pesquisa. Inicialmente, o conceito de cluster de turismo foi escolhido, por ser um tema em comum em regiões com maior dinamicidade econômica no ramo do turismo (BARBOSA E ZAMBONI, 2001; BENI, 2012; CARNER, 2001; CUNHA E CUNHA; 2006; MICHAEL, 2003; NORDIN, 2003; NOVELLI et al, 2006; ORTIZ et al, 2020; SILVA, 2002; SILVA 2012) e, a partir dele, a temática central de arranjos produtivos locais,

Arranjos produtivos locais, e todos os conceitos que fazem parte deste “guarda-chuva”, são excelentes para evidenciar as características das regiões com atividades econômicas organizadas e concatenadas localmente. Entretanto, tal referencial não explica como tais arranjos se formam, nem como se dão as relações entre os diversos atores que o compõem, tampouco o que os motiva a desejarem fazer parte de tais redes. Por isso, em um segundo momento, foi introduzida a temática de redes, que trata sobre as características dos laços e sua importância, especialmente para disseminação do conhecimento. Ainda assim, as redes, por si só, não explicam como são formadas e o que incentiva os agentes a conformarem-nas. Com vistas a dar respostas a tais questionamentos, outros conceitos relativos à sociologia econômica foram resgatados de forma sintética, tais como: ação social, campo, capital, *habitus*, agência, domínio, arena, interface e instituições.

Neste sentido, seguiremos exatamente nesta ordem. Primeiramente discutiremos Arranjos Produtivos Locais, a partir de autores como Alfred Marshall e Michael Porter. Em seguida trataremos do conceito de redes, principalmente a partir de Mark Granovetter, Norman Long, e Ronald Burt. Na seção seguinte, falaremos dos conceitos da sociologia econômica, que explicam a ação dos diversos agentes envolvidos nas relações econômicas e sociais, especialmente a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu e de Norman Long. Além destes citados, outros autores que contribuem para estas temáticas serão, obviamente, utilizados nas análises e reflexões teóricas.

## 2.1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL)

Alfred Marshall (1982), ao analisar as dinâmicas dos distritos industriais ingleses no final do século XIX, percebeu que a concentração de indústrias em um determinado espaço gerava economias externas relevantes para a região. Mais do que redução de custos de produção e distribuição, a proximidade entre firmas possibilitava, de acordo com o autor, maior disseminação de conhecimento tácito e explícito, bem como maior especialização, proporcionando mais invenções, melhorias técnicas e organização produtiva.

Tal perspectiva de análise que valoriza as concentrações, após as crises do petróleo, nos anos 1970, passaram a ser profundamente investigadas novamente, especialmente a partir das inovações tecnológicas na informática e nas telecomunicações que ocorreram nos anos seguintes, e que aprofundavam as transformações nos meios de produção (IGLIORI, 2001).

### 2.1.1 Conceito e nomenclaturas correlatas

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores sobre a terminologia utilizada para estas concentrações de atividades econômicas, suas características são descritas com bastante similaridade (IGLIORI, 2001). Algumas das noções mais utilizadas para definir este fenômeno são as de clusters (PORTER, 1998), distritos industriais (BRUSCO, 1990 apud IGLIORI, 2001), sistemas produtivos locais (GAROFOLI, 1993), sistemas industriais localizados (PECQUEUR, 1993), polos de crescimento (PERROUX, 1962). No final da década de 1990, quando se buscou entender de que forma as políticas públicas no Brasil poderiam apoiar o desenvolvimento destas aglomerações econômicas, e devido à necessidade de padronizar as nomenclaturas, surge o termo *arranjo produtivo local*, como uma espécie de “guarda-chuva” para a ampla variedade de noções para o fenômeno (COSTA, 2010).

Para Costa (2010, p. 126-127) um arranjo produtivo local pode ser definido como:

[...] um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços.

Um cluster é um conglomerado de atividades econômicas concentradas em uma determinada região, formado por diversos agentes, incluindo fornecedores de matérias-primas, prestadores de serviços especializados, fornecedores de produtos complementares, associações, universidades, dentre outros, que de alguma forma contribuem para a disseminação do conhecimento, especialização e geração de economias internas e externas. Para haver um cluster, é preciso que ambos os aspectos setorial e geográfico sejam concentrados (PORTER, 1998; IGLIORI, 2001).

Storper e Harrison (1991) definem aglomerações territoriais com uma reunião de unidades produtivas em um determinado e limitado território, podendo ser de um ramo específico de atividade ou não. Segundo os autores, quando há forte inter-relação entre os agentes locais, podemos chamar o aglomerado de “distrito industrial”.

Cassiolato & Lastres (2005) utilizam o conceito de sistemas de inovação para tratar de aglomerados com alto poder tecnológico e citam algumas características destes polos: possuem um número significativo de agentes econômicos em uma determinada especialização; possuem mão de obra qualificada e abundante; correlação vertical e horizontal entre os agentes.

Pecqueur (1993, p. 36) utiliza a expressão *sistema industrial localizado* e a define como “uma configuração de empresas agrupadas em um espaço próximo, em torno de um setor industrial”. Para o autor, há elevada interação entre as empresas locais e seu meio sócio-cultural, com relações que nem sempre são mercantis e por vezes são informais, e produzem externalidades positivas para o conglomerado.

### 2.1.2 Características de um APL

Porter (1998) exalta que a formação de um cluster traz três principais vantagens competitivas para os atores nele inseridos: primeiro, aumentando a produtividade; segundo, proporcionando o caminho para inovação; e terceiro, estimulando a formação de novos negócios, que expandem e fortalecem o próprio

cluster. De acordo com Barquero (2006), a proximidade que propicia uma concentração de empresas em um distrito industrial permite a criação de economias de escala e de uma conseqüente força de trabalho especializada, disseminando ideias e conhecimento entre as empresas envolvidas.

Segundo Marshall (1982), a existência de diversas empresas dentro de um mesmo ramo de atividade, que atuam concentradamente em um local, faz com que surjam na região uma boa quantidade de trabalhadores especialistas em determinados labores. Isto é vantajoso para os empregadores quando precisam contratar algum profissional específico, pois sabem que provavelmente o encontrarão nas proximidades. Da mesma forma, o profissional que perde seu emprego, pode facilmente procurar nos arredores por uma nova oportunidade dentro de sua especialização.

A concentração de uma determinada atividade econômica em uma região a torna um repositório de habilidades específicas de uma indústria. Com o tempo, os conhecimentos são acumulados e as habilidades são transferidas para aqueles que convivem na região (FUCCI-AMATO E AMATO NETO, 2008).

São tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtêm de uma vizinhança próxima, que desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo. Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de outras ideias novas. Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, proporcionam economia de material (MARSHALL, 1982, p. 234).

### *2.1.3 Fatores de formação de um APL*

Segundo Marshall (1982), as primeiras concentrações de indústrias especializadas ocorreram após o crescente desejo das pessoas por mercadorias únicas que eram transportadas por comerciantes de origens longínquas. Muitas destas mercadorias eram produzidas em poucos lugares, às vezes em um único lugar. Tais produtos foram se espalhando pelo mundo através das feiras ou a partir

de viagens do próprio fabricante, e isso criou necessidades para os diversos consumidores, o que incentivou que diversas especializações regionais ocorressem. Para o autor, foi essa especialização da indústria em diferentes localidades que preparou o caminho para os avanços da divisão do trabalho na indústria mecânica e nas tarefas de administração de empresas.

De acordo com Porter (1993), depois que uma indústria competitiva é criada em certa localidade, esta atrai outras indústrias correlatas – de fornecedores de produtos e serviços, de clientes sofisticados, de competidores, em um processo de fortalecimento mútuo, promovendo eficiência e especialização para o sistema. Entretanto, diversos podem ser os motivos para esta primeira indústria ter se instalado ali, e geralmente estes são associados à necessidade de redução de seus custos totais. Em relação ao surgimento de clusters em países em desenvolvimento, Humphrey e Schmitz (1998 apud Amato Neto, 2000) afirmam que não nascem a partir de intervenções estatais, mas sim, de um processo endógeno. Destacam ainda que isso não isenta os governantes de sua importante participação.

Segundo Perroux (1962, p. 227), um polo de crescimento atrai diversas outras atividades empresariais, proporcionando maior complexificação econômica:

Em um polo industrial complexo que seja geograficamente aglomerado e esteja em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e aos contatos humanos. A aglomeração industrial-urbana suscita tipos de consumidores em consumos diversificados e progressivos em comparação com aqueles dos meios agrícolas. Necessidades coletivas (alojamentos, transportes, serviços públicos) emergem e se encadeiam. Rendas de localização vêm somar-se aos lucros dos negócios. Na ordem da produção, tipos de produtores: empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais formam-se e mutuamente se influenciam, criam suas tradições e eventualmente participam do espírito coletivo.

#### 2.1.4 Clusters de turismo

O conceito de *cluster* é bem adequado às características das atividades de turismo, pois o produto turístico interage com os diversos atores sociais locais, permitindo que sejam realizados negócios conjuntos ou inter-relacionados, com grande potencial para formação de redes e associações. (NORDIN, 2003; CUNHA E CUNHA, 2005; BENI, 2012).

O conceito de *cluster* de turismo está diretamente relacionado com a integração vertical, horizontal, intersetorial e interdisciplinar no setor do turismo (CARNER, 2001 apud SILVA, 2012). Em clusters em geral, há uma integração vertical e horizontal do sistema de produção e distribuição de bens e serviços (PORTER, 1993). O agrupamento diagonal, relativo às relações de complementaridade entre os produtos e serviços, é bastante importante, sobretudo no turismo. O crescimento da oferta de produtos e serviços complementares promove a economia de escopo e favorece a geração de renda e de empregos, especialmente no turismo, onde a variedade de atrativos é determinante na escolha do destino. No turismo, esta simbiose ocorre com as atividades de lazer, transporte, hospedagem, alimentação, entre outras. Um exemplo prático e óbvio de como ocorrem tais relações, de forma integrada, é quando uma empresa cria um pacote turístico combinando estas atividades oferecidas pelos atores locais (MICHAEL, 2003).

Esta compreensão já recebe reconhecimento oficial, pois o Ministério do Turismo (2018, p. 8) utiliza o conceito de arranjos produtivos para o fenômeno do turismo, definindo-os como:

[...] concentrações de empresas e instituições localizadas em um determinado território que ao se relacionarem em um setor específico caracterizam uma especialização produtiva: a atividade turística. Apresentam, entre si e com a comunidade local, vínculos de parceria, integração, associação, cooperação, acrescentando efeitos distributivos às dimensões setoriais e regionais, externados pela conservação do patrimônio, criação de postos de trabalho e acréscimo de renda.

Já Capone (2004 apud Flórez et al, 2020) se refere a um *cluster* de turismo como uma concentração geográfica de agentes interconectados por meio de atividades turísticas, dentre os quais: fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governantes e universidades. Afirma também que a formação de um cluster depende de uma localização geográfica adequada, com atrativos culturais, naturais e gastronômicos, contando com empresas diversificadas e competitivas, além da existência de vínculos e de cooperação entre os agentes.

Cunha e Cunha (2005) aproximam-se das reflexões iniciais a respeito da noção de cluster e destacam algumas características relevantes de *clusters* de turismo, como a troca de informações entre os agentes, a formação de uma

infraestrutura institucional, a existência de vantagens competitivas coletivas, o desenvolvimento de uma especialização coletiva e a organização simultânea das relações de concorrência e cooperação.

Clusters de turismo são o resultado da complementaridade de empresas locais que, mesmo que quando em outros setores da economia, participam de uma dinâmica associativa formada por alianças e redes. As redes interempresariais promovem a disseminação do conhecimento, facilitam o acesso a recursos, tecnologias e o desenvolvimento de novos produtos (NOVELLI et al, 2006).

## 2.2 REDES

A concentração de uma atividade econômica em uma região, pode trazer diversos efeitos positivos para o desenvolvimento local, como visto. Além da especialidade que um arranjo produtivo local oportuniza para uma região, que “respira” o conhecimento intrínseco, há algo que favorece ainda mais a disseminação de conhecimento e acesso à informação, que é a constituição de redes sociais.

Sociólogos e antropólogos têm se preocupado cada vez mais em como os indivíduos estão conectados uns aos outros e como estas redes podem ajudar para que as coisas de fato aconteçam, ao mesmo tempo em que servem para prover a ordem na vida social (SMITH-DOERR E POWELL, 2005). Estudos sobre redes têm ocupado papel relevante nas discussões da sociologia econômica, os quais buscam entender as relações corporativas e, mais genericamente, as conexões nos chamados distritos industriais (SMELSER E SWEDBERG, 2005).

A formação de redes é essencial para sobrevivência de pequenas e médias empresas (GRANOVETTER, 2007). Os laços interfirmas trazem diversos benefícios às organizações inseridas na rede: maior acesso à informação, acesso a recursos, desenvolvimento acelerado de novos produtos e propensão à inovação (SMITH-DOERR E POWELL, 2005).

### 2.2.1 *Origens do conceito*

A palavra rede vem do latim *retis*, que surge para descrever um conjunto

de fios entrelaçados, com linhas e nós (DIAS, 2007). O termo, entretanto, é usado atualmente em diversas disciplinas e tem várias definições, que normalmente se encaixam em dois grandes grupos: aquelas que apenas consideram seu aspecto material e aquelas que também consideram seu aspecto social (SANTOS, 2014).

Em relação ao primeiro grupo, rede pode ser definida como "toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação" (CURIEN, 1988, p. 212 apud SANTOS, 2014, p. 262).

Se considerarmos incluir os aspectos sociais, então, redes podem ser definidas como formas de organização não-hierárquicas que se expandem através da interconexão de indivíduos envolvidos em atividades correlacionadas (BURT, 1992 apud RACHERLA E HU, 2010). Metaforicamente, os nós são os indivíduos e as linhas, as relações sociais ou os laços. Nas ciências sociais, analistas argumentam que a posição de um ocupante em um determinado nó da rede molda sua agência, assim como influencia as de outros (SMITH-DOERR E POWELL, 2005) através do que Granovetter (2007) chama de concepção supersocializada da ação humana.

Desde a antiguidade, a rede é usada como técnica de tecelagem, através do entrelaçamento regular de fios, servindo para capturar pequenos animais, apesar de o termo ainda não existir à época, tendo surgido apenas no século XII. Seu conceito foi adotado historicamente também pela medicina, na tentativa descrever a formação do corpo humano, e somente no século XVIII aparece em um novo contexto (DIAS, 2007).

A grande ruptura que introduz novo conceito de rede acontece na segunda metade do século XVIII e se caracteriza pela sua 'saída' do corpo. Representações geométricas do território se multiplicam graças à triangulação do espaço em rede. Engenheiros cartógrafos, frequentemente militares, empregam o termo rede no sentido moderno de rede de comunicação e representam o território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede, para matematizá-lo e construir o mapa. [...] Desde então, a rede não é mais somente observada sobre o corpo humano — como malha ou tecido —, ou no seu interior. Ela pode ser objetivada como matriz técnica — infraestrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo (DIAS, 2007, p. 15).

É neste contexto técnico que Milton Santos (2014) divide o uso das redes em três períodos, de acordo com a intensidade com que elas são utilizadas pela sociedade, os quais chamou de: período pré-mecânico, período mecânico intermediário e a fase atual. No primeiro período, a tecnologia é extremamente limitada, e por isso os aspectos naturais são protagonistas na formação das redes, que ocorrem de forma até espontânea.

No primeiro momento, as redes existentes serviam a uma vida de relações. O espectro do consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinham suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados eram pouco numerosos e as trocas pouco frequentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento (SANTOS, 2014, p. 264-265).

O segundo período coincide com o início da modernidade e foi quando o termo rede nasceu. Neste período, as redes têm uma forte influência das dinâmicas coloniais, com fronteiras restritivas e progresso técnico ainda limitado, como esclarece Santos (2014, p. 265):

No segundo momento, o consumo se amplia, mas o faz moderadamente. As modernidades se localizam de modo discreto. O progresso técnico tem utilização limitada. O comércio é direta ou indiretamente controlado pelo Estado. Se a respectiva formação socioeconômica se estende além dos oceanos, essa expansão é limitada a alguns fins. O "mercado mundial" é a soma dos mercados coloniais. Graças à colonização, o comércio internacional é "fechado". As redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado. As fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político.

O terceiro momento evolutivo ocorre com a chamada pós-modernidade, com advento das tecnologias da informação e da comunicação. As redes permitem que as fronteiras nacionais sejam ultrapassadas facilmente, afetando fortemente a economia mundial (SANTOS, 2014).

### 2.2.2 *Análise de redes*

Sobre as trocas de informação, Burt (1992) destaca que a formação de

redes pode trazer três tipos de vantagens: acesso, *timing* e referências. Sobre acesso, o autor destaca que se alcança o benefício quando se tem a capacidade de receber uma fatia importante de informação e saber para quem ela interessa. Sobre *timing*, o autor destaca as vantagens de se ter a informação mais cedo. Sobre referências, destaca sobre a importância das indicações realizadas por pessoas de confiança na rede.

Em seu artigo intitulado *The Strength of Weak Ties*, Granovetter (1973) argumenta que a força dos laços entre indivíduos depende de uma combinação do tempo despendido uns com os outros, da intensidade de suas emoções, da intimidade existente entre eles e da reciprocidade em suas ações. Cada um desses pontos é, de alguma forma, independente dos demais, apesar de terem óbvia correlação. A partir dessas características, sugere que podemos classificar intuitivamente os laços como fortes, fracos ou inexistentes. Quanto mais forte o laço entre dois indivíduos, mais parecidos eles tendem a ser, e por isso a importância dos laços fracos, que representam uma oportunidade de conhecer novos pontos de vista e estabelecer novos vínculos sociais (GRANOVETTER, 1973).

O conceito de laços fortes e laços fracos foi trazido por Granovetter (2007), através do que chama de “problema da imersão” – conceito que usa para explicar que a proximidade ou a força dos relacionamentos pode interferir na racionalidade, tida como primária para quaisquer ações econômicas – sugerindo que as agências dos indivíduos sempre são influenciadas pelas relações sociais e pela força dos laços existentes nessas relações.

Uma das questões clássicas da teoria social é como os comportamentos e as instituições são afetados pelas relações sociais. Como essas relações estão invariavelmente presentes, a situação criada por sua ausência poderia ser imaginada somente por meio de esquemas mentais, como o “estado da natureza” de Thomas Hobbes ou a “posição original” de John Rawls. Grande parte da tradição utilitarista, inclusive a economia clássica e a neoclássica, pressupõe um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, invocando, assim, um estado idealizado não muito distante desses esquemas mentais. No outro extremo reside o que chamo de proposta da “imersão” (*embeddedness*): o argumento de que os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido (GRANOVETTER, 2007, p. 3).

De acordo com Long (2001), as redes podem ser formadas por relações mais próximas entre indivíduos, ditas relações face a face, ou por relações mais distanciadas, podendo variar ainda de vínculos baseados em laços diádicos (vendedor-comprador, patrão-funcionário, agricultor-extensionista etc.) a redes sociais organizadas, sejam formais (associações, conselhos, cooperativas, igrejas etc.) ou informais (arranjos produtivos, cadeias produtivas etc.). Essas confederações, formais ou informais, podem ser centralizadas e/ou coordenadas e provavelmente mudarão ao longo do tempo devido à divergência de interesses e atividades de seus integrantes. Algumas poderão se decompor ou se rearranjar e outras poderão emergir.

O conhecimento não é algo que se acumula, nem pode ser medido quantitativa ou qualitativamente; ele emerge da interação social e deve ser pensado a partir das relações, assim como é o poder. Ter conhecimento ou poder, portanto, não implica que outros não o tenham, apesar de muitas vezes pensarmos o contrário (LONG, 2001).

Long (2001) usa a analogia de “trampolins” para caracterizar aqueles laços com parentes ou pessoas próximas que ajudam a mover para novos ramos de atividade através do poder e da influência. Por isso, é uma tarefa essencial para os mais ambiciosos estabelecer uma rede certa de contatos que os ajudem a impulsionar suas carreiras. Nas fases iniciais da carreira, isso envolve um investimento alto em uma rede de contatos para que as possibilidades de ascensão sejam multiplicadas. Quando tiverem sucesso, farão parte de uma rede formada com laços mais fortes, sempre almejando crescer na hierarquia de redes informais.

Dessa forma, ocorrem migrações entre redes com laços mais fracos para redes com laços mais fortes, podendo ocorrer o contrário em determinadas situações. Além disso, a manutenção de vários laços fracos é uma estratégia importante para acesso à informação e conhecimento (LONG, 2001).

O sucesso de um empreendedor está em sua capacidade de integrar esses dois elementos em sua rede. Ele deve tecer uma ampla rede de laços fracos e manter seus canais abertos enquanto desenvolve um conjunto de relações estreitas e confiáveis para ajudá-lo a utilizar seus recursos de

forma eficaz. A estrutura de sua rede mudará com o tempo; alguns laços fortes se tornarão fracos e alguns laços fracos serão fortes. E haverá mudanças na ênfase colocada em tipos particulares de relacionamento e seus conteúdos (LONG, 2001, p. 151, tradução minha).

Como visto, a importância dos chamados laços 'fracos' nas redes sociais foi enfatizada já por Granovetter (1973), que sugeriu que eles são importantes não apenas para a manipulação de redes, mas também servem de canais para disseminação de ideias e informações. A informação viaja mais rapidamente através de laços fracos que ligam grupos mais densos de relacionamentos. Além disso, quanto mais laços fracos uma pessoa tiver, mais informações ela provavelmente irá receber e, ao mesmo tempo, mais bem posicionada estará para distribuí-las para uma gama maior de indivíduos (LONG, 2001).

A constituição de laços e redes sociais das mais diversas formas é importante para o aumento do conhecimento e possibilita mais alternativas para que os agentes alcancem as suas ambições. A temática das redes, no entanto, ainda não explica como se formam estes laços nem os fatores de sua formação. Por isso, serão feitas algumas reflexões utilizando alguns dos principais conceitos da sociologia econômica que exploram como se dá a ação humana no âmbito econômico e social, tais como: agência, campo, domínio, arena, *habitus*, interface e instituições, não necessariamente nesta mesma ordem. Não será objetivo deste trabalho detalhar todos estes conceitos, densos e complexos, mas sim, entender sinteticamente cada um deles, como forma de tentar enxergar como podem aparecer em uma pesquisa empírica.

### 2.3 REFLEXÕES DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Nesta seção, serão tratados alguns dos principais conceitos da sociologia econômica, que refletem sobre o que promove a ação humana dentro de um ambiente social e econômico. Como referências iniciais, serão utilizados aqueles de Pierre Bourdieu, tais como *campo* e *capital*. Como contraponto, serão trazidos outros elementos que explicam como se dá a ação social, sob uma perspectiva mais racionalista, tais como *agência*, *domínios* e *arenas*. Sabe-se que há um longo debate acerca dos fatores que conformam a ação, sejam eles estruturantes – quando o meio tem forte influência sobre a ação – sejam eles orientados pelo poder

da agência, ou pela capacidade de ação racional do indivíduo (RICHTER, 2001). Não é objetivo deste trabalho, entretanto, tentar compreender qual destas duas linhas de pensamento sobre a ação social prepondera. É objetivo, sim, buscar compreender o que motiva os agentes envolvidos nesta pesquisa empírica a tomarem as suas decisões para formação da rede e do cluster, e para tanto, os conceitos de ambas as linhas serão utilizados, pois entende-se que tanto a racionalidade quanto a estrutura têm relativa importância para explicar a ação do indivíduo.

### 2.3.1 *Campo e Capital*

Iniciaremos tratando do espaço social onde ocorrem as disputas, e para isso, vamos adotar o conceito de *campo*. Campo pode ser entendido como um espaço social estruturado que dispõe de diversas posições, de certa forma restrito, contendo suas próprias leis e regras, e convivendo com todos os demais campos existentes, muitas vezes relacionando-se com eles. É um lugar de disputas de poder, onde cada agente assume uma posição e, portanto, tem um peso nas relações sociais nele existentes (BOURDIEU, 2003).

A noção de campo social surgiu nos primeiros textos da Manchester School onde a ênfase foi colocada nos complexos conjuntos de relações sociais sobrepostas entre áreas distintas da vida social (LONG, 2001). Foi Pierre Bourdieu, entretanto, que deixou o conceito conhecido nas ciências sociais.

O cosmo social é constituído pelo conjunto de microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes: o campo econômico emergiu, historicamente, enquanto o universo no qual, como se diz 'amigos, amigos, negócios à parte', business is business, e do qual as relações - envoltas em encantamento - de parentesco, amizade e amor são, em princípio, excluídas. Pelo contrário, o campo artístico constituiu-se na e pela recusa, ou inversão, da lei do lucro real (BOURDIEU, s.d. apud LAHIRE, 2017, p. 64).

Um campo, em suma, é um espaço estruturado onde cada agente ocupa uma posição. Cada campo possui suas próprias regras de jogo, assim como seus

próprios desafios. Campo é um espaço de lutas em que cada qual quer se apropriar do capital que está ali em disputa. Este capital está desigualmente distribuído, ou seja, existem agentes com mais capital e agentes com menos capital (LAHIRE, 2017).

Capital é um conceito tomado de empréstimo da economia, como se fosse um recurso, um patrimônio, isto é, algo que é possuído e estocado, mas que não necessariamente é do tipo econômico, ou seja, pode ser também capital cultural, capital político, capital social ou capital simbólico, dentre outros. Capital cultural é aquele relacionado às competências, ao conhecimento e à educação, que pode ser reconhecido por meio de diversos meios jurídicos, tais como diplomas e qualificações. Capital social, por sua vez, trata das relações sociais, nas redes e na capacidade de articular através destas. Capital simbólico está relacionado à “medição” feita pelos indivíduos quanto ao “valor” de alguém, ou seja, ao olhar dos outros, o quanto uma pessoa ou organização é reconhecida e valorizada (LEBARON, 2017).

Existem, portanto, diversos campos na sociedade, cada um com seus próprios capitais em disputa. Os indivíduos podem ocupar uma posição em cada um desses campos, como se fossem várias dimensões. Por exemplo, um empresário, católico fiel, casado e com filhos, que também é estudante universitário, terá em cada um dos campos – econômico, religioso, familiar e cultural – uma diferente posição. Em cada campo, terá uma relevância diferente nas conexões e nas disputas (BOURDIEU, 2003).

Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o da política, o campo da filosofia, o campo da religião tem leis de funcionamento invariantes [...]. Sempre que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda hoje ou da religião na Idade Média, descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular, ao mesmo tempo que fazemos progredir o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias (BOURDIEU, 2003, p. 119).

Para que se possa analisar a rede da formação do arranjo do Caminho dos Vales e das Águas, se faz necessário detalhar um pouco mais sobre o campo do turismo sob o olhar das organizações produtivas e, por isso, buscaremos entender um pouco mais sobre o campo econômico, mas também sob o olhar dos

governantes, especialmente das prefeituras municipais que encabeçaram a formação da rota, e, por isso buscaremos compreender também o campo político.

### 2.3.2 O campo econômico

O campo econômico se diferencia dos demais, pois nele as sanções são mais duras, e porque, acima de tudo, as ações dos indivíduos são motivadas principalmente pela busca da maximização do ganho material. Ao mesmo tempo, entretanto, muitos dos demais campos são também contaminados pelos aspectos econômicos, assim como o campo econômico também não é totalmente direcionado pela lógica de mercado (BOURDIEU, 2005).

A força ligada a um agente depende de seus diferentes recursos, por vezes chamados *strategic market assets*, fatores diferenciais de sucesso (ou de fracasso) que podem lhe assegurar uma vantagem na concorrência, isto é, mais precisamente, do volume e da estrutura do capital que ele possui, sob suas diferentes formas: capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural (não confundir com o “capital humano”), capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional (incluindo o capital de informação e conhecimento sobre o campo), capital comercial e capital simbólico (BOURDIEU, 2005, p. 24-25).

O mercado pode ser compreendido como um esquema de coordenação no qual os agentes perseguem seus próprios interesses e, para tanto, realizam cálculos econômicos para otimizar e/ou maximizar suas operações. Estes agentes geralmente têm interesses distintos, sendo que tais conflitos são resolvidos através da determinação de preços ou pela firma de contratos (CALLON, 1998, 1999).

A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços (POLANYI, 2000, p. 76).

Através do capital que possuem e, conseqüentemente, do peso que detêm dentro da estrutura, que os agentes dominantes exercem pressão naqueles de menor peso. São suas posições na estrutura que fazem com que definam as regularidades e até as regras e limites do jogo. Uma decisão de investimento ou uma

mudança de preços que uma firma dominante realiza, por exemplo, faz com que todo o ramo em que atua seja impactado (BOURDIEU, 2005).

Bourdieu (2005) salienta, ainda, a importância do capital informacional no jogo de poderes do campo econômico. Agentes com maior capital informacional podem escolher as melhores estratégias para aumentar seu capital como um todo. Aqueles que têm um domínio nas relações, seja vertical ou horizontalmente, tendem a possuir maior conhecimento, que de fato é desigualmente distribuído, aumentando ainda mais seus poderes no campo.

### 2.3.3 O campo político

Assim como os demais campos, o campo político é um microcosmo relativamente autônomo dentro do macrocosmo social, ou seja, tem suas próprias leis gerais, seus próprios princípios de funcionamento e suas próprias regras do jogo (BOURDIEU, 2011).

É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário. Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Bourdieu (2011) faz diversas analogias entre o campo religioso e o campo político, sendo que a principal semelhança entre eles é a dependência que os profissionais políticos têm em relação aos profanos, assim como, na religião, o clérigo tem em relação aos laicos. Tal dependência não ocorre em outros campos, considerados fechados, como, por exemplo, o campo da matemática, onde os agentes somente se relacionam com seus pares.

Ao mesmo tempo em que há essa dependência, no entanto, em ambos os campos – o político e o religioso – há barreiras que tentam impedir que os dominados ingressem no nível dos dominantes. Com isso, a característica extrema existente no campo da matemática não se aplica ao político (BOURDIEU, 2011).

Por razões evidentes, o campo político não pode chegar a esses extremos:

os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí o seu limite. O que mais se aproxima do campo político é o campo religioso: nesse caso também, uma parte muito importante do que nele ocorre é efeito de relações internas. Foi isso que, sem a noção de campo, Max Weber descreveu muito bem; as relações entre o padre, o profeta e o feiticeiro são determinantes do essencial daquilo que se passa no campo religioso. O padre excomunga o profeta, o profeta desrotiniza a mensagem do clero... Passam-se inúmeras coisas entre eles, mas sob a arbitragem dos leigos, que podem ou não seguir um profeta, desertar as igrejas ou continuar a frequentá-las. Nesse sentido, o campo religioso se assemelha bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredito dos leigos (BOUDIEU, 2011, p. 201).

Há outras características importantes no campo político, ressaltadas por Bourdieu (2011). Primeiro, é que o objeto em disputa é o poder sobre o Estado. Segundo, as armas utilizadas nas disputas são relacionadas à reputação, à notoriedade, ou seja, ao capital simbólico. Neste sentido, no campo político, “a força é simultaneamente a arma e o que está em jogo” (BOURDIEU, 2011, p. 207).

#### 2.3.4 Instituições

Bourdieu (2003) trata o campo como um espaço de disputa, assim como se fosse um jogo, em que os jogadores dominantes querem defender seu monopólio e novos entrantes buscam ocupar seus espaços, sendo que, em cada campo, há interesses específicos em jogo, e exige dele conhecimento quanto às regras e leis. Tais regras e leis, na maioria das vezes, poderiam ser classificadas como instituições informais, sob o ponto de vista de Douglas North (2018) e, portanto, não são fáceis de serem compreendidas.

No mundo ocidental moderno, consideramos que a vida e a economia seriam ordenadas por leis formais e direitos de propriedade. Só que as regras formais, mesmo na economia mais desenvolvida, compõem uma parte pequena (ainda que muito importante) da soma dos constrangimentos que molda as escolhas. Uma breve reflexão nos indicaria o caráter difuso das restrições informais. Nas nossas interações cotidianas com os outros, seja no interior da família, nas relações sociais externas ou nas atividades ocupacionais, a estrutura é predominantemente definida por códigos de conduta, normas de comportamento e convenções. Há regras formais que respaldam esses constrangimentos informais, mas elas raramente são fonte evidente e imediata da escolha nas interações cotidianas (NORTH, 2018, p. 69).

As instituições são as restrições criadas pelo ser humano que moldam as relações, delimitando as escolhas dos indivíduos. As instituições podem ser formais – quando formalizadas através de leis ou regimentos, por exemplo – ou informais – quando moldam o comportamento dos indivíduos – podendo ser alteradas à medida do tempo. (NORTH, 2018).

### 2.3.5 Agência

Diferenciar ação racional da irracional é um dos grandes debates das ciências sociais. Desde Max Weber, que tratou da ação social e dos tipos ideais, até outros autores que mais recentemente abordam sobre “agência”, todos consideram-nas como de naturezas completamente diferentes, “irreconciliavelmente opostas uma à outra” (CALLON & LAW, 2005, p. 717, tradução minha).

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]. Os "outros" podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (WEBER, 2015, p. 14-15)

A agência é tipicamente vista como complexa, mas a reflexividade sobre o tema é considerada fundamental para a ação racional. A avaliação racional é ligada às emoções e, por isso, qualquer divisão entre racional e irracional será excessivamente complexa, variável e cheia de discrepâncias. A agência pode ser tratada como a capacidade de resistir à causalidade e de iniciar novas linhas de ação, como uma combinação de ações racionais e irracionais. (CALLON & LAW, 2005). Para Long (2001), os indivíduos têm capacidade de processar seu conhecimento e os eventos sociais ao seu redor, para agir de forma racional.

Em linhas gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida, mesmo sob as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas) que existem, os atores sociais possuem “conhecimento” e “capacidade”. Eles tentam resolver problemas, aprendem a intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor e, até certo ponto, monitoram suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e tomam nota das várias circunstâncias contingentes (LONG, 2001, p. 16, tradução minha).

Giddens (2003, p. 10-11), através de sua teoria da estruturação, com qual pondera bastante sobre as ações racionais e irracionais, evoca o significado de agente do *Oxford English Dictionary*, que o define como “alguém que exerce poder ou produz um efeito” e, com isso, ressalta que agência “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”. A partir daí, complementa, diferenciando ação de agência:

"Agência" diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia.

### 2.3.6 Domínios e Arenas

Long (2001) dá mais relevância à agência do indivíduo quando reflete sobre as variadas interações e, especialmente, sobre as disputas. Para ele, o conceito de campo de Bourdieu exagera ao fortalecer aspectos institucionais e estruturantes ao fazer analogias com um “jogo” em que há posições ocupadas por indivíduos cujo sucesso depende do capital simbólico que possui. Por isso, utiliza uma teoria menos institucional, menos estrutural, dando maior ênfase à agência do indivíduo, adotando os conceitos de *domínio* e *arena*.

Enquanto o campo social configura o cenário em termos de disponibilidade e distribuição de recursos específicos, tecnologias, instituições, discursos, valores e possíveis aliados ou inimigos sociais, são as noções de domínio e arena que permitem a análise dos processos de ordenar, regular e contestar valores sociais, relações, utilização de recursos, autoridade e poder. A composição e decomposição de determinados campos sociais depende do uso estratégico e das interconexões entre os diferentes domínios sociais. Também requer uma análise cuidadosa da dinâmica das arenas sociais em que lutas por recursos e significados são explicitamente travadas (LONG, 2001, p. 58, tradução minha).

O autor usa “domínios” para identificar áreas da vida social que são organizadas por um conjunto de valores que são reconhecidos como lócus de certas regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social, mesmo que

não sejam percebidos exatamente da mesma forma por todos os envolvidos. Os domínios não devem ser conceituados a priori como dados culturais, mas como produzidos e transformados através das experiências e lutas que acontecem entre os diversos tipos de atores sociais (LONG, 2001).

Já as arenas são espaços ou situações sociais em que disputas sobre questões, recursos, valores e representações acontecem e, portanto, é onde os atores se confrontam, mobilizam relações sociais e implantam meios discursivos e outros meios culturais para a execução de fins específicos, incluindo a tentativa de simplesmente permanecer no jogo (LONG, 2001).

O conceito de arena é especialmente importante para identificar atores e mapear questões, recursos e discursos envolvidos em determinadas situações de desacordo ou disputa. Enquanto a ideia de arena tem afinidade com a de 'fórum', esta carrega consigo a implicação de que as regras para o debate são, em certo sentido, já acordadas, enquanto a contestação em uma arena geralmente denota descontinuidades de valores, normas e práticas. Arena é uma noção especialmente útil ao analisar projetos de desenvolvimento e programas, uma vez que os processos de intervenção consistem em um conjunto complexo de arenas interligadas de luta, cada uma caracterizada por restrições específicas e possibilidades de manobra (LONG, 2001, p. 59, tradução minha).

Podemos dizer, portanto, comparando os conceitos de Bourdieu e Long, que domínio tem sentido similar ao de campo, quando nos referimos à categoria do espaço social, ou seja, por exemplo, campo ou domínio econômico, campo ou domínio religioso, campo ou domínio familiar, campo ou domínio acadêmico, campo ou domínio político, e assim por diante. Arena tem sentido similar ao de campo, quando pensamos no espaço de disputas por algum tipo de capital, seja econômico, social, político, cultural, religioso e demais.

### 2.3.7 *Habitus e Interfaces*

Há ainda uma diferença importante entre os conceitos de Long e Bourdieu, que é o fato de o segundo ser mais estruturalista que o primeiro. Para Bourdieu, um campo é carregado de regras, comportamentos e atitudes comuns e aceitáveis, os quais são internalizados pelos sujeitos, que passam a pensar e agir de acordo com eles, dotando um *habitus* (BOURDIEU, 2005).

O conceito de *habitus* permite também escapar à alternativa do finalismo – que define a ação como sendo determinada pela referência consciente a um fim deliberadamente posto e que, conseqüentemente, concebe todo comportamento como produto de um cálculo puramente instrumental, para não dizer cínico – e do mecanismo – para o qual a ação se reduz a uma pura reação a causas indiferenciadas (BOURDIEU, 2005, p. 49).

Já na perspectiva de Long (2001), os atores têm habilidade de agência muito forte, mesmo dentro de um ambiente social e cultural dominante, podendo resolver problemas, organizar recursos, persuadir e mudar as circunstâncias, de forma a seguir com seus projetos. (TRICHES & SCHNEIDER, 2013).

O conceito de interface nos ajuda a focar na produção e transformação de diferenças em visões de mundo ou paradigmas culturais. As situações de interface geralmente fornecem os meios pelos quais indivíduos ou grupos definem suas próprias posições culturais ou ideológicas em relação àqueles que defendem ou tipificam visões opostas (LONG, 2001, p. 70, tradução minha).

A formação de objetivos para a tomada de decisões a partir de posições ideológicas definidas implica o uso de meios discursivos, explícitos ou implícitos. Esses tipos de discursos não são características fixas dos agentes e variam. Eles “fazem parte dos estoques diferenciados de conhecimento e recursos disponíveis para atores de diferentes tipos” Long (2001, p. 18, tradução minha).

O conhecimento, portanto, está presente em todas as situações sociais e, muitas vezes, está imbricado nas relações de poder. A análise de interfaces permite percebermos como o conhecimento é um produto da interação, do diálogo e das disputas, envolvendo, então, diversos aspectos de autoridade e de poder. Através das interfaces, é possível perceber como os discursos dominantes são endossados, transformados ou desafiados. Tais discursos são cheios de reificações que o dão caráter “naturalista” para certas comunidades ou estruturas hierárquicas, e servem para promover determinados pontos de vista políticos, culturais ou morais (LONG, 2001).

### 2.3.8 *Comparativo de conceitos da sociologia econômica*

Há, como visto, diversos conceitos que refletem sobre como se dá ação social, sobretudo em campos econômicos e políticos, que podem ajudar a

compreender a rede de relações do cluster de turismo em formação. A tabela a seguir sintetiza cada um destes conceitos vistos resumidamente neste capítulo.

Tabela 1 – Principais conceitos da sociologia econômica.

Conceito	Síntese	Referências
Ação Social	Ação orientada pelo comportamento dos outros ou do meio com vistas a atingir os próprios objetivos	Weber (2015)
Agência	Capacidade do indivíduo de agir a partir da sua racionalidade	Callon & Law (2005)
Arena	Espaço social de disputas	Long (2001)
Campo	Espaço social dedicado a um tema onde ocorrem disputas	Bourdieu (2003, 2005)
Capital	Objeto de disputa nas relações sociais que mensura o poder do indivíduo em um campo	Bourdieu (2003, 2005)
Domínio	Espaço social dedicado a um tema	Long (2001)
<i>Habitus</i>	Regras, comportamentos e atitudes aceitáveis em um campo, que são internalizados pelos indivíduos, moldando sua ação	Bourdieu (2003, 2005)
Instituições	Regras formais ou informais que restringem as relações humanas	North (2018)
Interfaces	Discursos reificados sobre posições ideológicas e culturais de determinados grupos	Long (2001)

Fonte: Elaborado pelo autor

Desta relação de conceitos, aqueles que serão bastante utilizados para compreender a formação da rede do arranjo produtivo são os de campo, capital e *habitus*, de Pierre Bourdieu. Houve a tentativa de se utilizar todos os conceitos com igual relevância, mas percebemos que estes três, juntamente com os de rede, deram conta de explicar como foram as relações sociais da formação do Caminho dos Vales e das Águas.

O próximo capítulo, portanto, irá se dedicar a descrever o contexto social do Caminho dos Vales e das Águas. Em um primeiro momento trará a história da ocupação territorial até o início das atividades turísticas na região onde a rota está inserida. Em seguida, trará um resumo das políticas públicas de turismo que incentivaram sua formação. E finalmente irá descrever como foram os encontros do grupo de trabalho para a formação do arranjo.

### **3 CAPÍTULO II: DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL À FORMAÇÃO DO APL**

Neste capítulo iremos tratar sobre como surgiu a rota denominada Caminho dos Vales e das Águas, detalhando sobre como os atores articularam sua formação, analisando sua rede, seu campo e seus diversos capitais, especialmente os políticos e sociais.

Antes, convém contextualizar a história do litoral norte gaúcho, região onde a rota está inserida, primeiramente através da ocupação territorial e depois em relação ao surgimento do turismo no local. Ao mesmo tempo, é importante buscarmos compreender a evolução das políticas públicas relacionadas ao turismo, pois o surgimento ou extinção de políticas podem servir de estímulos ou desestímulos à organização, assim como ser objeto de disputas entre os diferentes atores locais.

Para isso, este capítulo será dividido em três seções. Na primeira seção, buscaremos descrever brevemente a ocupação histórica do Litoral Norte Gaúcho e o surgimento do turismo na região. Na segunda seção, reuniremos as principais políticas públicas relacionadas ao turismo no Brasil e no Rio Grande do Sul ao longo do último século, mas principalmente nos últimos anos. Na terceira seção, iremos descrever a rota Caminho dos Vales e das Águas e refletir sobre como se deu sua criação, a partir da análise da rede e do campo.

#### **3.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO LITORAL NORTE GAÚCHO**

Nesta seção serão descritos os fatos históricos mais relevantes para a economia do território hoje composto pelos nove municípios do Caminho dos Vales e das Águas e por seus vizinhos de dinâmicas semelhantes. Para isso, o texto será dividido em três etapas. A primeira irá debater sobre as primeiras dinâmicas de ocupação do território. A segunda trará aspectos que o surgimento do turismo na região trouxe para as dinâmicas ocupacionais, econômicas e sociais. A terceira buscará refletir sobre o que há de vir a partir das dinâmicas que vêm ocorrendo mais recentemente.

### 3.1.1 *As primeiras dinâmicas de ocupação*

Com a fundação da Colônia de Sacramento, e com a jurisdição proposta na Bula Papal de 22 de novembro de 1676, que estendia o território português até o Rio da Prata, duas bases de apoio aos militares, historicamente relevantes à região, foram instituídas: a de Laguna, fundada em 1688, e a de Rio Grande, fundada em 1737, ambas ligadas pela chamada Estrada da Laguna. O território foi então parcelado em diversas sesmarias, concedidas pelo reinado português, a partir de 1730, que mais tarde formariam diversas estâncias e freguesias. É no final do século XVIII que este processo se acelera (STROHAECKER, 2007).

Em 1771, é fundada a freguesia de Santo Antônio, que dará origem ao município-mãe do Litoral Norte — Santo Antônio da Patrulha. Em 1773, é criada a freguesia de Mostardas. Em 1774, é criada a freguesia de Conceição do Arroio na localidade denominada Estância da Serra, atualmente município de Osório. Em 1775, [...] as terras que hoje conformam o município de Palmares do Sul [...] e assim, paulatinamente, a região passa a ser ocupada por colonizadores, tropeiros e militares que fixaram moradia tomando-se fazendeiros (STROHAECKER, 2007)

A economia da região foi, portanto, por muito tempo, baseada na pecuária extensiva, na pesca e na agricultura de subsistência. As sedes das estâncias eram implantadas longe das costas onde os recursos hídricos e o solo tinham qualidade melhor. As condições das terras próximas às orlas não eram favoráveis para as atividades, devido à salinidade e umidade, assim como a existência de ventos constantes, solo arenoso e vegetação rarefeita (STROHAECKER, 2007).

Da mesma forma que no restante do território brasileiro, além dos imigrantes portugueses, o povoamento da região também contou com escravos africanos que introduziram diversos elementos à cultura local, como o cultivo de cana-de-açúcar e da farinha (STROHAECKER, 2007).

Já na década de 1830, o governador Visconde de São Leopoldo determinou a abertura de duas estradas que ligavam os campos de cima da serra ao litoral, passando pelos vales dos rios Três Forquilhas e Mampituba, antevendo vantagens de intercâmbio comercial entre a serra e o litoral. Foram nestes vales que se estabeleceram as colônias alemãs. Juntamente com os imigrantes alemães católicos, chegaram dois pastores protestantes, o que ocasionou rivalidades, que foram contornadas com a separação dos grupos. Os católicos ficaram às margens

do Rio Mampituba, formando a colônia de São Pedro de Alcântara. Os protestantes, no vale do Três Forquilhas formando a colônia de mesmo nome (FERNANDES BASTOS, 2007).

Mais tarde, a partir de 1890, colonos italianos ocuparam a região dos vales onde hoje é o distrito da Barra do Ouro, pertencente a Maquiné, e Riozinho. Houve, portanto, uma miscigenação cultural, a partir do século XIX, que desequilibra gradativamente a hegemonia da tradição estancieira (STROHAECKER, 2007).

A região passa a produzir outras atividades agrícolas, tais como feijão, milho, arroz, batata e outras, diferenciando-se da cultura estritamente açoriana e africana. Também eram produzidas rapaduras, farinhas, banha, além de tijolos e outros produtos de cerâmica que, depois de atingirem patamares de produção elevados, eram comercializados para os aparados da serra, para a região de Porto Alegre e para Santa Catarina. O transporte dessas mercadorias era dificultado pela inexistência de estradas, sendo feitos através de navegação lacustre ou por carretas de boi (AGUIAR, 2007).

Fernandes Bastos (2007, p. 30-31) testemunhou o que se via na encosta da serra à época:

Não se veem cidades, nem vilas, a se debruçarem sobre aquele formoso espelho, mas nele, nas tardes calmas de verão, está sempre nitidamente pintado, o azul diáfano do céu e sobre este azul, em lindo desenho, toda a paisagem daquela encosta recoberta de um manto no qual há retalhos de todas as cores. É o verde gaio dos canaviais maduros; o oca escuro das roças de milho já seco e dobrado; o verde gracioso dos quartéis de feijão bem esfolhado; as manchas avermelhadas das coivaras por onde já passou o fogo e onde já foi resolvida a terra para formação de novos canaviais. E contornando todos esses retalhos, a mata, de um verde mais negro, que recobre, em arremate, toda aquela encosta da serra, pontilhada, sobre as vertentes, de outras manchas esbranquiçadas. São os paredões de rocha descalvada, talhados a prumo, e quase sempre envoltos em neveiros mais ou menos densos.

### 3.1.2 *O surgimento do turismo*

Os primeiros registros de turismo na região surgem no final do século XIX, mesmo período em que ressurgem os banhos terapêuticos na Europa. Em 1888, então, foi inaugurado o primeiro hotel em Tramandaí devido ao crescimento destas atividades turísticas relativas aos banhos de mar com propósitos medicinais. Este é

considerado um marco importante na história da ocupação do litoral norte gaúcho. De acordo com Rudzewicz (2018, p. 72), “o processo de ocupação do litoral marítimo remonta ao início da colonização do país, mas foi o alastramento da prática social do banho de mar [...] que impulsionou a ocupação massiva das cidades litorâneas ao longo de toda a costa brasileira”.

A partir do crescimento do turismo de banho e mar, começam os investimentos em infraestrutura. O transporte para o litoral permaneceu precário até a década de 1920. Os percursos eram feitos por carretas de tração animal ou por navegação lacustre. Uma viagem de Porto Alegre a Tramandaí levava em torno de 3 dias (STROHAECKER, 2007). O fluxo de turistas procurando os balneários litorâneos foi tanto, que a companhia aérea Varig criou vôos para as praias usando hidroaviões (LOPES et al, 2018)

Em 1921, é inaugurado sistema intermodal de transporte ferroviário – posteriormente extinto – e lacustre ligando Porto Alegre a Palmares do Sul e, em 1938, é inaugurada a rodovia RS-030 ligando Porto Alegre a Tramandaí (STROHAECKER, 2007). Com isso, a partir de 1940, antigas fazendas começaram a ser loteadas para construção de casas de veraneio, sendo a primeira a da Sociedade Territorial Praia de Imbé Ltda., um novo marco histórico da região (LOPES et al, 2018).

Aguiar (2008, p. 17) destaca que:

[...] a valorização social do banho de mar, das férias de verão ou do “veraneio” determina o deslocamento de pessoas em direção ao litoral. Os transportes passam, então, a ser fundamentais para a criação de um novo espaço social instalando nele diversos interesses econômicos - a primeira estrada construída pelo Estado será justamente a que conduz ao litoral. Assim, os sistemas técnicos que permitem o deslocamento de pessoas vão se tornando cada vez mais rápidos, concomitante à instalação no Brasil da indústria automobilística.

Em 1971, é inaugurada a auto estrada Freeway, ligando Porto Alegre a Osório e a partir da década de 1980, começa a ser construída a Estrada do Mar, ligando os balneários entre Osório e Torres, sendo finalizada no início dos anos 1990. Com isso, a partir dos anos 1980, ocorre um importante crescimento populacional e uma elevada dinâmica de emancipações dos distritos. Os quatro municípios que existiam no litoral em 1980 transformaram-se em 21 em 1996.

Nos anos 1990, também, é inaugurado o primeiro condomínio fechado horizontal no município de Xangri-Lá, fato também considerado histórico, visto que foi o primeiro de muitos que viriam depois (LOPES et al, 2018).

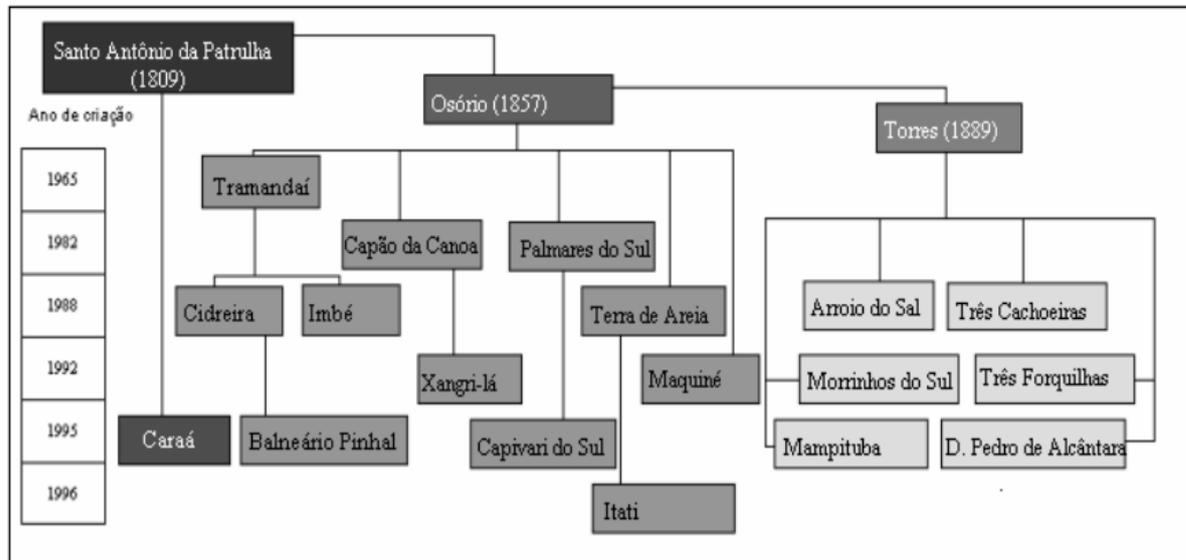


Figura 2 – Árvore emancipatória dos municípios do litoral norte gaúcho.  
Fonte: Strohaecker (2007).

Lopes et al (2018) dividem a história do Litoral Norte Gaúcho em períodos de ocupação. O primeiro período de ocupação ocorreu até 1888, quando os territórios litorâneos eram utilizados para atividades pesqueiras, agrícolas e pecuárias, como visto. O segundo período de ocupação, que ocorreu entre 1888 e 1939 caracterizou-se pelas primeiras atividades turísticas, quando banhistas começaram a frequentar a região devido aos tão requisitados banhos de mar com objetivos terapêuticos e medicinais. O terceiro período, entre 1939 e 1995, coincidiu com o loteamento de grandes glebas de terra para fins de construção de residências secundárias, juntamente com a inauguração de duas importantes rodovias que ligam a região metropolitana e o litoral: a Freeway e a Estrada do Mar. Já no quarto período de ocupação, a partir de 1995, a construção de casas em condomínios horizontais fechados foi a principal característica marcante.

A sedimentação proposta pelos autores a partir de marcos históricos que foram relevantes para a sociedade da região é bastante elucidativa, mas, não inclui o que seria de fato o primeiro período de ocupação por pescadores e coletores

nômades e seminômades, antes de 1726, até porque seu enfoque de estudo é relacionado à urbanização. Podemos dividir a ocupação, portanto, em cinco períodos, conforme mostrado na figura a seguir.

1º Período de Ocupação (Até 1726)	2º Período de Ocupação (De 1726 a 1888)	3º Período de Ocupação (De 1888 a 1940)	4º Período de Ocupação (De 1940 a 1995)	5º Período de Ocupação (De 1995 a 2020)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ocupação por pescadores e coletores nômades e seminômades</li> <li>▪ Vestígios de habitantes de comunidades guaranis que passaram pela região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Doação de sesmarias no território entre Laguna e Rio Grande</li> <li>▪ Ocupação de estâncias</li> <li>▪ Economia baseada na agricultura, pecuária e pesca</li> <li>▪ 1º Município do Litoral Norte do RS foi Santo Antônio da Patrulha (1809)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prática de banhos de mar com fins terapêuticos e medicinais</li> <li>▪ Surgem primeiros hotéis e pousadas</li> <li>▪ Começam a ser construídas as primeiras vias de acesso ao litoral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Início dos loteamentos para construção da segunda residência</li> <li>▪ Inaugurada a autoestrada Freeway interligando a região metropolitana de Porto Alegre e o Litoral</li> <li>▪ Inaugurada a rodovia Estrada do Mar entre os municípios litorâneos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Surgimento dos primeiros condomínios horizontais em Xangri-Lá</li> <li>▪ Inaugurada a rodovia Rota do Sol, ligando a serra gaúcha ao litoral</li> <li>▪ A Pandemia do vírus COVID-19 muda as dinâmicas sociais, aumentando a população da região e a prática do turismo de natureza, ecológico e rural.</li> </ul>

Figura 2 – Períodos de ocupação do Litoral Norte do RS.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Strohaecker (2007) e Lopes et al (2018).

O fenômeno da segunda residência, ou residência secundária, trouxe consequências relevantes para a região. Se por um lado esta modalidade de turismo pode estimular setores e serviços semelhantes aos que ocorrem em residência permanente, aumentando a arrecadação de impostos e beneficiando a comunidade local, por outro traz efeitos socioeconômicos relacionados à elevada sazonalidade anual, tais como flutuação da receita, especulação imobiliária, oscilação do nível de empregos, falta de serviços regulares, poluição e degradação ambiental (LOPES et al, 2018).

De fato a sazonalidade das atividades no litoral norte gaúcho é elevada. Segundo Zuanazzi & Bartels (2016), o crescimento populacional no litoral norte do Rio Grande do Sul no mês de janeiro é estimado em 141%.

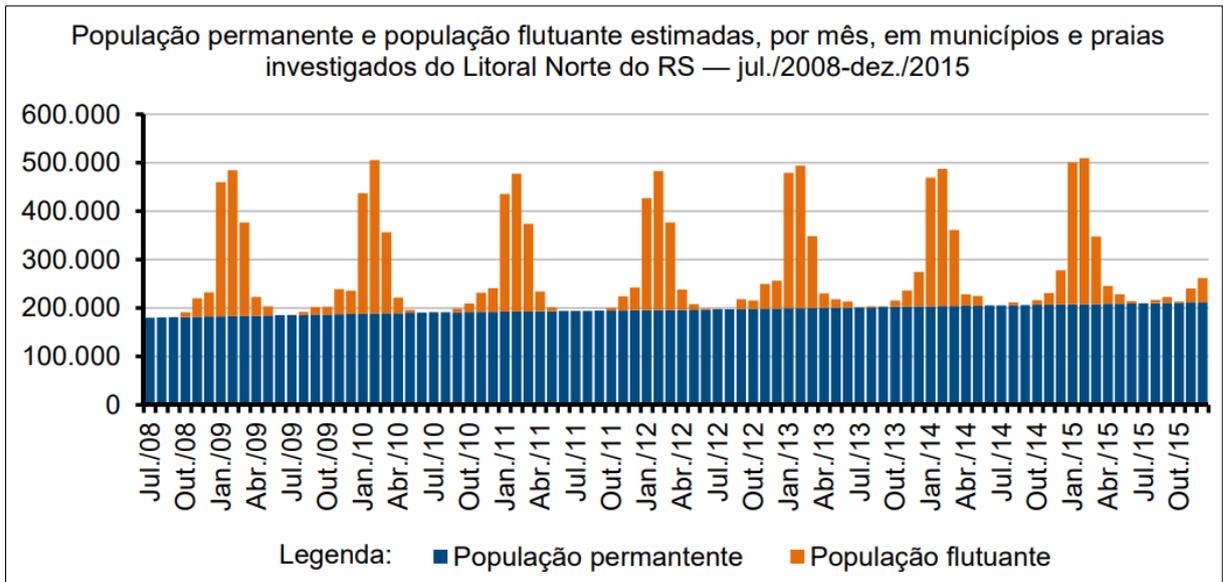


Figura 3 – Estimativa de crescimento populacional durante o veraneio.  
Fonte: Zuanazzi & Bartels (2016).

### 3.1.3 As dinâmicas recentes e o devir

Houve um elevado crescimento demográfico do litoral nas últimas décadas, que foi de mais de 20% entre 2000 e 2010, fato impulsionado especialmente pelos seus municípios à beira-mar – os municípios situados na encosta da serra tiveram, em sua maioria, decréscimo populacional neste mesmo período (RAMBO e VIANNA, 2020).

Estima-se que o crescimento da população da região tenha sido ainda mais elevado a partir de 2010, e ainda mais depois de 2020. Alguns fatores, nos últimos cinco anos, têm alterado as dinâmicas na região. Há fatos que evidenciam que as suas dinâmicas sociais atuais podem estar caracterizando um novo marco importante para a construção da história econômica e social do litoral norte gaúcho.

A regionalização e a roteirização do Turismo no Brasil, promovidas pelas políticas públicas que veremos na seção seguinte, juntamente com a agência de lideranças locais que acreditam no potencial turístico da região, tem incentivado a criação de associações entre empresários, governantes e agentes da sociedade civil. Em 2018, então, foi inaugurada a Associação do Caminho dos Vales das Águas, unindo agentes de 9 municípios engajados com o turismo (ROCHA, 2018).

Em 2019 foi fundada a Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte), sendo considerada a instância de governança regional (IGR)<sup>1</sup> dos mais de 20 municípios que compõem o litoral norte gaúcho (O SUL, 2019). Em 2020, foi criada a rota Triângulo das Águas, unindo três municípios litorâneos, objetivando o fomento do turismo de aventura (VALLE, 2021).

Em 2020, chegou, no Brasil, o vírus COVID-19, que trouxe consequências socioeconômicas para todos, alterando fortemente as dinâmicas da população. Muitos deixaram as capitais e migraram para o interior e para o litoral em busca de isolamento social e maior qualidade de vida. O Turismo foi um dos setores econômicos que sofreu maior impacto, tendo que manter hotéis e atrativos turísticos fechados ou com redução de público durante vários meses. Os turistas, ao retomar as viagens de lazer, passaram a procurar destinos mais próximos e com maior contato com a natureza. O Turismo Ecológico, o Turismo Rural, o Turismo de Aventura, portanto, foram os que tiveram maior crescimento a partir desta retomada, segundo agentes do setor (CRUZ, 2020; PAIVA et al, 2021; ROLEMBERG, 2021).

Em 2022, o geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, território formado por sete municípios, sendo dois do litoral norte gaúcho, foi reconhecido pela UNESCO como geoparque de relevância natural, econômica e cultural (PADILHA, 2022).

Ora, se a busca por banho de mar foi importante para a ocupação da região, mesmo nas épocas que não havia vias de acesso para estes destinos, podemos vislumbrar que a tendência de crescimento do turismo rural, ecológico e de aventura poderá trazer maior procura por estes atrativos, que estão surgindo a partir de articulações incentivadas pelos programas de regionalização do turismo, que serão detalhados na seção seguinte.

Antes da Pandemia, o Litoral Norte gaúcho era a região com maior crescimento demográfico de todo o estado por causa, principalmente das migrações (RAMBO & VIANNA, 2020). Se o crescimento populacional no litoral norte gaúcho for ainda maior após a Pandemia, sobretudo devido à tentativa de se buscar regiões

---

<sup>1</sup> De acordo com o Ministério do Turismo, “Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa [de Regionalização do Turismo] em âmbito regional” (BRASIL, 2007).

com densidade demográfica reduzida, haverá uma alteração socioeconômica relevante.

Estes fatos recentes podem, portanto, no futuro, serem considerados marcos históricos das dinâmicas socioeconômicas de ocupação do litoral norte gaúcho, e este momento poderá, quem sabe, se tornar um sexto período característico de ocupação deste território.

### 3.2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Durante as entrevistas, pôde-se perceber como a instituição de determinadas políticas públicas de turismo foi fundamental para explicar os motivos de determinadas ações dos diversos agentes da região. Por isso, se faz necessário melhor compreender tais políticas, assim como outras, que podem influenciar a ação social dos diversos agentes. Esta seção, portanto, irá trazer uma breve reflexão sobre o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil, especialmente aquelas relativas à descentralização e à regionalização do Turismo.

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias públicas que têm por objetivo a promoção de atividades turísticas em uma região. Uma política pública, entretanto, não necessariamente é concebida com essa designação. Ela pode vir através de medidas, decretos, leis ou outros atos que possam viabilizar a implementação de tais diretrizes e estratégias (CRUZ, 1999).

Inicialmente iremos tratar sobre os três principais marcos de políticas públicas de Turismo no Brasil, para contextualizar sobre sua evolução. Em seguida, buscaremos compreender sobre a afirmação das políticas de descentralização do turismo para então evoluir para considerações finais.

#### 3.2.1 *Os três principais marcos das políticas de turismo no Brasil*

As primeiras políticas relativas ao turismo, no Brasil, surgiram na década de 1930, mas somente após a década de 1960 foram intensificadas (CRUZ, 1999; ARAUJO, 2007). Há, portanto, certo atraso na adoção de políticas públicas no Turismo e segundo Solha (2016, p. 90), isso ocorre porque “as preocupações de

estabelecer políticas públicas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos. Antes disso, caracteriza-se pela espontaneidade”.

A história das políticas públicas de Turismo no Brasil pode ser dividida em três períodos: o primeiro, de 1934 a 1966; o segundo, de 1966 a 1991; e o terceiro, de 1991 aos dias atuais. Tais períodos foram escolhidos devido à existência de alguns marcos históricos (CRUZ, 1999; ARAUJO, 2007; ARAUJO & TASCHNER, 2012).

O primeiro período é marcado por dois fatos. Em 1934, foi criada a Comissão Permanente de Exposições e Feiras, composta por representantes ligados aos órgãos estatais responsáveis pelo comércio exterior e por associações de classe de produtos industriais, que tinha “como objetivos: a) organizar exposições e feiras de produtos no país; b) representar o país em feiras e exposições internacionais; c) organizar feiras ambulantes ou flutuantes, a bordo de navios mercantes brasileiros ou estrangeiros, arrendados, que estivessem navegantes durante cruzeiros, com bandeira brasileira”. Este é considerado o primeiro ato público relacionado ao turismo, embora este não fosse o seu principal objetivo (ARAUJO, 2007, p. 100). A existência de tal comissão estava muito mais relacionada ao interesse das entidades e associações de classe, que objetivavam expor seus produtos agrícolas e industriais, do que com o turismo em si (ARAUJO & TASCHNER, 2012).

A Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, que regulamentou as agências de viagens e de turismo no Brasil, neste sentido, pode ser considerado, de fato, o primeiro marco de política pública relativa ao turismo no Brasil (ARAUJO, 2007, p. 100). Esta lei dispõe sobre a venda de passagens aéreas, passagens marítimas e passagens terrestre. A fiscalização, entretanto, era de responsabilidade do Departamento de Imigração, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Somente em 1939 surge o primeiro órgão público dedicado ao turismo: a Divisão de Turismo, pertencente ao Departamento de Imprensa e Propaganda, que assumiu as atividades de fiscalização, dentre outras (ARAUJO & TASCHNER, 2012).

Foi no segundo período que os assuntos relativos ao turismo tiveram um

salto de qualidade significativo, iniciando-se pela Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que institui pela primeira vez uma política nacional de turismo e cria relevantes órgãos oficiais, tais como Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Isto tudo ocorre em um contexto de reformulação de toda a máquina administrativa estatal, quando vigorava regime político e econômico ditatorial. Tais estruturas criadas pertenciam ao Ministério da Indústria e Comércio e tiveram algumas dificuldades para impulsionar o turismo, porque os planos não eram feitos de forma sistêmica, contendo algumas lacunas, como por exemplo, a não menção à importância da participação dos diversos agentes sociais vinculados ao turismo (ARAUJO & TASCHNER, 2012).

O terceiro período de implementação de políticas públicas relativas ao turismo é aquele que se inicia com a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que reestrutura a EMBRATUR, e com o Decreto n.º 448, de 14 de fevereiro de 1992, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, que pensa o turismo como fator de desenvolvimento, pautado pela descentralização das demandas e dos projetos (CRUZ, 1999; ARAÚJO, 2007; ARAUJO & TASCHNER, 2012).

Em 1992, foi também lançado o Plano Nacional de Turismo (Plantur), porém a maioria dos seus programas acabou não saindo do papel devido ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Porém, cinco aspectos deste plano foram preservados: (i) o estímulo de parcerias entre o governo e o setor privado; (ii) a municipalização do turismo; (iii) o fortalecimento das Comissões Integradas de Turismo; (iv) incentivo às ações interministeriais e intersetoriais; e (v) a conscientização da classe política quanto à importância do turismo. Em 1994, então, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que almejava reduzir os desequilíbrios regionais, tendo como “princípios norteadores a sustentabilidade, a descentralização, as parcerias, a mobilização e a capacitação” (ARAUJO & TASCHNER, 2012, p. 81).

### *3.2.2 Afirmação das políticas de descentralização do turismo*

O Ministério do Turismo (MTur) foi criado em 2003, e este foi um grande marco da história do turismo brasileiro, reconhecendo que o turismo precisava de

gestão e administração exclusivos. A Embratur ficou subordinada ao Ministério do Turismo, foi estabelecido novo plano de turismo, e a descentralização das atividades foi mantida, para incentivar a desconcentração da renda, através da regionalização, da interiorização e da segmentação da atividade turística (ARAUJO & TASCHNER, 2012).

Em 2008, foi lançada a Lei Federal nº 11.771, que reúne e concentra o que anteriormente havia sido instituído através de diversos decretos, instruções normativas e portarias, tornando mais claros os papéis e responsabilidades através da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo (ARAUJO & TASCHNER, 2012). Novamente, a manutenção das atividades descentralizadas é clara na Lei, que atribui como objetivo do Sistema Nacional de Turismo “promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão”.

Na visão de Beni, [...] o Programa de Regionalização do turismo [...] está alinhado às políticas recomendadas pela Organização Mundial do Turismo – OMT, bem como, inspira-se no Esquema do Desenvolvimento do Espaço Comunitário - EDEC, que é adotado pelos países europeus. Seu objetivo é transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma política mobilizadora, com capacidade de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, buscando coordenar o processo de desenvolvimento turístico de uma região (ARAUJO, 2007, p. 234-235).

Apesar de as atividades no turismo serem administradas predominantemente pela esfera privada, para Beni é preciso que o setor público estabeleça e implemente políticas de apoio para a formação de arranjos produtivos locais, baseando-se nos princípios da economia solidária. A regionalização, neste sentido cria oportunidades para a construção de clusters de turismo, devendo ficar atenta à formação de consórcios, cadeias ou associações que unam municípios e empresas (BENI, 2005 apud ARAUJO, 2007).

Em 2013 que esta integração é impulsionada, quando o Programa de Regionalização do Turismo implantou o Mapa do Turismo Brasileiro, instituído através da Portaria MTur nº 313, com atualização em 2016, 2018, 2019 e 2021, tendo por objetivo desenvolver estratégias que estabeleçam a evolução de políticas públicas de turismo, com forte cooperação entre os municípios de uma região (ANJOS E ANDRADE, 2021).

A Portaria MTur nº 105, de 2013, revogada pela portaria MTur nº 41, de 2021, é que estabeleceu os critérios para que as regiões turísticas constem no Mapa do Turismo Brasileiro. Em suma, segundo esta política, uma região turística deve: (i) comprovar a existência de uma instância de governança regional; e (ii) ser composta por municípios próximos com similaridade turística. E para que um município integre uma região turística no Mapa do Turismo Brasileiro, dentre outros compromissos, ele deve: (i) comprovar a existência de órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de turismo; (ii) comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo; (iii) possuir um ou mais prestadores de serviços turísticos no CADASTUR; (iv) comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de Turismo; e (v) participar ativamente de uma instância de governança regional (BRASIL, 2013a, 2021).

Segundo tal Portaria, ainda, através do Artigo 6º (BRASIL, 2021), são instituídas, como estratégia do Programa de Regionalização do Turismo, dentre outras, as seguintes:

I - **mapeamento**: processo de identificação das regiões turísticas e dos municípios beneficiados pelo turismo, para orientar a atuação do Sistema Nacional do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas (BRASIL, 2021, grifos meus).

V - **fomento: apoio financeiro** para o desenvolvimento turístico das **regiões turísticas** e dos **municípios nelas contidos**, preferencialmente realizado por meio de chamadas públicas de projetos, orientadas pelos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo e por critérios técnicos específicos, que deverão considerar a categoria de cada município (BRASIL, 2021, grifos meus).

Mesmo que haja ambigüidade ao restringir o apoio financeiro através da adoção de “critérios técnicos específicos”, nota-se que a estratégia de fomento ou apoio financeiro só será praticada às regiões turísticas mapeadas, ou seja, àquelas criadas através das instâncias de governança regional, e aos municípios, também mapeados, que a integram.

### 3.2.3 *Considerações finais sobre as políticas públicas do turismo*

Não é por decreto, portanto, que as Portarias MTur nº 105 e nº 313, de

2013, e suas atualizações através da Portaria MTur nº 41, de 2021, conseguem fazer com que os municípios cooperem uns com os outros, mas sim incentivando-os da seguinte forma: para um município receber apoio financeiro federal para o turismo, ele deve fazer parte de uma instância de governança regional (IGR) reconhecida pelo Ministério do Turismo; e para que uma IGR seja reconhecida pelo Ministério do Turismo, caracterizando uma região turística, ela deve, entre outras coisas, reunir os diversos representantes para pensar o turismo regionalmente.

Tais políticas podem ter servido de estímulo para que os diversos agentes se articulassem para formar uma IGR, bem como, criar os seus conselhos municipais de turismo para que pudessem constar no mapa do turismo, e podem, portanto, terem sido fundamentais para a criação do Caminho dos Vales e das Águas, o que veremos a seguir.

### 3.3 A ROTA DENOMINADA CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS

Esta seção terá por principal objetivo caracterizar a região da rota Caminho dos Vales e das Águas através de diversos aspectos. Para isso, primeiramente serão descritas as características da rota recentemente criada. Em seguida, serão trazidos dados socioeconômicos dos municípios que fazem parte do arranjo. Por fim, serão detalhadas as etapas para sua formação, informação obtida através das atas de reunião, jornais digitais e, especialmente, a partir das entrevistas com agentes relevantes para o turismo desta região.

#### 3.3.1 *Características do arranjo*

O Caminho dos Vales e das Águas é uma rota turística formada em 2018 por nove municípios situados ao norte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Torres, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (ROCHA, 2018). Torres e Arroio do Sal são os municípios localizados à beira-mar, com população mais urbana, enquanto os demais que se encontram na encosta da serra têm atividades predominantemente rurais. (BRASIL, 2015; RAMBO e VIANNA, 2020). Terra de Areia é o único dos seus municípios que está na encosta da serra, mas possui pequena faixa litorânea.

O Caminho dos Vales e das Águas foi criado com o objetivo de

impulsionar a prática de turismo na região, que possui diversos atrativos naturais, culturais e de entretenimento entre os vales, dunas, cachoeiras, rios e lagoas. A natureza dos municípios integrantes é composta por cascatas e rios sinuosos, dentro da Mata Atlântica, ligados, ao mesmo tempo, à Lagoa Itapeva e ao mar (ROCHA, 2018).



Figura 4 – Municípios que compõem o Caminho dos Vales e das Águas.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido à estrutura criada para organização da rota, especialmente através de coalizões entre os diversos agentes interessados no fomento da prática do turismo, na região, sejam eles da iniciativa privada, da esfera pública ou da sociedade civil, a rota criada tem características de um Arranjo Produtivo Local, porém ainda não consolidado.

A seguir serão trazidas algumas imagens que demonstram os diversos potenciais turísticos que a região possui em diferentes segmentos, tais como: turismo cultural, turismo ecológico, turismo de aventura, turismo de eventos, turismo religioso, turismo de sol e mar, turismo de pesca, dentre outros que a região oferece.



Figura 5 – Casa histórica em Dom Pedro de Alcântara.  
Fonte: Torrez (2018); Boff (2021).



Figura 6 – Cascata Pedra Branca, em Três Forquilhas.  
Fonte: Aires (2020).



Figura 7 – Santuário Nossa Senhora de Lourdes em Dom Pedro de Alcântara  
Fonte: Torrez (2018); Boff (2021).



Figura 8 – Balonismo sobre o Rio Mampituba.  
Fonte: Torrez (2018).



Figura 9 – Ponte dos Cornélios em Terra de Areia.  
Fonte: Torrez (2018).



Figura 10 – Beira-mar de Torres durante o verão.  
Fonte: Torrez (2018).

### 3.3.2 *Dados socioeconômicos dos municípios*

A economia da região é baseada, principalmente, no setor de serviços e na agricultura (RAMBO & VIANNA, 2020). A média do PIB per capita dos municípios que compõem o Caminho dos Vales e das Águas é 35% inferior à média estadual. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), médio, também está abaixo do estadual, sendo que apenas Torres tem o indicador superior ao estado,

considerando os dados de 2010 disponíveis. (IBGE, 2021).

Tabela 2 – PIB per capita e IDH dos municípios.

MUNICÍPIO	PIB PER CAPITA (2019)	IDH (2010)
Arroio do Sal	24.399,48	0,74
Dom Pedro de Alcântara	23.275,71	0,69
Itati	31.459,73	0,67
Mampituba	19.828,17	0,65
Morrinhos do Sul	19.620,18	0,71
Terra de Areia	21.649,16	0,69
Torres	32.674,87	0,76
Três Cachoeiras	24.496,05	0,72
Três Forquilhas	21.516,96	0,66
MÉDIA PONDERADA <sup>2</sup>	27.603,78	0,73
RIO GRANDE DO SUL	42.406,09	0,75

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2021).

Tabela 3 - Variação estimada da população de 2010 para 2021 por município.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (CENSO 2010)	POPULAÇÃO ESTIMADA (2021)	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Arroio do Sal	7.740	10.483	2.743	35%
Dom Pedro de Alcântara	2.550	2.520	-30	-1%
Itati	2.584	2.377	-207	-8%
Mampituba	3.003	2.965	-38	-1%
Morrinhos do Sul	3.182	2.891	-291	-9%
Terra de Areia	9.878	11.323	1.445	15%
Torres	34.656	39.381	4.725	14%
Três Cachoeiras	10.217	11.174	957	9%
Três Forquilhas	2.914	2.643	-271	-9%
TOTAL CVA	76.724	85.757	9.033	12%
RIO GRANDE DO SUL	10.693.929	11.466.630	772.701	7%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2021)

Em relação aos dados demográficos, os municípios que compõem o

<sup>2</sup> Média ponderada utilizando como indexador a estimativa populacional de cada município.

Caminho dos Vales e das Águas tiveram crescimento populacional médio estimado em 12% entre 2010 e 2021, angariado por Arroio do Sal (+35%), Terra de Areia (+12%) e Torres (+14%). Cinco dos sete municípios da encosta da serra tiveram queda populacional no período, especialmente aqueles predominantemente rurais. Os dois municípios da encosta da serra que tiveram crescimento são aqueles cortados pela Rodovia BR-101. O crescimento demográfico foi maior, portanto, que a média estadual, que foi de 7% (IBGE, 2021).

Nota-se, através das tabelas 2 e 3 que os municípios que compõem o Caminho dos Vales e das Águas têm dados socioeconômicos, tais como PIB per capita e IDH, relativamente inferiores à média do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que o crescimento populacional é superior, o que, de certa forma, corrobora quanto à necessidade de a região evoluir sua matriz socioprodutiva, com vistas a oferecer melhor saúde, educação e renda.

### 3.3.3 *Etapas da criação da rota*

Diversos interlocutores, quando entrevistados, afirmaram que a rota foi concebida a partir do sonho de algumas pessoas que vislumbravam desenvolver o turismo rural e ecológico na região. Este sonho ganhou mais força a partir da ideia de implantar um catamarã ligando os municípios ao redor da Lagoa Itapeva oferecendo passeios turísticos. C. C., em entrevista para o jornal A Folha sobre o lançamento da rota afirma: “É um sonho que estamos sonhando juntos, buscando impulsionar nosso turismo de forma sustentável” (ROCHA, 2018). R. C. (2021, informação verbal), entrevistada para esta pesquisa, de forma convergente relatou: “posso dizer que foi um sonho isolado de várias pessoas, que dentro desses nove municípios sempre pensaram que a região tinha um grande potencial turístico”. L. S. (2021, citação verbal), Secretário Municipal responsável pelo turismo de um dos municípios complementa: “sempre foi a ideia, nós desenvolvermos a questão turística, principalmente fora da época de veraneio”.

Tais relatos deixam clara a agência dos atores locais para a criação do arranjo turístico. Eles não parecem ter iniciado sua organização a partir de determinado estímulo externo, ao contrário, iniciaram pelo potencial que viram em seus municípios para a atividade turística, e iniciaram sua organização a partir de tal

entendimento.

Um dos principais idealizadores da rota foi o engenheiro agrônomo e consultor ambiental C. C. (1955-2020), que incentivou outros agentes que acreditavam no potencial turístico da região a dar seguimento no projeto. A iniciativa ganhou forma e expressão após diversas reuniões de trabalho que ocorreram desde outubro de 2017, ao mesmo tempo em que os municípios da região foram implantando seus conselhos municipais de turismo e seus fundos municipais de turismo, para se enquadrar na Lei Geral do Turismo.

O primeiro encontro, em outubro de 2017, serviu para apresentar os dois circuitos turísticos que seriam criados na região. Um roteiro através de trilhas que proporcionariam experiências junto à natureza, integrando com elementos rurais, históricos, culturais, religiosos e gastronômicos da região, envolvendo sete municípios pertencentes à encosta da serra, envoltos por Mata Atlântica. O outro roteiro visava utilizar passeios náuticos, utilizando barcos, catamarãs e balsas, de forma que integrasse seis municípios localizados ao redor da lagoa, conforme relatado em ata, cujos trechos serão replicados a seguir.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2017, no auditório da Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras, reuniram-se prefeitos, secretários, empreendedores do meio turístico para apresentação do Projeto “CAMINHOS DA MATA ATLÂNTICA”, que se propõe a criar um roteiro turístico para a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, envolvendo nove municípios entre eles: Três Cachoeiras, Terra de Areia, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Três Forquilhas, Mampituba, Torres, Morrinhos do Sul e Arroio do Sal (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017a, s. p.).

Este Projeto contempla dois circuitos, o primeiro se resume na travessia da lagoa Itapeva, quando o Secretário Adjunto do Meio Ambiente de Arroio do Sal, Luiz Schimdt apresentou que o circuito visa a travessia da Lagoa Itapeva, através de barcos (pessoas) e balsas (veículos), entre os municípios de Arroio do Sal e Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Terra de Areia (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017<sup>a</sup>, s. p.).

O Segundo Circuito Caminhos da Mata Atlântica, apresentado pelo Engenheiro Agrônomo Carlos Renato Cechin, consiste em criar um Roteiro Turístico que contemple belezas naturais, elementos históricos, elementos rurais, elementos ecológicos, religiosidade, valorizando a cultura, e consequentemente fortalecimento da identidade local (belezas naturais, gastronomia característica, produtos ecológicos, Mata Atlântica, Açaí, Ecossistema diversificado) (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017a, s. p.).

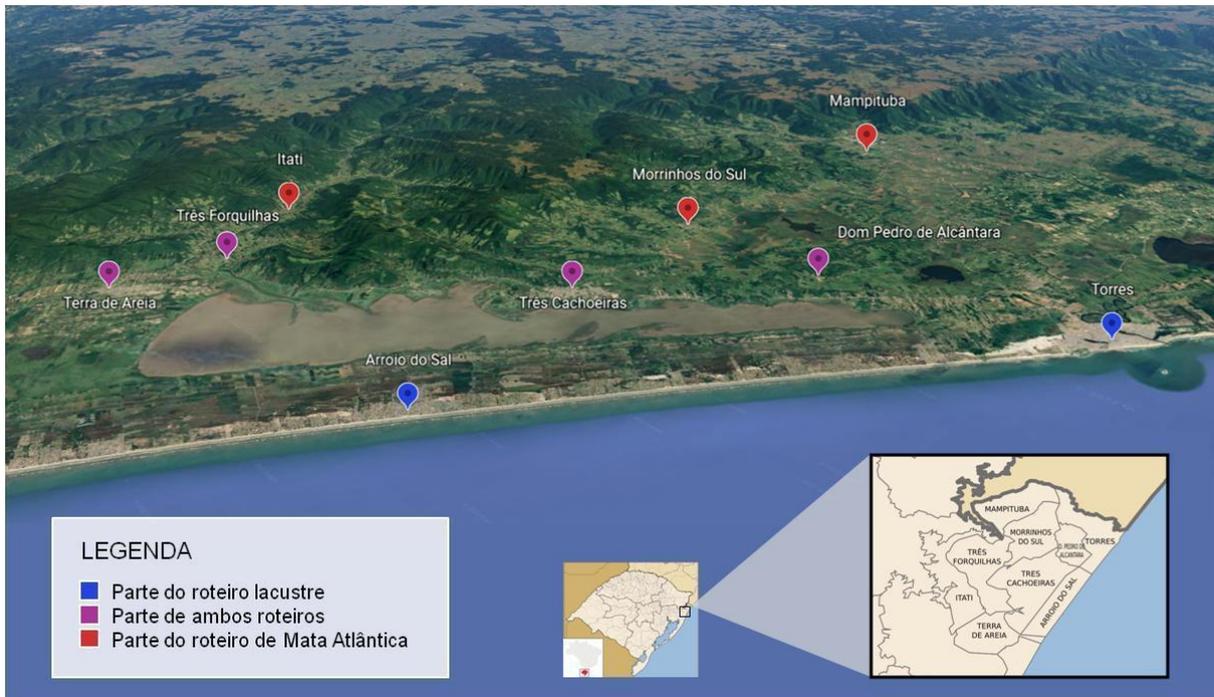


Figura 11 – Segmentação de acordo com a característica de cada município  
Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se na Figura 11 que há quatro municípios que podem desfrutar de ambos os roteiros mencionados – o de navegação e o ecológico-rural<sup>3</sup>. São eles: Terra de Areia, Três Forquilhas, Três Cachoeiras e Dom Pedro de Alcântara. Torres e Arroio do Sal logriam, como novidade<sup>4</sup>, somente do roteiro lacustre. Já Itati, Morrinhos do Sul e Mampituba seriam exclusivos dos caminhos de Mata Atlântica, sendo que Mampituba também faz parte, assim como Torres, do Caminho dos Cânions do Sul. Se pensarmos nos municípios como os agentes, ou como as posições, em um campo econômico de turismo, portanto, há um favorecimento aos quatro municípios que participam de ambos os roteiros, pois teriam um maior aumento do seu “capital turístico”.

No segundo encontro do grupo, também realizado em outubro de 2017 em Três Cachoeiras, foi deliberado sobre a necessidade de se constituir uma

<sup>3</sup> O termo ecológico-rural foi escolhido como tentativa de resumir as atividades turísticas que estes municípios iriam oferecer, sabendo que há grande potencial de ofertarem outros segmentos, tais como, o de aventura, o religioso e o gastronômico, por exemplo.

<sup>4</sup> Atualmente Arroio do Sal e, principalmente, Torres são municípios já consolidados como destinos de Sol e Mar.

entidade jurídica, com CNPJ, possivelmente um consórcio entre os municípios. Também foi destacada a necessidade de os municípios terem em suas estruturas, no mínimo, um departamento de turismo e criarem um conselho municipal de turismo e um fundo municipal de turismo. Foi definido que cada um dos próximos encontros ocorreria em um município diferente, para que os envolvidos tivessem oportunidade de conhecer cada um dos nove municípios. Tais fatos podem ser confirmados em trechos da ata desta reunião, em que se diz: “As próximas reuniões serão feitas de forma itinerante, onde os membros visitarão um dos nove municípios” (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.). Abaixo, seguem outros trechos desta mesma ata.

Foi sugerido para que cada município crie, no mínimo, um Departamento de Turismo e designe um servidor responsável para o mesmo, e também que crie um Conselho Municipal do Turismo, de extrema importância, para posterior criação do Fundo Municipal do Turismo e também a mobilização de toda a comunidade do município (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.).

Ficou definida a criação de uma entidade jurídica para o roteiro, com CNPJ, diretoria, visando a organização e a participação de todos os municípios, sem depender apenas do Poder Público (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.).

Nos dois encontros seguintes, um realizado em Mampituba e o outro em Três Forquilhas, em novembro de 2017, foram apresentadas as ofertas turísticas dos nove municípios que compõem a aliança. As reuniões seguiram ocorrendo para organização da rota, ao longo de 2018, cada uma em um município diferente. Houve apresentação de modelo de ancoradouro para o catamarã, envolvimento da APA Rota do Sol para avaliação de trilhas, criação de site e de material publicitário e organização do evento de lançamento, como resumido na linha de tempo representada na Figura 14.

Em praticamente todos os encontros, é evidenciada a liderança de C. C. para construção da rota, ou iniciando a reunião, ou mobilizando, ou à frente do grupo fazendo uma apresentação ou um discurso aos demais integrantes. Na segunda reunião, por exemplo, consta que ele “iniciou a reunião ressaltando a importância de elencar os locais de turismo existentes, bem como descobrir novos lugares e integrar

turismo rural com as praias, pois o nosso litoral é contemplado com diversidades” (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.). Já no quinto encontro, apesar de não ter citação sua em ata, ele aparece nas fotos à frente do grupo, como se pode ver na Figura 12. Há indícios, portanto, de que C. C. tenha elevada capacidade de articulação e forte liderança e, por isso, elevado capital político e social, fato que será analisado com mais detalhes no capítulo seguinte.



Figura 12 – C. C. em reunião realizada em Torres em maio de 2018.  
Fonte: Caminho dos Vales e das Águas (2018b)

Em outubro de 2018, foi realizado o evento de lançamento da rota na Feira do Livro de Torres, com centenas de participantes da comunidade, além de diversos representantes dos municípios e palestrantes. Nas reuniões seguintes, o trabalho seguiu em evolução, sendo apresentado estatuto atualizado e definidos os membros da direção, em uma estrutura organizacional provisória.



Figura 13 – Lançamento da rota em Torres.  
Fonte – Caminho dos Vales e das Águas (2018f).

Não há atas de reuniões entre março de 2019 e fevereiro de 2021. Sabe-se, entretanto, que em 2020, com a chegada da COVID-19 e com todo o contexto de pandemia, os trabalhos foram interrompidos, assim como as atividades no turismo como um todo. Houve interrupção das atividades em hotéis, bares, restaurantes, dentre outros, devido à necessidade de isolamento social para conter a disseminação do vírus (CRUZ, 2020).

Somente em fevereiro de 2021, uma nova reunião foi realizada por vídeo conferência, sendo retomada a organização do arranjo.

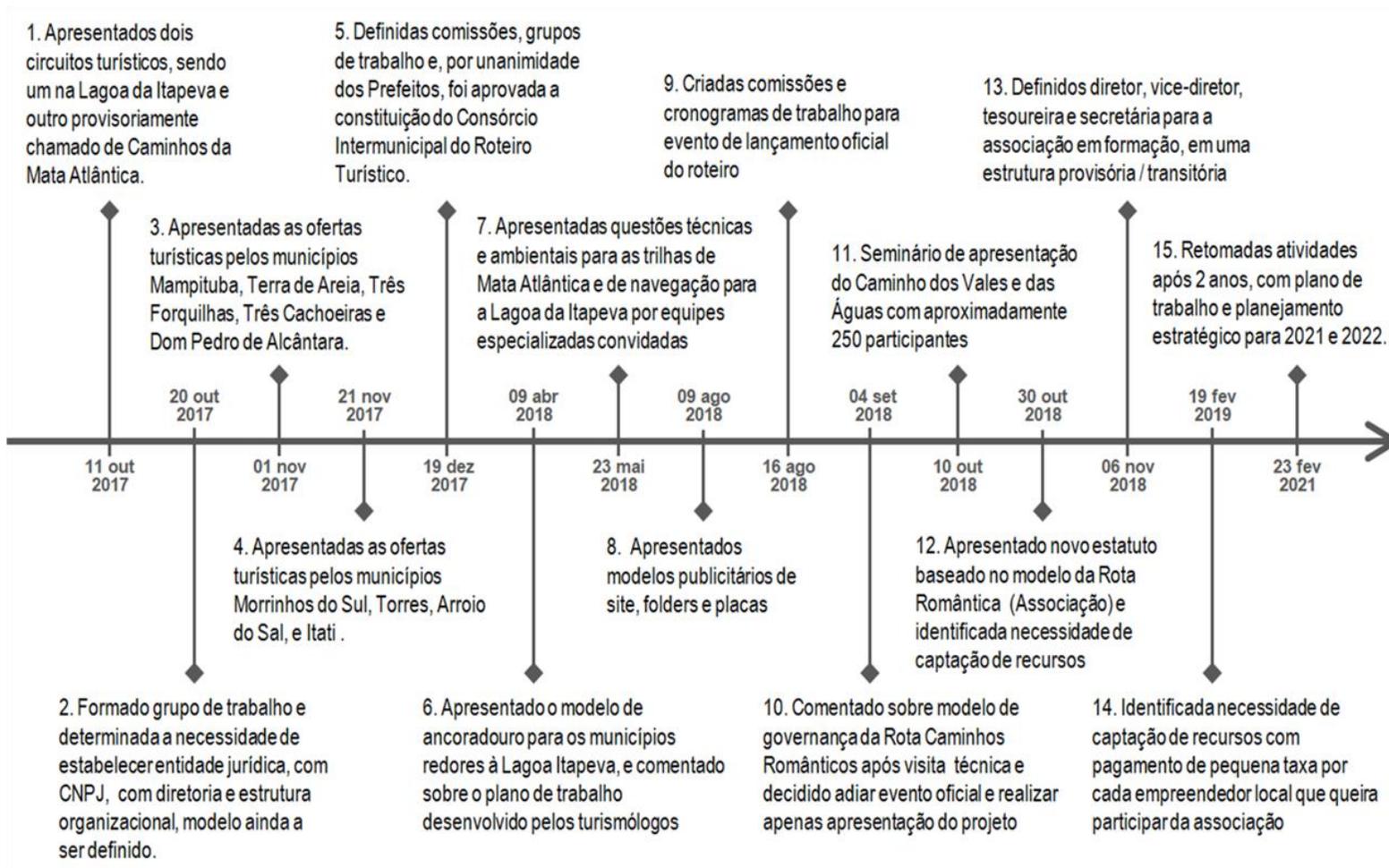


Figura 14 – *Timeline* dos encontros de formação do Arranjo Produtivo Local.

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **4 CAPÍTULO III: ANÁLISE DO CAMPO DO TURISMO**

O objetivo deste capítulo é refletir sobre como se deu a formação do Caminho dos Vales e das Águas como um Arranjo Produtivo Local de Turismo, utilizando como embasamento teórico, principalmente, os conceitos de rede e de campo. Neste contexto, o turismo será analisado como campo, podendo ser, sob algumas perspectivas, considerado um sub-campo do campo econômico, no qual os agentes estabelecem redes, buscando naturalmente aumentar seu capital social e capital político.

Além disso, o capítulo trará reflexões sobre como os eventos externos que afetaram a sua formação, incluindo outras redes e associações que, de certa forma, competiram com a do Caminho dos Vales e das Águas, além de acontecimentos de magnitude mundial, como o da pandemia do vírus COVID-19.

Para isso, o capítulo será dividido em duas sessões. A primeira seção irá tratar sobre a rede de agentes que trabalharam para a formação do Caminho dos Vales e das Águas, e terá o objetivo de compreender os capitais que cada um possui e, portanto, a posição que ocupam no campo. A segunda seção irá tratar sobre toda a conjuntura que influenciou a formação do Caminho dos Vales e das Águas.

##### **4.1 ANÁLISE DO CAMPO POLÍTICO E DO CAMPO ECONÔMICO**

Esta seção será dedicada a compreender a posição que os principais atores envolvidos na criação e na continuidade da rota Caminho dos Vales e das Águas ocupam no campo social e analisar as relações sociais entre eles, como forma de elucidar como tais relações afetam a formação de um Arranjo Produtivo Local.

As análises serão feitas a partir das relações que os agentes têm entre si, além da posição que ocupam no campo e a influência de seus capitais. O campo, como visto, é o espaço onde ocorrem as diversas relações individuais ou coletivas, em que cada sujeito disputa pela dominação de certos valores, denominados capitais – termo emprestado do campo econômico que representa o acúmulo de algum valor, seja cultural, social, político, de informação, ou mesmo econômico

(BOURDIEU, 2003; LEBARON, 2017; OLIVEIRA & PIMENTEL, 2020).

Para tanto, serão utilizados dados das atas, dados de entrevistas dadas para canais externos, respostas das entrevistas que foram realizadas com alguns deles e respostas das entrevistas realizadas com agentes que não participaram diretamente da construção da rota.

Quadro 1 – Agentes do setor de turismo da região do Caminho dos Vales e das Águas.

Grupo	Iniciais	Principal função	Localidade	Público / Privado
Agentes entrevistados que NÃO participaram da formação do CVA	E. B.	Guia de Turismo	Externo	Privado
	F. N.	Secretário de Turismo	Torres	Público*
	I. F.	Presidente do SHRBSLN / Vice-presidente da ABIH-RS / Hoteleira	Torres	Privado
	R. R.	Gerente do Parque dos Canyons	Mampituba	Privado
	V. J.	Secretário de Turismo	Mampituba	Público*
Agentes entrevistados que participaram da formação do CVA	A. N.	Secretário de Turismo	Terra de Areia	Público*
	B. M.	Vice-presidente da Associação CVA, Turismólogo	COOMAFITT	Privado**
	L. S.	Secretário de Turismo	Arroio do Sal	Público
	N. P.	Presidente da Associação CVA / Hoteleira	Morrinhos do Sul	Privado**
	R. C.	Arquiteta, filha de C. C.	Três Forquilhas	Público
Outros agentes relevantes que participaram da formação do CVA, mas não foram entrevistados	C. C.	Engenheiro Agrônomo, atuou em diversas prefeituras da região	Três Cachoeiras	Público
	F. M.	Administrador, Ex-secretário municipal, ex-presidente da ATL-Norte	Morrinhos do Sul	Público
	A. P.	Turismólogo, Ex-secretário municipal	Torres	Público

\* Apesar de atualmente atuar no setor público, também é empreendedor no setor privado.

\*\* Apesar de atualmente ser empreendedor privado, já teve cargo público.

Fonte: Elaborador pelo autor.

#### 4.1.1 *Análise dos agentes e seu capital*

Nesta seção serão tratadas as relações entre os diversos agentes a partir da sua posição, ora no campo turístico, ora no campo político, como forma de inferir seu capital e entender como que os conceitos de Campo e Capital, além de outros vistos, podem ser analisados na pesquisa empírica.

C. C. foi um dos idealizadores do Caminho dos Vales e das Águas, responsável por iniciar as articulações para integrar os municípios da encosta da serra para se desenvolverem como uma rota turística. Por ter sido secretário municipal, vice-prefeito, cargo comissionado e prestador de serviços de licenciamento ambiental em diversos municípios do norte do litoral norte, além de ter presidido a Associação dos Amigos da Praia de Torres, infere-se que tem um capital social elevado, assim como capital simbólico e, portanto, capital político.

Capital social é o conjunto de recursos disponíveis na posição que o agente ocupa em uma rede de relações. Quanto maior a rede estabelecida, maior a probabilidade de o agente ter acesso a estes recursos, portanto, maior é o seu capital social. Capital simbólico, por sua vez, está relacionado à reputação e à notoriedade, ou seja, ao seu valor atribuído por outros agentes, sendo, portanto, o capital mais requisitado no campo político (BOURDIEU, 1980; 2011).

A morte prematura de C. C. influenciou negativamente o andamento dos trabalhos para a formação do arranjo, fato confirmado por diversos de seus colegas, o que demonstra o quão elevado era seu capital simbólico dentro da sua rede de relações. N. P (2021, informação verbal), empreendedora, que tem história política na região do Caminho dos Vales e das Águas, por exemplo, afirmou sobre ele: “um dos grandes organizadores da nossa região [...], ele foi super importante, sempre, na nossa região. Ele era engenheiro agrônomo, e trabalhou muito essa nossa região aqui em todas as áreas, na área ambiental, no planejamento urbano”. Em seguida, complementa:

Ele dava assessoria em vários municípios aqui da região, não é? Então, ele conhecia profundamente a vida das prefeituras aqui, de todo mundo, de olhar a pessoa ideal no momento. Então ele sonhou isso, se organizou, mobilizou, chamou. É muito importante que a gente também reconheça isso. Um ator assim que sonhou e conseguiu fazer com que todo mundo sonhasse junto (N. P., 2021, informação verbal).

Outro entrevistado, L. S. (2021, informação verbal), um dos idealizadores do projeto, explicando todo o histórico da criação da rota, ao ilustrar os motivos de o projeto ter parado por um tempo, relata: “nós perdemos também um dos mentores, que nos ajudou nesse projeto todo, que foi o pai da R. C., que faleceu. E aí também nos atrapalhou bastante isso”.

Rios (2013), a partir dos estudos de Halbwachs e Pollak, sobre memória coletiva e memória individual, concluiu que a memória dos sujeitos nem é totalmente individual, tampouco totalmente coletiva: sua constituição envolve experiências próprias e experiências herdadas pelos grupos através do processo social. Os indivíduos e grupos costumam destacar elementos da memória buscando formar uma identidade positiva, mesmo que de forma inconsciente ou tácita, “auxiliando a manutenção de uma posição privilegiada de poder e status” (RIOS, 2013, p. 12).

Neste sentido sabe-se que, depois de falecido, a memória de um sujeito tende a ser mitificada pelo grupo que convivia com ele, positivando-a. Nota-se, no entanto, que C. C., além de ter participado da maioria das reuniões, liderou boa parte delas, confirmando vários aspectos citados pelos entrevistados. Além disso, verificamos que a maioria dos encontros ocorreu em Três Cachoeiras, município base de C. C. Mesmo que Três Cachoeiras seja geograficamente central em relação aos demais municípios que compõem a rota, não é o único nessa condição, e compreende-se que foi escolhido também pela elevada capacidade de C. C. de envolver os agentes. Sua liderança e capacidade de articulação era destacada. C. C. participou de pelo menos seis encontros de formação da rota entre 2017 e 2018.

As fotos a seguir, de três dos encontros realizados em 2017, comprovam a liderança que C. C. tinha em relação aos grupos de trabalho. Na primeira, ele aparece em pé, à frente dos demais integrantes que estão posicionados como expectadores. Na segunda, com a formação de roda, em que há uma desconstrução de hierarquias, ele aparece espontaneamente gesticulando, como se tivesse discursando ao grupo, que atentamente olha para ele ou toma notas, em sua maioria. Na terceira imagem, em que o grupo se posiciona para uma fotografia, ele está centralizado, com os demais em seu entorno, como um líder familiar ou um homenageado.



Figura 15 – C. C. em apresentação na primeira reunião em Três Cachoeiras.  
Fonte: Caminho dos Vales e das Águas (2017a).



Figura 16 – C. C. discursando na segunda reunião em Três Cachoeiras.  
Fonte: Caminho dos Vales e das Águas (2017b).



Figura 17 – Fotografia do grupo no quinto encontro.  
 Fonte: Caminho dos Vales e das Águas (2017e)

Segundo Bourdieu e Bourdieu (2006, p. 34), em seus estudos sobre a representação social das famílias camponesas através de fotografias de eventos familiares, “o que é fotografado, e apreendido pelo leitor da fotografia, não são propriamente indivíduos na sua particularidade singular, mas sim papéis sociais”. As fotografias dos encontros de formação do Caminho dos Vales e das Águas demonstram exatamente o papel social que C. C. tinha para o grupo.

Já na retomada das atividades do Caminho dos Vales e das Águas, em 2021, N. P. foi escolhida para ser a nova presidente da rota, em substituição a C. C.. Sabe-se que N. P. participou, no mínimo indiretamente da primeira fase, de 2017 a 2019. Sua presença não aparece nos registros das atas das primeiras reuniões, mas esteve envolvida com os cursos de formação em turismo rural ministrados através do SENAR aos agricultores rurais de Morrinhos do Sul, por exemplo, onde também é empreendedora deste segmento de turismo (N. P., 2021, informação verbal).

N. P., em sua trajetória, participou dos primeiros movimentos de criação das futuras entidades de classe que representariam os servidores públicos municipais de Torres. Auxiliou na organização de vários sindicatos, associações, movimentos sociais do Litoral Norte. Foi vereadora e, mais tarde, elegeu-se prefeita de Torres. Atualmente, N. P. é empreendedora do turismo rural em Morrinhos do Sul

e é a atual presidente da rota Caminho dos Vales e das Águas (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

N. P. pode ser considerada uma empreendedora militante que possui elevado capital social e político, devido também à sua trajetória na política pública da região e nas campanhas e nos movimentos sociais que participou, sendo alguns deles sob sua liderança. Imagina-se que, com isso, tenha vivenciado diversas interfaces sociais durante sua trajetória, devido às suas posições culturais e ideológicas. O conceito de interfaces revela as posições culturais e ideológicas de sujeitos ou grupos, e fornece meios de tipificar posições que se opõem a outras e implica no uso de discursos, que fazem parte dos diferentes estoques de conhecimento dos agentes (LONG, 2001).

Junto com N. P., assumiu como vice-presidente da rota, B. M., que durante a primeira fase representou a COOMAFITT e apoiou tecnicamente com seus conhecimentos de turismólogo e também de estudante de desenvolvimento regional<sup>5</sup>. B. M. tem presença registrada e quatro encontros de formação da rota entre 2017 e 2018.

B. M. é jovem e reside na região do Litoral Norte do RS há poucos anos e por isso, entende-se que tenha um capital social não tão elevado como C. C. e N. P. De qualquer forma, é um agente que trabalha na rota desde seu início, e vem agregando ao projeto através de seu capital cultural institucionalizado<sup>6</sup> no setor de turismo. Assim como N. P., levanta suas bandeiras e possui posições ideológicas bem definidas, dando indícios de que vivencia interfaces sociais diversas.

Dois outros agentes, relevantes por suas posições, deixaram o roteiro de 2019 para cá. Um deles foi F. M., ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Morrinhos do Sul, responsável pela “pasta” de turismo. F. M. teve papel ativo na

---

<sup>5</sup> Como estudante de desenvolvimento regional, iniciou um projeto de pesquisa denominado “O papel do Turismo Rural no Desenvolvimento Regional do Litoral Norte, a partir da análise e experiências do Roteiro Turístico ‘Caminho dos Alimentos’” envolvendo os três municípios integrantes da COOMAFITT: Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas.

<sup>6</sup> Capital cultural está relacionado ao acúmulo de conhecimento e pode aparecer em três diferentes estados: (i) o estado incorporado, quando o conhecimento está imbricado no organismo do sujeito; (ii) o objetivado, através da produção de bens culturais, tais como pinturas, livros, teorias, etc.; e (iii) o institucionalizado, através de títulos e diplomas, por exemplo (BOURDIEU, 1987).

formação da rota e foi também o primeiro presidente da Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte) – atual instância de governança regional – eleito em 2019. Em entrevista ao jornal O Sul, no momento da sua posse como presidente da ATL-Norte, em maio de 2019, relata:

Hoje o turismo deve ser pensado de forma coletiva, isto converge com a instrução do próprio Ministério do Turismo, que assinala a necessidade da regionalização para a exploração do setor. Nosso objetivo é auxiliar a organização do turismo em todos os municípios do Litoral Norte para que possam implantar uma secretaria ou um departamento específico para o segmento. É importante visualizarmos a questão turística como uma disciplina já nos bancos escolares. Esse conjunto de ações fortalecerão a imagem da nossa região promovendo diretamente a economia local (O SUL, 2019, s/p)

F. M. chegou a participar de seis reuniões da rota em 2018. Devido a sua experiência na iniciativa privada e na esfera pública, e em sua boa capacidade de articulação, infere-se que F. M. possuía elevado capital social e elevado capital político. Entretanto, por motivos particulares, deixou a Secretaria de Meio Ambiente de Morrinhos do Sul, mudando-se para outro estado e, conseqüentemente, se desligou da presidência da ATL-Norte, e da vinculação com o Caminho dos Vales e das Águas, ao final de 2019.

A. P. também se desligou da rede ao assumir outra secretaria na prefeitura de Torres. A. P. tinha presença significativa nos encontros de formação da rota, tendo participado de cinco deles em 2018. Além dele, outros 18 representantes de Torres participaram dos encontros entre 2017 e 2021, sendo o município com maior número de participantes diferentes reunião.

#### *4.1.2 A participação dos agentes*

Através de uma análise sobre quantidade de participantes e de participações dos representantes de cada município, é possível ratificar ou retificar o que pensam os agentes da rota quanto ao engajamento de outros agentes para com o projeto. Uma das questões feitas aos entrevistados que participaram da formação do arranjo era sobre a participação efetiva de outros agentes ou de outros municípios.

A. N. (2021, informação verbal), secretário municipal bastante presente

nos encontros da rede, ao ser perguntado sobre o envolvimento de cada um dos municípios, relatou: “Torres foi uma decepção sempre, porque trocou de secretário 50 vezes, e até hoje não participa muito”. O entrevistado complementa em seguida: “Então eu esperava que o ‘município-mãe’ abrigasse todos e conduzisse um projeto grande. E não foi, partiu mais dos pequenos, do que dele”. Sua fala demonstra a vontade de um agente com pouco capital turístico em contar com um agente com elevado capital turístico em sua coligação, mas, claramente, discorda de que isso ocorra em condições que promovam o aumento do capital deste agente já o tem em maior proporção, como veremos mais adiante.

B. M (2021, informação verbal), ao falar sobre Itati e Torres, destacou que esses municípios não fizeram lei orçamentária para contribuir com a rota, e explica por que, em sua visão, não o fizeram. Segundo ele, “não foi nem pela negação, [...] acho que foi uma falta de um pouco de articulação, ou um atraso, às vezes, pela própria burocracia interna dentro das administrações e acabou não acontecendo”. Ou seja, novamente, o município de Torres aparece, na fala, como pouco comprometido com o projeto, desta vez em relação à elaboração das leis orçamentárias para contribuição financeira com o arranjo.

Ao analisarmos a quantidade de participações (A), ou seja, o número de pessoas que participaram das reuniões, e compararmos com o número de representantes (B), ou seja, a quantidade de pessoas diferentes que participaram, podemos entender a alternância de pessoas. Se fizermos a razão da quantidade de representantes pela quantidade de participações, chegaremos a um número índice que chamaremos de giro, que irá variar de 0 a 1. No limite, se o resultado for 0, significa que sempre as mesmas pessoas participaram das reuniões. No outro extremo, resultado igual a 1, significa que sempre pessoas diferentes participaram. Quanto maior o indicador, maior a alternância de indivíduos, portanto.

A tabela a seguir foi elaborada a partir das listas de presença dos encontros realizados entre 2017 e 2021, e considera a representação de cada agente a partir da origem do participante, seja ele da esfera pública ou privada. Dos 15 encontros, tem-se a lista de presença de 10 deles, cujos dados foram tabulados. Os agentes que participaram de um único encontro foram retirados da análise, pois

infere-se que tiveram participação apenas pontual. Nota-se, com isso, que os agentes que não representam as prefeituras municipais tiveram baixa assiduidade o que demonstra que a formação do arranjo foi basicamente liderada, primeiramente, pelas prefeituras municipais.

Tabela 4 – Participação dos principais agentes nos encontros.

Agente	Quantidade de Participações (A)	Quantidade de Representantes (B)	Giro (B / A)	Assiduidade
Agência de Turismo Estância Tropeira	2	1	0,50	<b>20%</b>
Bacia Hidrográfica Rio Tramandaí	3	2	<b>0,67</b>	<b>20%</b>
Coomafitt	5	2	0,40	<b>40%</b>
Espaço Náutico	5	2	0,40	<b>40%</b>
SEMA	5	4	<b>0,80</b>	<b>20%</b>
P. M. de Arroio do Sal	23	9	0,39	90%
P. M. de Dom Pedro de Alcântara	12	6	0,50	70%
P. M. de Itati	3	2	<b>0,67</b>	<b>30%</b>
P. M. de Mampituba	7	4	<b>0,57</b>	<b>40%</b>
P. M. de Morrinhos do Sul	12	4	0,33	70%
P. M. de Terra de Areia	14	6	0,43	70%
P. M. de Torres	27	18	<b>0,67</b>	90%
P. M. de Três Cachoeiras	26	5	0,19	100%
P. M. de Três Forquilhas	21	6	0,29	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

As prefeituras municipais que tiveram o maior giro de participantes, na razão B/A, foram as de Itati (0,67), Torres (0,67) e Mampituba (0,57), respectivamente. Desses três, Itati e Mampituba tiveram uma baixa assiduidade (30% e 40%, respectivamente), ante 90% de presença do município de Torres, que de certa forma, demonstra um compromisso mínimo de, ao menos, manter um representante.

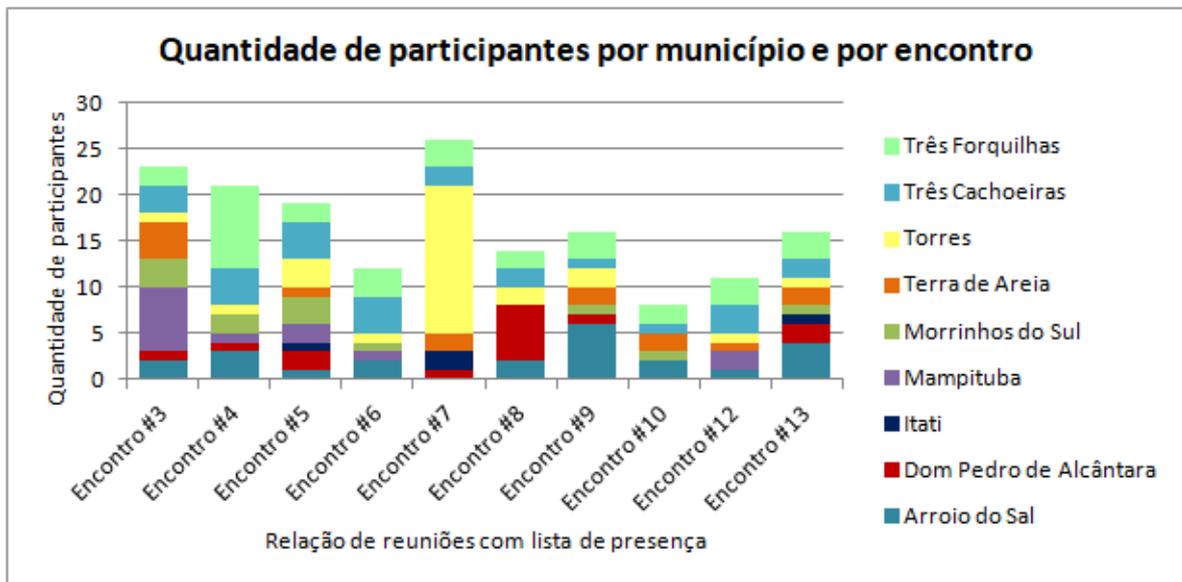


Figura 18 – Quantidade de participantes por encontro realizado.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Infere-se ainda que o número elevado de participantes e de participações do município de Torres foi concentrado no sétimo encontro, que ocorreu em Torres no dia 23 de maio de 2018. Foi a única reunião de trabalho no município, o que explica a anormalidade nos dados. Situação semelhante, com menor intensidade, ocorreu com Mampituba (município sede do 3º encontro), com Três Forquilhas (município sede do 4º encontro), com Dom Pedro de Alcântara (município sede do 8º encontro) e com Arroio do Sal (município sede do 9º encontro), como podemos ver no gráfico abaixo (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017c, 2017d, 2018b, 2018c, 2018d).

Depois do 7º encontro, ocorrido em Torres, o município manteve representação nas demais reuniões, com um ou dois representantes, sendo um deles, sempre o secretário A. P. Torres é o município mais consolidado no turismo de toda a região. Se emancipou de Osório em 1889, exatamente quando a prática do banho de mar começou a ser tão requisitada, e por isso foi chamada por A. N. de “município mãe”.

Há outro fato que A. N. (2017, informação verbal) trouxe sobre a participação de Torres, que demonstra a disputa por capitais e poder simbólico: “Eles queriam o nome do projeto como *Caminhos que levam a Torres*. Nós vamos

montar, trabalhar, morrer para dar mais para um lugar que não precisa propaganda, porque é um natural”

Pode-se verificar ainda que o atual secretário de turismo de Torres, F. N. não tem participado de forma ativa da associação, pois em sua entrevista, ao ser perguntado sobre o Caminho dos Vales e das Águas, diz que conhece a rota, não se inserindo no contexto:

Conhecemos sim, e sabemos que é um roteiro importante, são mais produtos dentro de um roteiro que são apresentados para turistas e sempre servem como opção para os mais variados tipos de perfil que buscam os nossos destinos (F. N., 2022, informação verbal).

#### 4.1.3 *Alternância de gestão e seus efeitos*

A troca dos agentes responsáveis pela gestão municipal é vista como um problema por quem atua no setor. Mesmo sem terem sido perguntados sobre as disputas políticas, cinco dos dez entrevistados – sendo dois representantes da esfera pública e três da iniciativa privada – falaram sobre suas preocupações quanto aos problemas que as disputas políticas causam no andamento de seus trabalhos.

Segundo as palavras de A. N. (2021, informação verbal): “Mudam-se alguns prefeitos, entram novas pessoas. [...] Cada vez que troca, é uma nova pessoa, é uma nova maneira de ver a questão do turismo. E daí começa tudo de novo” (A. N., 2021, informação verbal). Segundo o entrevistado, aqueles que se mantêm na rede podem se frustrar com o excesso de quebras nos fluxos de informação.

Então, o [agente do setor] privado vai cansando de acreditar, a cada ciclo, que agora vai acontecer, e daí não acontece. E vai frustrando. Quando ele é chamado, ele: “eu não vou lá de novo, acho que é a 20ª vez que eu vou participar de reunião de uma coisa que anda meses e daqui a pouco vai tudo por água abaixo de novo (A. N., 2021, informação verbal).

I. F., escreve sobre os efeitos das disputas para continuidade dos projetos:

Então, o turismo não se faz sozinho, não é? Ele precisa do poder público, do privado e da comunidade. Então nós precisamos dessa interação, dessa integração, para poder promover o turismo. E, infelizmente, essa é outra situação que nós precisamos aglutinar. Nós ainda estamos vivendo uma

época onde “se tu és do partido tal, e eu sou do partido tal, eu não converso contigo porque tu és desse, eu sou daquele” (I. F., 2021, informação verbal).

N. P., que atualmente é presidente responsável pela rota, empreendedora do turismo em Morrinhos do Sul, ex-prefeita de Torres, para explicar sobre os motivos de a diretoria da rota ser composta por representantes da iniciativa privada, admite:

Nessa função de que não se perderam os trabalhos, ou de 4 em 4 anos, ou de 2 em 2 anos, ou [quando] um secretário que é CC [cargo comissionado], briga com o prefeito e sai. E aí se perde tudo, se perde o fio da meada, não é? Então deixamos o cargo de diretor-presidente para a iniciativa privada (N. P., 2021, informação verbal).

R. C. também demonstra preocupações de forma similar à N. P, quando trata sobre a necessidade de o projeto seguir pelos empresários do turismo na região. Neste contexto, descreve brevemente uma estratégia usada pelos agentes políticos para enfraquecer seus adversários, o que, sob a ótica conceitual de Bourdieu, seria uma tentativa de diminuir o capital simbólico ou político de seus concorrentes:

Como a gente, infelizmente, tem essa visão, ainda, no Brasil, de que, se entrou outro prefeito, e se a ideia era do outro, “não, isso aqui não estou a fim porque a ideia era do outro”. E nós queríamos que a rota fosse duradoura. Então a ideia era que ela fosse independente disso, que ela tivesse a força dos empreendedores para poder cobrar do poder público, as ações que o poder público tivesse que tomar, e que ela andasse com as próprias pernas para avançar e para continuar evoluindo (R. C., 2021, informação verbal).

O campo político, assim como os demais, na concepção de Bourdieu, é um espaço de lutas, onde cada um quer se apropriar do capital que está em disputa. (CATANI, et al, 2017). Quando se fala em “ideia do outro” no trecho anterior, estamos diante de uma característica comum no campo político, onde ocorrem as disputas pelo capital simbólico e político.

#### 4.1.4 A esfera pública e a iniciativa privada

Sobre a importância da participação do setor privado para dar

continuidade ao projeto, que foi idealizado e administrado, até então, por agentes do poder público, além das argumentações de R. C. e N. P citadas na subseção anterior, outros entrevistados também elucidaram a respeito. A. N. (2021, informação verbal) argumenta que “pelo privado, independente de quem esteja no poder, o dono da propriedade, o dono do empreendimento, vai tocar o projeto sempre. Então, desde o início eu defendi que o projeto fosse encabeçado por particulares”.

R. R., gestor de empreendimento turístico em expansão, há pouco tempo inaugurado na região, e que não conhece o projeto do Caminho dos Vales e das Águas, concorda sobre a importância da agência de entidades privadas para o fomento do turismo.

O setor público ainda é muito travado. É comum em vários outros lugares. Então, o que [...] vai fazer essa mudança, de reconhecimento, vai ser o setor privado. Acredito que vai ser o setor privado, porque a comunicação é melhor. Então, essa comunicação entre o setor privado é muito tranquila. [...] O setor público ainda tem aquelas burocracias (R. R. 2022, informação verbal).

Pensando na forma com que os agentes do setor privado devem se relacionar para desenvolver o turismo, F. N. ressalta sobre o papel de empreendedores específicos para impulsionar novos destinos, unindo as forças das agências de receptivo com as operadoras de turismo, na sua comercialização:

Eu acho que esse casamento entre agências de receptivo e operadoras de turismo é importantíssimo para, efetivamente, na largada, funcionar. Eles é que vão querer investir em publicidade, eles que vão querer faturar também com a comercialização desses roteiros (F. N., 2022, informação verbal).

Na visão da maioria dos entrevistados, inclusive daqueles que participaram da criação da rota, o papel dos empreendedores é fundamental para continuidade do projeto, como visto. Mais adiante, através de outras análises que envolvem o entendimento das políticas públicas do turismo e seus efeitos nas relações entre os seus agentes, retomaremos este ponto. É importante salientar, neste momento, que o projeto, no entanto, foi iniciado totalmente pela esfera pública, através da articulação de alguns agentes das prefeituras, pautados pelo programa de regionalização do turismo do governo federal.

A. N. (2021, informação verbal) explica um pouco desta dinâmica, quando

infiere que “o início do projeto foi todo pela parte pública. [...] E ao longo do projeto, foram entrando algumas pessoas do privado, que foram compondo. [...] Mas nesta nova retomada do turismo, ela já ficou privada.” B. M. confirma a necessidade de iniciar através do poder público quando argumenta da seguinte forma:

Começamos primeiro pelo poder público, para entender a importância de envolver o turismo, porque as pessoas muito falavam que turismo é muito importante e tudo, mas muito pouco a gente consegue visualizar aqui uma política pública de fato voltada ao desenvolvimento do turismo (B. M., 2021, informação verbal).

N. P. concorda sobre a necessidade de se iniciar a partir da esfera pública e destaca sua importância para financiar o projeto e prover recursos para viabilizar as articulações necessárias para colocar o projeto em prática:

Para esse negócio andar, a gente sempre precisa de financiamento, não é? Porque precisa de um carro que carregue, precisa de uma impressora que imprima, precisa de um telefone, precisa de uma pessoa que tem à disposição, para ligar, para mobilizar. Foi muito importante o papel das prefeituras neste momento (N. P., 2021, informação verbal).

Da mesma forma, V. J., secretário de Turismo de Mampituba, turismólogo e empreendedor do turismo no município, explica como foram as dinâmicas de fomento do turismo no município e reforça sobre a dificuldade de convencer os empreendedores da agricultura familiar a investirem no turismo rural:

Era praticamente uma vontade da Secretaria. Hoje já seria diferente, porque na época tinham poucos empresários do segmento [...] Até eu vou abrir um parênteses aqui. Porque o município pequeno como o nosso aqui, de base agrícola, de agricultura familiar, é muito difícil tu, por exemplo, convencer as pessoas a investirem no segmento. Então, o turismo também não era tão comum na época da criação. Logo, não se tinha praticamente ninguém envolvido (V. J., 2021, informação verbal).

#### *4.1.5 A busca pelo capital econômico*

Conforme Bourdieu (2005), muitos dos demais campos da vida social são também contaminados pelos aspectos econômicos, assim como o campo econômico também não é totalmente direcionado pela lógica de mercado. Apesar de dividir as disputas em determinados campos, o campo político, principalmente, afeta e é

afetado pelo campo econômico.

B. M. confirma a importância de garantir recursos financeiros para continuidade do projeto, quando fala sobre o sucesso obtido para sensibilizar sete dos nove municípios para aprovarem dotação orçamentária para que os municípios contribuam financeiramente com a associação do Caminho dos Vales e das Águas.

Em 2019, continuando os trabalhos, a gente conseguiu, a partir dessa sensibilização, aprovar nas câmaras de vereadores, porque a gente sabe que para se ter recursos do poder público, precisa ser aprovado. A gente elabora em conjunto uma proposta de lei que reconheça o caminho e que prevê uma dotação, aprovada no plano plurianual desses nove municípios: Mampituba, Morrinhos [do Sul], Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Itati e Torres. A gente conseguiu aprovar em sete municípios a lei prevendo recursos (B. M., 2021, informação verbal).

L. S. também fala sobre os objetivos que o projeto tem de captar recursos públicos ao explicar que o projeto “ganhou corpo, assim, de uma tal maneira que nós procuramos ajuda, então, para apresentar, e criar os estatutos, e criar as leis de turismo, criar junto ao legislativo, liberações de verbas através dos prefeitos”. E completa:

Onde é que os municípios vão [...] captar recursos para a implantação da infra-estrutura turística? [...] Então foram montadas leis junto ao legislativo... E foi desenvolvido pelo executivo, porque você tem que participar de um PA, por exemplo, um plano anual (L. S., 2021, informação verbal).

Desde que se iniciaram as políticas públicas para descentralização do turismo, em 1991, e depois com a chamada Lei Geral do Turismo, de 2008, e, principalmente a partir da Portaria nº 313 de 2013, que dispõe sobre o Mapa Nacional do Turismo, criaram-se caminhos para os municípios acessarem verbas federais voltadas para a infraestrutura do turismo.

As novas instâncias de governança regional (IGR) ficaram dotadas de elevado capital político e social, e com possibilidades para terem também elevado capital econômico, pois é através delas que os municípios podem ter acesso, direta ou indiretamente a repasses federais. Diretamente porque, para receber estas verbas, os municípios devem fazer parte do mapa do turismo e, para isso, devem pertencer a uma IGR reconhecida pelo governo federal, além de ter organizado em seu município conselho e fundo de turismo, dentre outros requisitos. Indiretamente,

porque o repasse poder vir através de algum projeto diretamente para a própria IGR, e neste caso, sendo membro, o município pode se beneficiar em conjunto com os demais membros. A IGR detém o poder institucional.

A articulação para que os municípios tenham acesso às tais verbas aparece na fala de vários agentes que se preocuparam em formar os conselhos de turismo e formalizar os empreendimentos através do CADASTUR – outro requisito para constar no mapa do turismo. R. C. (2021, informação verbal), sobre isso, traz diversos relatos que evidenciam este argumento. Primeiramente ela afirma que "uma das primeiras metas deste grupo de trabalho foi organização dos conselhos municipais de turismo". Em seguida, buscando elucidar sobre o suporte técnico que o grupo de trabalho deu aos municípios da rota, complementa com duas falas que corroboram esta evidência:

Nós buscamos uma lei de formação do conselho municipal de turismo e do fundo municipal de turismo, a lei de Gramado, para ser tipo um padrão para todos os municípios, para a gente ter uma coisa organizada e bem fundamentada para que todos pudessem seguir a mesma linha institucional (R. C., 2021, informação verbal).

O CADASTUR, a gente sabe, é um instrumento importantíssimo para o mapa do turismo regional (R. C., 2021, informação verbal).

Mesmo que nestas respostas, a busca por verbas não apareça de forma direta, através de outras falas, pode-se perceber que há a intenção clara de receber recursos federais. N. P., ao responder sobre o tipo de entidade que a rota se tornaria, e mais especificamente, ao explicar por que chegaram a pensar em tornar a rota uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), afirma:

Eu acho que esse debate de OSCIP era para facilitar a entrada de recursos públicos, pegar recursos, com o governo federal e governo estadual, porque, como associação, acho que não pegaria uma emenda parlamentar, por exemplo. Não sei se pegaria, não sei da legislação, não lembro (N. P., 2021, informação verbal).

Há uma clara meta de se alcançar os repasses federais e estaduais para o turismo, e isso é consequência da mudança institucional que ocorreu com a evolução das políticas públicas do turismo. As políticas públicas são elementos que

modificam as regras do jogo e, portanto conformam e deformam o campo.

Veja que as políticas públicas de regionalização do turismo são instituições formais – constrangimentos formalmente criados que moldam as escolhas dos indivíduos (NORTH, 2018) – que objetivam descentralizar as questões e decisões da pauta do turismo para o âmbito do destino turístico. Essas políticas instituíram também um modelo de governança que deveria ser adotado pelos agentes destes destinos turísticos. Neste modelo, cada Prefeitura Municipal deve participar de uma instância de governança regional (IGR), ou seja, uma aliança organizada entre os municípios geograficamente próximos uns aos outros e que tenham características turísticas similares. Ora, uma aliança organizada, requer hierarquias definidas e, portanto, mexe com as posições no campo e modifica, com isso, os diferentes capitais de seus agentes.

Não se tem evidência, no entanto, se a associação do Caminho dos Vales e das Águas objetivou, para tal, em algum momento, se tornar a instância de governança regional dos nove municípios. Mas é possível perceber que a criação da Associação do Turismo do Litoral Norte e sua institucionalização quanto instância de governança regional trouxe conseqüências para sua consolidação. Além disso, há outros fatos que dificultaram seu fortalecimento: um deles foi a afirmação do Caminho dos Cânions do Sul como rota e, o outro, a estagnação do grupo de trabalho durante o primeiro ano de Pandemia da COVID-19. Estes três temas serão abordados na próxima seção.

#### 4.2 FATORES EXTERNOS À FORMAÇÃO DA ROTA

Nesta seção trataremos sobre a conjuntura política, econômica e social existente do período de formação do Caminho dos Vales e das Águas, para compreender como eventos não relacionados diretamente com os atores envolvidos afetaram o processo de criação do Arranjo Produtivo Local em questão. Para isso, três situações serão analisadas em três subseções: (i) a institucionalização da instância de governança regional do litoral norte gaúcho através da Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte); (ii) a afirmação da rota Caminho dos Cânions do Sul; e (iii) a pandemia do vírus COVID-19 e o seu reflexo para o turismo na região.

#### 4.2.1 A instituição da instância de governança regional

Em 2019 foi instituída a Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte) com objetivo de integrar as ações relacionadas ao turismo dos municípios da região, incentivada pelo programa de regionalização do turismo do governo federal e demais políticas públicas.

A ATL-Norte se tornou a instância de governança regional (IGR) de aproximadamente 20 municípios do litoral norte gaúcho, dentre eles, os 9 que compõem o Caminho dos Vales e das Águas e por isso, é a instituição responsável por colocar os municípios da região no Mapa do Turismo.

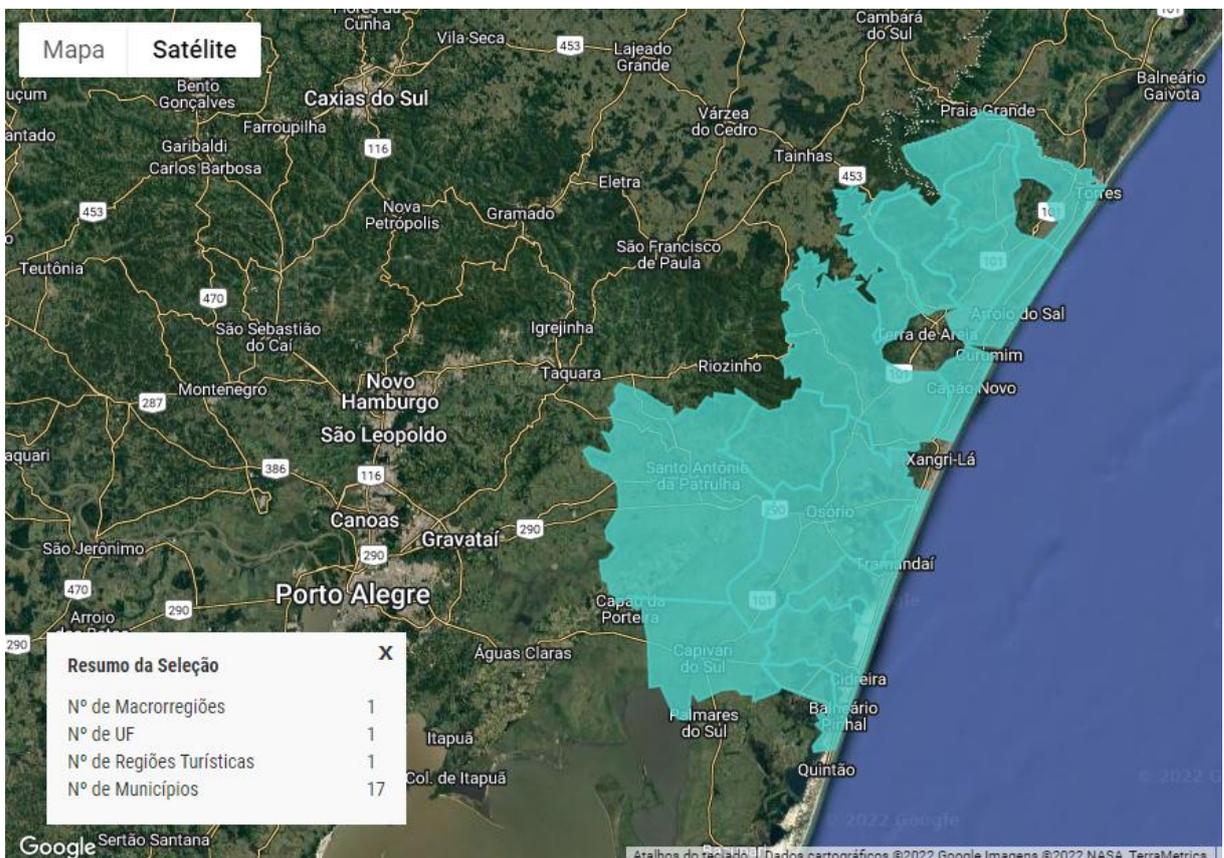


Figura 19 – Região turística Litoral Norte Gaúcho.

Fonte: Portal Mapa do Turismo. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/>. Acesso em 20/05/2022.

Assim como o Caminho dos Vales e das Águas, a ATL-Norte optou pelo modelo jurídico de associação. F. N., secretário municipal de Torres, que não

participou na época da criação do Caminho dos Vales e das Águas, ao ser perguntado sobre a importância das associações, como a do CVA e da ATL-Norte, para o turismo de uma região, responde que elas são importantes ao cumprirem seu papel:

A ATL-Norte, que é uma IGR, tem o nome de associação, mas ela é uma instância de governança regional e ela deve representar os interesses da região do litoral norte. Então ela tem que se mobilizar politicamente. Ela tem esse papel também perante o estado e a federação. Então ela tem que cumprir com o propósito. Já a associação mais específica, por exemplo, o Caminho dos Vales e das Águas, serviu para que pudesse criar a subsídios, criar os elementos e ter as ferramentas necessárias para conseguir materializar a ideia de uma rota (F. N., 2022, informação verbal).

Neste sentido, quando o Caminho dos Vales e das Águas auxilia os municípios a comporem seus conselhos de turismo e seus fundos de turismo, assim como quando dá suporte para que os municípios tenham empreendimentos cadastrados no CADASTUR, ele apoia uma iniciativa que, teoricamente, seria papel de uma IGR. Isso ocorreu, porque no início da formação do CVA, ainda não havia uma IGR instituída na região e tais iniciativas eram necessárias.

Para não haver redundância de funções, portanto, entende-se que o CVA deve passar a cumprir um papel um pouco diferente daquele inicial e, talvez por isso os entrevistados convirjam quando falam que a partir deste momento a rota deve ser conduzida pela iniciativa privada. Ora, vimos que é custoso para um agente, especialmente uma prefeitura de um município pequeno, manter-se associado a várias entidades que cumprem o mesmo papel, seja pela dotação orçamentária periódica para contribuição com a associação, seja pelos recursos humanos e sociais que despende para manter-se em ambas as redes.

Burt (1992), a partir do conceito de laços fortes e laços fracos de Granovetter, analisa a redundância das redes para inferir sobre como seriam redes otimizadas. Segundo o autor, estabelecer e manter laços é um processo custoso, e quando se estabelecem laços redundantes, a rede é ineficiente. Suponha, para ilustrar, que você estabeleça três vínculos com indivíduos que têm laços fortes entre si. Os benefícios de você ter um vínculo com um desses elementos ou com todos os três será praticamente o mesmo, já que provavelmente proverão os mesmos acessos à informação. Ao direcionar todo o esforço de estabelecer e manter estes

dois vínculos redundantes para dois novos vínculos não-redundantes é possível expandir a rede e aumentar sua efetividade. Eficiência e efetividade são, portanto, segundo o autor, os dois princípios das redes otimizadas.

Claro que, tecnicamente, um agente não precisa conhecer os princípios das redes otimizadas para decidir se vai manter o vínculo com uma rede ou não. Isso ele faz através dos cálculos na tomada de suas decisões, a partir das informações que possui e, portanto, pode optar por não fazer parte de uma rede ou de outra, ou simplesmente pelo *habitus* existente no campo.

De acordo com Callon (1998), para que um agente possa realizar cálculos, ele precisa compor uma lista de ações possíveis de serem tomadas e descrever os efeitos dessas ações no ambiente em que se encontra. Isso pressupõe a existência de uma forma organizada de todas as informações relevantes de seu ambiente em seus possíveis diferentes estados e de todas as possíveis consequências destas ações, o que chama de um “aparato de ferramentas”. Tais decisões vêm à tona, especialmente se tiverem que decidir por manterem-se associados a uma ou a outra rede quando possuem restrições orçamentárias, já que manter laços com ambas as redes pode se mostrar uma estratégia eficaz. O conceito de laços fracos e laços fortes explica por que os agentes que, mesmo sem participar ativamente da associação, mantêm um certo vínculo, ou um laço fraco: a associação pode ganhar força, ter maior capital político e social, e nesse caso, a manutenção do laço pode se tornar vantajosa para o agente.

Constata-se, a partir destas reflexões, que, em um período tão curto de existência, a Associação do Caminho dos Vales e das Águas teve que modificar seu papel para manter-se no campo turístico. Ou seja, ela precisou se adaptar para que fosse de interesse dos demais atores do campo mantê-la na rede. Depreende-se que, para a organização fazer sentido, ela precisa estar atenta as regras e aos interesses do campo de disputas, e ela conseguirá se constituir e se fortalecer se os seus interesses convergirem com interesses do campo em primeiro lugar, e seus agentes mais importantes em segundo lugar.

#### 4.2.2 A intersecção com a rota já afirmada

O Caminho dos Cânions do Sul é um consórcio entre sete municípios na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável, sociocultural, ambiental e econômico da região, através do reconhecimento do seu Geoparque pela UNESCO, fato consumado em 2022. O consórcio conta com quatro municípios do estado de Santa Catarina: Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande; e três do Rio Grande do Sul: Torres, Mampituba e Cambará do Sul (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHO DOS CÂNIONS DO SUL, s. d.).

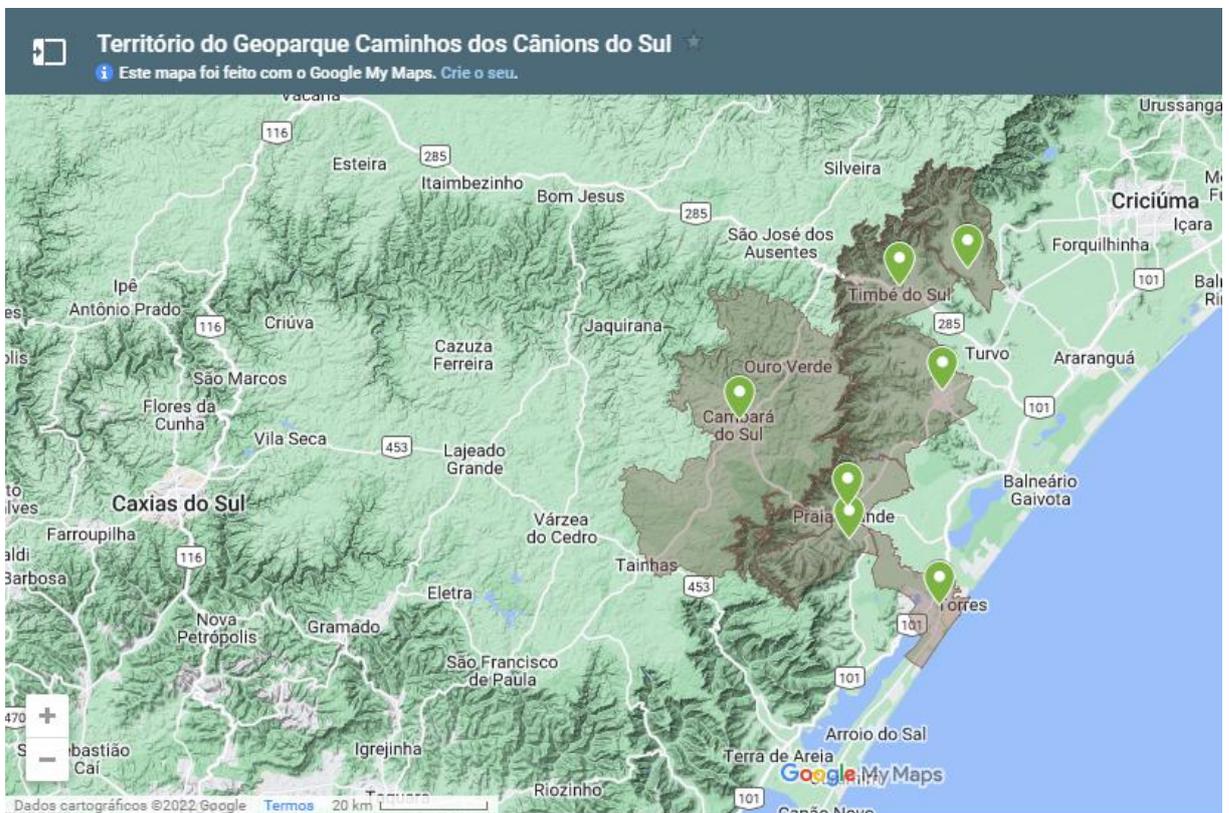


Figura 20 – Território do Geoparque Caminho dos Cânions.  
Fonte: Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul, s. d.

A concepção de um projeto de Geoparque na região começou a ser idealizada em 2007. Depois de diversas reuniões e definições, em 2014, com o amadurecimento do projeto, a área do Geoparque foi confirmada com apenas estes sete municípios, e em 2015, os prefeitos assinaram um protocolo de intenções para constituir o Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul. Em abril de

2017, foi oficializado o Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul, como instituição gestora do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHO DOS CÂNIONS DO SUL, s. d.).

Os municípios de Torres e Mampituba fazem parte tanto do Caminho dos Vales e das Águas, quanto do Caminho dos Cânions do Sul e, por isso, podemos dizer que estas duas rotas se interseccionam geograficamente. Neste sentido, o consórcio se insere no campo de disputas do turismo desta região, conformando-o e fazendo com que os atores empenhados no estabelecimento do Caminho dos Vales e das Águas levem-no em consideração para tomar suas decisões. Para Mampituba e Torres, portanto, é uma nova coligação para participarem com dotação orçamentária e dedicação de recursos humanos e sociais, porém, por outro lado, comparando com a Associação do Caminho dos Vales e das Águas e com a Associação do Turismo do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (ATL-Norte), esta rede oferece ligação com outros atores, tem projeção internacional e, portanto, oferece novas oportunidades.

Especialmente para Mampituba, município pequeno com apenas cerca de 3.000 habitantes, esta concorrência entre as redes pode explicar a baixa participação de sua prefeitura municipal durante as reuniões de formação do Caminho dos Vales e das Águas. Sua assiduidade, como vista anteriormente, foi de apenas 50% nas 10 reuniões iniciais, a segunda mais baixa entre os municípios. Ora, se Mampituba já dedica recursos para participar da IGR, constituída através da ATL-Norte, cuja rede oferece ligação com os mesmos municípios do Caminho dos Vales e das Águas e mais alguns, e já dedica recursos para participar de outra rota regional reconhecida internacionalmente, quais seriam os motivos para priorizar seus escassos recursos para o Caminho dos Vales e das Águas?

Já Morrinhos do Sul, por exemplo, passou por uma dinâmica inversa. Segundo N. P., não tinham verba para participar do projeto do Geoparque, o que, mais tarde, pode ter sido um dos motivadores para criação do próprio Caminho dos Vales e das Águas:

Desde 2000, nós aqui, da nossa região, vimos ser criada a rota do Caminho dos Cânions ali que envolve os aparados da Serra e a Praia Grande. E eu

já participava deste movimento, na época de criação dessa rota. E aí depois os municípios dessa parte aqui, Três Forquilhas, Itati, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, à época, não compreenderam a importância de estar naquele movimento (N. P., 2017, informação verbal).

Foram feitas muitas visitas na época, mas, enfim, [havia] a dificuldade financeira, toda aquela crise política, econômica, em 2015 e 2016. Os municípios ficaram meio capengas. Município pequeno com pouco recurso. Talvez não fosse nem que não tivesse vontade, mas [não se tinha] nem disponibilidade financeira, na época, dos cinco mil reais, para fazer o depósito para fazer a adesão ao consórcio (N. P., 2017, informação verbal).

Enfim, no final de 2016, era o último prazo que tinha para os municípios aderirem à rota do Caminho dos Cânions, ali em Praia Grande, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Aí, Torres aderiu, Mampituba aderiu, Cambará do Sul aderiu (N. P., 2017, informação verbal).

Começou a andar o trabalho, como a gente já imaginava que fosse andar, e em 2017 houve uma conversa ainda com eles. Participei dessa conversa lá, na prefeitura de Torres, com a Elizabeth, que é uma das geólogas do Caminho dos Cânions. E aí, eu disse “Beth, como é que faz agora para que esses municípios que não entraram entrem e para que Morrinhos do Sul possa entrar?” Porque é um prejuízo para Morrinhos do Sul não estar. Daí o que é que ela recomendou? “Olha, o que vocês têm que fazer é criar uma rota lá. Por que vocês não se organizam para criar uma rota?” (N. P., 2017, informação verbal).

A concorrência por recursos, portanto, é uma restrição importante para adesão às redes. Neste processo de adesão e participação nas redes, se faz um investimento de recursos financeiros e humanos para mais tarde se obter um retorno. Cálculos são realizados pelos agentes para tomarem suas decisões, utilizando seu “aparato de ferramentas” (CALLON, 1998), ao mesmo tempo em que a rede onde o agente está inserido influencia seu aparato. Quanto mais fortes os laços, mais os agentes tendem a pensar de forma semelhante, como visto com Granovetter (1973, 2007). Além disso, a análise de interfaces de Long (2001) ilustra como pessoas de um grupo com mesma linha de pensamento, “naturalizam” discursos reificando-os.

Isso aparece, por exemplo, quando quatro dos cinco entrevistados que participaram da primeira fase de formação do Caminho dos Vales e das Águas dizem que a Pandemia foi responsável por interromper o projeto, enquanto outros trabalhos na região, inclusive a ATL-Norte e o Caminho dos Cânions do Sul, seguiram sendo conduzidos. Este será o tema da próxima seção, onde falaremos do

terceiro elemento externo que influenciou a formação da rota.

#### 4.2.3 O efeitos da pandemia COVID-19 no turismo

A Pandemia causada pelo vírus COVID-19 causou no Brasil e no Mundo um forte impacto no ramo do turismo, especialmente devido às restrições de viagens impostas pelas medidas sanitárias necessárias para contenção do vírus, ao mesmo tempo em que o turismo se tornou um gasto supérfluo aos consumidores em um ambiente de incertezas econômicas. Conforme dados do Ministério do Turismo, a arrecadação federal relacionada ao setor de turismo em 2020 teve queda de 29% em relação a 2019, apesar de ter iniciado 2020 bem acima.

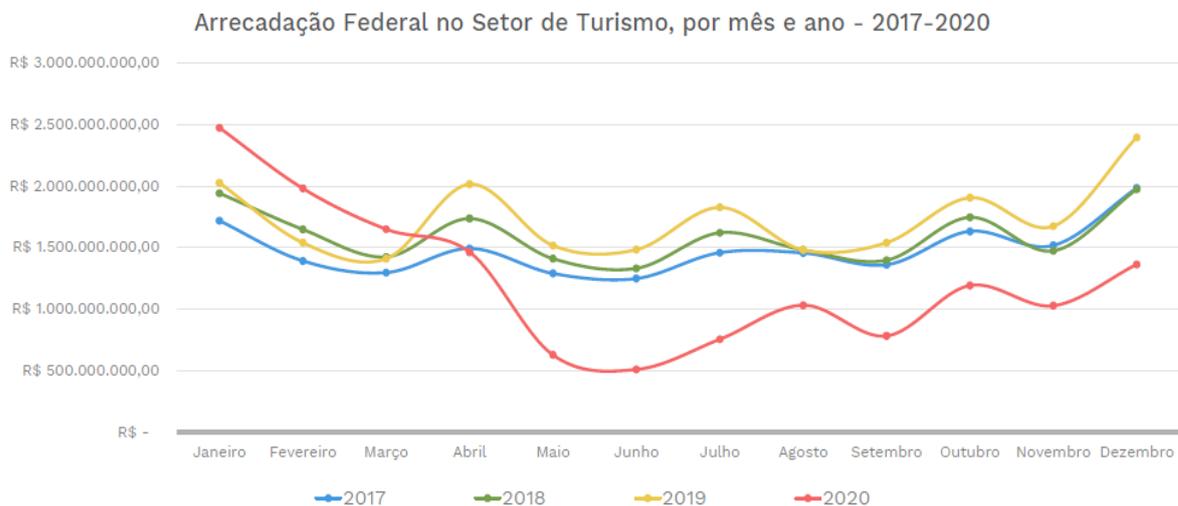


Figura 21 – Variação da arrecadação federal através do setor de turismo.  
Fonte: BRASIL, 2021.

No Rio Grande do Sul, a crise sanitária, que se iniciou em meados de março de 2020, foi determinante para que o governo decretasse estado de calamidade pública, limitando a abertura do comércio em geral, na tentativa de restringir a circulação do vírus (G1, 2020).

Os agentes envolvidos na formação da rota do Caminho dos Vales e das Águas também pararam suas atividades. B. M. afirmou que “houve a pandemia logo no final do verão, no início de 2020, e foi bem complicado; os trabalhos pararam”. L. S. concorda: “no ano de 2020, praticamente, nós ficamos inoperantes, pela questão

dessa pandemia toda”. R. C. explica que pararam porque não havia turismo: “entrou a pandemia, a gente não tinha turismo, e a gente só fazia o extremamente necessário”. N. P., da mesma forma, destaca: “daí veio a pandemia, e aí nós paramos, nós paramos, tudo parou, não deu mais para se encontrar”. E emenda, justificando a não adoção de plataformas digitais para seguir com as reuniões do grupo de trabalho: “a gente não sabia que dava para usar um Meet da vida, aquela coisa toda. Até [a gente] aprender a tecnologia”.

De fato, em 2020, não há registro de atas do grupo de trabalho. Na verdade, a última ata que se teve acesso foi de fevereiro de 2019, como se pode ver na Figura 14, do capítulo 3.3. Ao responder sobre a interrupção dos trabalhos, desde a última ata de 2019, R. C. (2021, informação verbal) explica:

A gente teve uma reunião em dezembro. Não, a gente teve mais reuniões. A gente teve uma reunião, que eu me lembro bem, em dezembro de 2019, inclusive foi ali no Parador 86, só que eu acho que não teve ata, porque foi uma reunião com todos os empreendedores onde a gente fechou o ano, a gente fez um encontro de encerramento e talvez então a gente não tenha mais atas. Mas a gente teve ações nesse tempo, sendo que a gente teve vários roteiros nesse período, vários passeios

Percebe-se, portanto, que, mesmo que tenham continuado os trabalhos durante o ano de 2019, as atividades, no mínimo, não foram de caráter decisório, já que não necessitaram de atas ou outros registros. Nem mesmo a formalização da rota como associação foi realizada durante este período. R. C. (2021, informação verbal). respondendo sobre o que mudaria nas estratégias adotadas para formação da rota, afirma: “talvez eu tivesse registrado a rota antes”. E complementa:

A gente avançou em tudo, e é claro que a parte mais chata era essa do registro, que envolvia assinatura de todos os prefeitos, que demorou um século para acontecer. E toda essa parte burocrática foi ficando. A gente avançou naquilo que era mais legal [...] e deixamos de lado essa parte institucional que demandava reunião com os prefeitos (R. C., 2021, informação verbal).

Porque eu entendo que, até para captação de recursos, a gente precisava ter CNPJ, e aquilo foi ficando, ficando, e aí quando a gente conseguiu assinaturas de todo mundo entrou a pandemia e daí tudo parou (R. C., 2021, informação verbal).

Nota-se que o ritmo das atividades de conformação da rota diminuiu após seu lançamento, e a Pandemia que se instaurou a partir de março de 2020 acabou interrompendo completamente o trabalho. Mas, em que medida eventos extremos como a Pandemia da COVID-19 podem afetar trabalhos associativos como o do Caminho dos Vales e das Águas, já que, ao mesmo tempo, a ATL-Norte e o Geoparque do Caminho dos Cânions do Sul se consolidaram durante a pandemia? A ATL-Norte afirmou-se como a instância de governança regional dos municípios do litoral norte do RS, enquanto que o Geoparque teve aumento na demanda de turistas assim como novos empreendimentos turísticos criados.

A cidade de Praia Grande, em SC, parte do Caminho dos Cânions do Sul, por exemplo, passou a oferecer, vôos de balão como mais um atrativo turístico a partir de 2021. Há uma nova tendência para o ramo do turismo que a Pandemia trouxe, que são as viagens curtas e atividades ao ar livre, e os municípios pertencentes ao Geoparque estão se aproveitando disto (ROLEMBERG, 2021; GAVA, 2021; BORGES, 2022). Ao mesmo tempo, a ATL-Norte tem registro de reuniões ocorridas em maio, julho, agosto e novembro de 2020, demonstrando ser possível manter o engajamento durante a pandemia, mesmo que de maneira remota.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu reflexões sob diversos aspectos: metodológicos, históricos e empíricos. Em relação aos aspectos metodológicos, destaca-se a importância do planejamento do tópico guia para realização das entrevistas. Garantir que uma mesma pergunta seja feita para mais de um entrevistado permitiu boas análises em relação ao campo e o capital. Outra etapa metodológica importante foi a gravação com posterior transcrição das entrevistas, que permitiram analisar trechos, que inicialmente pareciam não tão relevantes. Com as entrevistas, foi possível compreender a importância das políticas públicas para a formação da rota, e com as gravações, foi possível compreender tais políticas para, em seguida, ouvir novamente as entrevistas, aprofundando as análises.

Sob a perspectiva histórica da pesquisa, pôde-se concluir que as dinâmicas econômico-sociais do Litoral Norte gaúcho têm um crescimento maior mais recentemente. Percebe-se que, enquanto o Brasil, em geral, cresceu do litoral para o interior, o Rio Grande do Sul teve dinâmica inversa. Foi depois do crescimento da prática dos banhos de mar com fins terapêuticos no final do século XIX e com início dos loteamentos para construção de residências secundárias, especialmente a partir de 1940, que o interesse pelo território aumentou, impulsionando a construção de rodovias para ligar a região metropolitana e a serra ao litoral. A mais representativa delas, a Freeway, interligando Porto Alegre e Osório, no início dos anos 1970, desencadeou um crescimento populacional elevado, como se viu, nos anos 1980, que incentivou que diversas emancipações ocorressem nos municípios litorâneos depois disso.

A partir de 2017, começam alguns movimentos nos municípios do litoral norte gaúcho para fomentarem o turismo na região. A rota Caminho dos Cânions do Sul é oficializada neste ano, ao mesmo tempo em que outros agentes do litoral norte gaúcho começam a se mobilizar para a formação de outras associações intermunicipais, tais como o Caminho dos Vales e das Águas e a Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte).

Empiricamente, percebeu-se que estas iniciativas ocorreram justamente depois de o governo federal consolidar as políticas públicas de descentralização do turismo, especialmente através da publicação da portaria MTur nº 313, de 2013, que

estabeleceu as normas e regras para que os municípios constassem no Mapa do Turismo brasileiro. Não se sabe se esta foi o principal motivo destes movimentos associativos na região, mas é possível perceber que, ao menos de maneira indireta, os incentivou, dada a convergência sobre estratégias para alcançar repasses estaduais e federais que apareceram nos discursos dos entrevistados. As disputas pelo capital econômico e pelo capital político podem ser vistas nestas dinâmicas de formações associativas.

Verificamos, com isso, o quanto uma política pública que permite o incentivo financeiro tem maior capacidade de mobilizar e de ser mais efetiva. Há busca por descentralizar as políticas de fomento do turismo é tentada desde os anos 1990, mas só se consegue colocar em prática a partir da portaria Mtur nº 313 de 2013 e de suas atualizações.

Há outro aspecto que merece ser destacado em relação às disputas e aos capitais turísticos que os agentes detêm. Durante as entrevistas, apareceu o desejo de o APL contar com outro agente que possui elevado capital turístico, no caso, o município de Torres, através de seus gestores, porém sem querê-lo colocar como agente central. Ao mesmo tempo, o município de Torres, através de seu gestor, ao mesmo tempo em que reconhece a formação do APL, não se vê inserido nele, apesar de Torres ser um dos municípios integrantes da associação.

Pôde-se constatar, ainda, que a rede estabelecida para o Caminho dos Vales e das Águas perdeu forças quando alguns dos nós existentes deixaram-na, sobretudo aqueles com elevado capital político e social. Mesmo que outros agentes com elevado capital, seja qual for, incorporem a rede, há uma demora para que os laços sejam restabelecidos, e há uma reestruturação nas forças dos laços e nas configurações dos mesmos. As redes, de fato, com o tempo, podem se rearranjar e é o que estava ocorrendo com o Caminho dos Vales e das Águas. A rede poderia, inclusive, ter se dissipado com tais movimentos.

O tempo em que a rede parou de mobilizar os agentes fez com que muitos dedicassem seus recursos em outras redes em formação. Sabe-se, como vimos nos discursos dos entrevistados, que os recursos, sobretudo dos pequenos municípios, são escassos, e quando dedicados a outras atividades concorrentes,

difícilmente se consegue captá-los.

Claro que é possível que coexistam rotas, “sub-rotas”, roteiros e circuitos diversos. Aliás, entende-se ser preciso o maior número possível deles para fomentar o turismo em uma região. Mas eles, na opinião deste pesquisador, precisam ser complementares uns aos outros em não concorrentes. Esta nova etapa do Caminho dos Vales precisa oferecer aos municípios aquilo que as outras redes não oferecem, para evitar a redundância de laços que contraria os princípios das redes eficientes.

Entende-se que com esta pesquisa, por fim, foi possível compreender como se deram as dinâmicas para formação de um arranjo produtivo local, como se estabeleceram as relações entre os diversos agentes envolvidos, quais eram os capitais existentes no campo, como estes capitais motivaram a agência dos indivíduos e como as instituições formais e informais os influenciaram.

Percebe-se que alguns aspectos poderiam ser aprofundados em trabalhos futuros. Não ficou claro, por exemplo, se a participação em maior ou menor intensidade por parte de alguns agentes ocorreu por disputas político-partidárias. Essa foi uma questão que surgiu ao longo da pesquisa, mas não havia tempo hábil para investigar, principalmente pelo fato de existir grande complexidade nesta temática.

Além disso, a compreensão sobre a relevância das instâncias de governança regional também é algo que deve ser aprofundada em outras pesquisas, principalmente por ser algo bastante recente. As políticas públicas de descentralização do turismo foram, inclusive, modificadas durante esta investigação, e precisam, na opinião deste pesquisador, ser objeto de estudos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FOLHA. Engenheiro e ex-secretário municipal Carlos Cechin é homenageado com nome de rua em Três Cachoeiras. **A Folha**, 2021. Disponível em: <<https://afolhatorres.com.br/engenheiro-e-ex-secretario-municipal-carlos-cechin-e-homenageado-com-nome-de-rua-em-tres-cachoeiras/>>. Acesso em: 26/06/2022.

AGUIAR, M. Os primórdios da formação sócioespacial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 32, p. 57-74, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37448/24195>>. Acesso em: 30/05/2022.

AGUIAR, M. História econômica, modernização e desenvolvimento: uma análise sobre as primeiras mudanças na região do litoral norte gaúcho. **Encontro de Economia Gaúcha**, n. 4, 2008. Disponível em: <<https://arquivoee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/historia-sessao2-3.doc>>. Acesso em: 30/05/2022.

AIRES, A. Contato com a natureza na Cascata da Pedra Branca, em Três Forquilhas. **GZH**, 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2020/01/contato-com-a-natureza-na-cascata-da-pedra-branca-em-tres-forquilhas-ck5896fo402ya01odtu1bwg8d.html>>. Acesso em: 26/06/2022.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANJOS, F.; ANDRADE, I. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do Mapa do Turismo brasileiro – 2019 (MTUR). **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 435-457, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/issue/view/627>>. Acesso em: 23/04/2022.

ARAUJO, C. A participação societal na concepção das políticas públicas de Turismo no Brasil: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1991 até 2006. São Paulo, 2007, 426 f. **Tese** (Doutorado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas, FGV, 2007.

ARAUJO, C.; TASCHNER, G. **Turismo e políticas públicas no Brasil**. IN: Beni, M. (org.). Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Nílvia Pinto Pereira foi condecorada pela Assembleia Legislativa com a Medalha do Mérito Farroupilha. **JUSBRASIL**, 2014. Disponível em: <<https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/154731741/nilvia-pinto-pereira-foi-condecorada-pela-assembleia-legislativa-com-a-medalha-do-merito-farroupilha>>. Acesso em 22/07/2022.

A. N.. **Entrevista VII**. [set. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (62 min.).

BARBOSA, M; ZAMBONI, R. La formación de un cluster en torno al turismo de naturaleza sustentable en Bonito, Brasil. **CEPAL - Serie Desarrollo Productivo**, n. 83, nov. 2001.

BARQUERO, A. Surgimiento y transformación de clusters y milieus en los procesos de desarrollo. **Revista eure**, Santiago de Chile, v. 32, n. 95, 2006.

BENI, M. **Clusters de turismo**. IN: Beni, M. (org.). Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.

BOFF, T. Fantasmas, tesouros escondidos e outras lendas: a história da casa de 131 anos em Dom Pedro de Alcântara. **GZH**, 29 jan. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2021/01/fantasmas-tesouros-escondidos-e-outras-lendas-a-historia-da-casa-de-131-anos-em-dom-pedro-de-alcantara-ckkipeqx5002f019wa9svpbor.html>>. Acesso em: 26/06/2022.

BORGES, C. Praia Grande, no Sul de SC, é eleita em ranking como um dos melhores destinos turísticos para 2022. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/28/prai-grande-e-eleita-em-ranking-como-um-dos-melhores-destinos-turisticos-para-2022.ghtml>>. Acesso em 22/07/2022.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de La recherche em sciences sociales**, v. 31, 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069)>. Acesso em: 18/07/2022.

BOURDIEU, P. Los tres estados del capital cultural. **Sociológica**, n. 5, p. 11-17, 1987.

BOURDIEU, P. **Compreender**. IN: BOURDIEU, P. (dir.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **The Social Structures of the Economy**. Cambridge: Polity Press, 2005.

BOURDIEU, P. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18/07/2022.

BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M. C. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, jun. 2006.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. **Perfil Territorial: Litoral RS**. 2015. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_229\\_Litoral%20-%20RS.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_229_Litoral%20-%20RS.pdf)>. Acesso em: 23/09/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur N° 105, de 16 de Maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 mai. 2013, p. 85.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur N° 313, de 03 de Dezembro de 2013. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 dez. 2013, p. 64.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur N° 41, de 24 de Novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 2021, p. 489.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados e Fatos**, 2021. Disponível em: <[http://dadosefatos.turismo.gov.br/revista/item/download/1283\\_972bc449b8f4a271d9d460a806eede3d.html](http://dadosefatos.turismo.gov.br/revista/item/download/1283_972bc449b8f4a271d9d460a806eede3d.html)>. Acesso em 22/05/2022.

BURT, R. The social structure of competition. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. (Eds.), **Networks and organizations: Structure, form and action**. Boston: Harvard University School Press, 1992.

B. M. **Entrevista III**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

CALLON, M. **The embeddedness of economic markets in economics**. In: Callon, M. (Ed.). *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell, 1998.

CALLON, M. **Actor-network theory – the market test**. The Editorial Board of *The Sociological Review*. Malden: Blackwell, 1999.

CALLON, M.; LAW, J. On qualculation, agency, and otherness. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 23, n. 5, p. 717-733, 2005.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 01/2017 de 11 out. 2017**, 2017a.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 02/2017 de 20 out. 2017**, 2017b.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Mampituba. **Ata 03/2017 de 01 nov. 2017**, 2017c.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Forquilhas. **Ata 04/2017 de 21 nov. 2017**, 2017d.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 05/2017 de 19 dez. 2017**, 2017e.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Terra de Areia. **Ata 01/2018 de 09 abr. 2018**, 2018a.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Torres. **Ata 02/2018 de 23 mai. 2018**, 2018b.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Dom Pedro de Alcântara. **Ata 03/2018 de 09 ago. 2018**, 2018c.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Arroio do Sal. **Ata 04/2018 de 16 ago. 2018**, 2018d.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 05/2018 de 04 set. 2018**, 2018e.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Torres. **Ata 06/2018 de 10 out. 2018**, 2018f.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 07/2018 de 30 out. 2018**, 2018g.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 08/2018 de 06 nov. 2018**, 2018h.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 01/2019 de 19 fev. 2019**, 2019.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 01/2021 de 23 fev. 2021**, 2021.

CARNER, F. Encadenamientos generados por el sector turismo. Reunión de Expertos sobre el turismo en Centroamérica y el Caribe: Una visión conceptual. México, **CEPAL**, 2001. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/24140/LCMEXR815sSEM1294\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/24140/LCMEXR815sSEM1294_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 17/02/2020.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Sistemas de Informação e Desenvolvimento. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.

CELLARD, A. **A análise documental**. IN: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAMPAGNE, P. **A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas**. IN: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 171-227.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHO DOS CÂNIONS DO SUL. **Geoparque Caminho dos Cânions do Sul**, s. d. Disponível em: <<https://canionsdosul.org/>>. Acesso em: 25/07/2022.

COOMAFITT. Turismo rural valoriza identidade da região e amplia oportunidades para permanência dos jovens no campo. **Coomafitt**, 2017. Disponível em: <<http://www.coomafitt.com.br/noticia/turismo-rural>>. Acesso em: 26/08/2020.

COSTA, E. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, R. Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do nordeste do Brasil. 1999. **Tese** (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CRUZ, R. Impactos da pandemia no setor de turismo. **Jornal da USP**, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/impactos-da-pandemia-no-setor-de-turismo/>>. Acesso em: 26/06/2022.

CUNHA, S.; CUNHA, J. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 63-79, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9nspe2/v9nesp2a06.pdf>>. Acesso em: 18/02/2020.

DIAS, L. C. **Os sentidos da rede: notas para a discussão**. IN: Dias, L. C e Silveira, R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios, 2ª ed., p. 11-28. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

E. B. **Entrevista X**. [abr. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 1 arquivo .mp3 (35 min.).

FEGER, J.; WITTMANN, M.; FILLIPPIM, M.; NODARI, L.; LAZZAROTTI, F. Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Turismo: uma análise com base na Teoria dos Espaços.

FERNANDES BASTOS, M. **Noite de Reis**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.

FLICK, U. **Entrevistas**. IN: Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FLÓREZ, J.; CANCINO, S.; ESCALANTE, G. Potencialidad del clúster turístico en el municipio de Pamplona, región nororiental de Colombia. **Turismo y Sociedad**, n. 26, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18601/01207555>>. Acesso em: 21/08/2020.

FUCCI-AMATO, R. AMATO NETO, J. A influência do capital humano e do capital intelectual no desenvolvimento de aglomerações de empresas e redes de cooperação produtiva. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 3, n. 2, 2008.

F. N. **Entrevista VIII**. [mar. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 22 arquivos .mp3 (18 min.).

G1. Governo do RS anuncia novo decreto que fecha o comércio em todo estado até 15 de abril. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/31/governo-do-rs-anuncia-novo-decreto-que-fecha-o-comercio-em-todo-estado-ate-15-de-abril.ghtml>>. Acesso em 22/07/2022.

GAROFOLI, G. O exemplo italiano. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 1, p. 49-75, 1993. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1595>>. Acesso em: 12/04/2020.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. IN: BAUER, M; GASKELL, G. (eds.). Pesquisa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GAVA, G. Praia Grande voa alto e ganha destaque no turismo da região. **TN Sul**, 2021. Disponível em: <<https://tnsul.com/2021/economia/prai-grande-voa-alto-e-ganha-destaque-no-turismo-da-regiao/>>. Acesso em 22/07/2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **COREDE – Perfil Socioeconômico**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>>. Acesso em 25/06/2022.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão. **RAE - eletrônica**, v. 6, n. 1, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao> (Acesso em: 08/01/2020).

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, Maio, 1973.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes: 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs>>. Acesso em: 26/02/2022.

IGLIORI, D. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu, FAPESP, 2001.

INFORMATIVO REGIONAL. Personalidade da semana: Fernando Mengue Carlos. **Informativo Regional**, 2017. Disponível em: <<https://www.informativoregional.net/sociais/personalidade-da-semana-fernando-mengue-carlos-1.1986310>>. Acesso em: 22/07/2022.

INFORMATIVO REGIONAL. Destaque da semana. **Informativo Regional**, 2022. Disponível em: <<https://www.informativoregional.net/geral/destaque-da-semana-1.2408017>>. Acesso em 22/07/2022.

I. F. **Entrevista V**. [set. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

LAHIRE, B. **Campo**. IN: Catani et al (Orgs.), **Dicionário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LEBARON, F. **Capital**. IN: Catani et al (Orgs.), **Dicionário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LOMBARDI, P.; GIORDANO, S.; FAROUH, H.; YOUSEF, W. Modelling the smart city performance. **Innovation – The European Journal of Social Science Research**. v. 25, n. 2, p. 137-149, 2012.

LONG, N. **Development Sociology - Actor perspectives**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

LOPES, E. B. et al. A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. **urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 2, p. 426-441, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v10n2/2175-3369-urbe-2175-3369010002AO03.pdf>>. Acesso em: 27/04/2019.

L. S. **Entrevista IV**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Arroio do Sal, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

MARCONI, M. LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2002.

MARSHALL, A. **Princípios da Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MICHAEL, E. Tourism Micro-Clusters. **Tourism Economics**, v. 9, n. 2, p.133-145, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.5367/2F000000003101298312>>. Acesso em: 09/09/2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília: **Ministério do Turismo**, 2018. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario\\_do\\_Turismo\\_\\_\\_1\\_\\_edicao.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo___1__edicao.pdf)>. Acesso em: 31/08/2020.

NORDIN, S. **Tourism clustering & innovation**: Paths to economic growth & development. Östersund: Etour, 2003.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NOVELLI, M.; SCHMITZ, B., SPENCER, T. Networks, clusters and innovation in tourism: A UK experience. **Tourism Management**, v. 27, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517705001913>>. Acesso em: 08/09/2020.

N. P. **Entrevista II**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (54 min.).

OLIVEIRA, M. PIMENTEL, T.A influência da posição dos agentes na elaboração de políticas públicas de turismo em campos turísticos: uma Perspectiva comparada na América Latina. **Polis**, n. 57, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/19713>>. Acesso em: 12/07/2022.

ORTIZ, J., CANCINO, S. Y CANCINO, G. Potencialidad del clúster turístico en el municipio de Pamplona, región nororiental de Colombia. **Turismo y Sociedad**, v. 26, 2020.

O SUL. Associação de Turismo do Litoral Norte define diretoria para o biênio 2019/21. **O Sul**, 2019. Disponível em: <<https://www.osul.com.br/associacao-de-turismo-do-litoral-norte-define-diretoria-para-o-bienio-201921/>>. Acesso em: 26/06/2022.

PAIVA, C.; TEIXEIRA, K.; ROCHA, A. A Influência do Covid-19 na economia do Litoral Norte do RS: a pandemia na aceleração da transição do turismo de veraneio para “semi-permanente”. IN: I Congresso Internacional e III Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional, 2021. **Anais**. Taquara: FACCAT, 2021. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/?q=node/4844>>. Acesso em: 26/06/2022.

PECQUEUR, B. Sistemas industriais localizados - o exemplo francês. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 1, 1993.

PERROUX, F. Considerações em torno da noção de pólo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 13, p. 215-232, 1962. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/rbep13&id=215>>. Acesso em: 31/05/2020.

PIMENTEL, T. O Campo Turístico: Uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, v. 6, 2020.

PIMENTEL, T.; OLIVEIRA, M.; CARVALHO, F. **O Efeito da Posição no Campo na Elaboração de Políticas Públicas: uma análise bourdieusiana do Conselho Municipal de Turismo de Juiz de Fora (2011-2020)**. IN: PIMENTEL, T.; GOMES, B.; QUADROS, V. (orgs.) *Políticas Públicas de Turismo – Estado da arte e balanço no campo*. Edição do Kindle. 2022.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTER, M. Clusters and the New Economics of Competition. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77–90, nov./dez. 1998.

RACHERLA, P.; HU, C. A social network perspective of Tourism research collaborations. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 4, p. 1012-1034, 2010.

RÁDIO TOM WEB. Sinceramente recebe Adriano Neukirchen!!!. **YouTube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CgPxxHkS66E&t=456s>>. Acesso em: 22/07/2022.

RAMBO, A.; VIANNA, G. Políticas, atores, estratégias e desenvolvimento: reflexões a partir do Colegiado Territorial e do Conselho Regional de Desenvolvimento no Litoral Norte Gaúcho. In: FREITAS, T.; DEPONTI, C.; SILVEIRA, R. (Orgs.) **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: Atores e Estratégias em Regiões do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

RICHTER, R. New Economic Sociology and New Institutional Economics. **International Society for New Institutional Economics**. Set. 2001.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102/9367>>. Acesso em: 18/07/2022.

ROCHA, G. Rota turística Caminho dos Vales e das Águas é oficialmente lançada. **A Folha**, 2018. Disponível em: <<https://afolhatorres.com.br/rota-turistica-caminho-dos-vales-e-das-aguas-e-oficialmente-lancada/>>. Acesso em: 26/08/2020.

ROLEMBERG, P. Pandemia cria novo perfil de turismo em Santa Catarina. **ND Mais**, 2021. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/turismo/pandemia-cria-novo-perfil-de-turismo-em-santa-catarina/>>. Acesso em: 26/06/2022.

RUDZEWICZ, L. Paisagens lacustres e práticas turísticas: “com os pés na água” ou “de costas para a água”? O caso da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil. 2018. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

R. C. **Entrevista I**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

R. R. **Entrevista IX**. [mar. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.).

SANTOS, M. **Por uma geografia das redes**. IN: A natureza do espaço, 4<sup>a</sup> ed., p. 261-278. São Paulo, Edusp, 2014.

SILVA, J. Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480 f. **Tese** (Doutorado em Ciência das Comunicações) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, J. O conceito de cluster e o desenvolvimento turístico regional: um caminho para os países menos desenvolvidos. IN: BENI, M. (org.). **Turismo**: Planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. IN: Smelser, N.; Swedberg, R. (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Nova Iorque: Princeton University Press, 2005.

SMITH-DOERR, L; POWELL, W. Networks and economic life. IN: Smelser, N.; Swedberg, R. (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Nova Iorque: Princeton University Press, 2005.

SOLHA, K. **Política de Turismo: desenvolvimento e implementação**. IN: Ruschmann, D.; Solha, K. Planejamento Turístico. Barueri: Manole, 2016.

STORPER, M; HARRISON, B. Flexibility, hierarchy and regional development: The changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. **Research Policy**, v. 20, n. 5, p. 407-422, 1991. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/004873339190066Y>>. Acesso em: 24/02/2020.

STROHAECKER, T. A Urbanização no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul : contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. 2007. 399 f. **Tese** (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TORREZ, M. Caminho dos Vales e das Águas – Oficial. **Youtube**, 13 out. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fz-63m0uGN4>>. Acesso em: 26/06/2022.

VALLE, K. Triângulo das Águas: Tramandaí, Imbé e Osório integradas por meio de um roteiro radical. **GZH**, 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2021/12/triangulo-das-aguas-tramandai-imbe-e-osorio-integradas-por-meio-de-um-roteiro-radical-ckxtcs7v6000u015pb1catysy.html>>. Acesso em: 26/06/2022.

V. J. **Entrevista VI**. [set. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (39 min.).

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

ZUANAZZI, P. T.; BARTELS, M. **Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS**. Porto Alegre: FEE, 2016. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/relatorios/estimativas-para-populacao-flutuante-do-litoral-norte-do-rs/>>. Acesso em: 28/04/2019.

## APÊNDICE A

(Roteiro de entrevistas para quem participou da formação do Caminho dos Vales e das Águas)

Bom dia! Boa tarde! Boa noite!

Hoje é [dd/mm/aaaa], agora são [HHMM]. Eu sou Christiano Mór Giongo, estudante de mestrado no Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, da UFRGS – Litoral, e estou iniciando uma entrevista com [NOME] como parte empírica da pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado que tem o nome provisório de: “Caminho dos Vales e das Águas: os primeiros laços na formação de um Cluster de Turismo”.

Informo que esta entrevista está sendo gravada. [nome], Você concorda com a gravação desta entrevista?

- 1) Você poderia me falar um pouco sobre a sua participação na criação do roteiro “Caminho dos Vales e das Águas”?
- 2) O que motivou a criação da rota?
- 3) Como mobilizar as pessoas para que elas se interessassem a participar?
- 4) Houve participação do setor privado na elaboração do arranjo?
- 5) Qual sua avaliação quanto à participação da iniciativa privada local nesta construção do roteiro?
- 6) Em sua avaliação, qual o motivo disso?
- 7) Houve participação do setor público na elaboração da rota?
- 8) Qual sua avaliação quanto à participação do setor público nesta construção do roteiro?
- 9) Em sua avaliação, qual o motivo disso?

- 10) Houve participação de universidades na elaboração do arranjo?
- 11) Qual sua avaliação quanto à participação das universidades local nesta construção do roteiro?
- 12) Em sua avaliação, qual o motivo disso?
- 13) Em sua avaliação, as organizações de todos os municípios participaram da mesma forma ou tiveram organizações de algum ou alguns municípios que tiveram maior participação?
- 14) Por que grande parte das reuniões ocorreram em Três Cachoeiras?
- 15) Você mudaria algo nas estratégias usadas até então para criação do roteiro?
- 16) Os agentes locais, fora do grupo de trabalho, conhecem o novo roteiro criado?
- 17) Existem desafios para criação do roteiro? Quais são?
- 18) E sobre o desafio de engajamento dos atores?
- 19) E os recursos?
- 20) Algo mais que gostaria de esclarecer ou que não tenhamos tratado ao longo de nossa conversa?

## APÊNDICE B

(Roteiro de entrevistas para quem não participou da formação do Caminho dos Vales e das Águas)

Bom dia! Boa tarde! Boa noite!

Hoje é **[dd/mm/aaaa]**, agora são **[HHMM]**. Eu sou Christiano Mór Giongo, estudante de mestrado no Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, da UFRGS – Litoral, e estou iniciando uma entrevista com **[NOME]** como parte empírica da pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado que tem o nome provisório de: “Caminho dos Vales e das Águas: os primeiros laços na formação de um Cluster de Turismo”.

Informo que esta entrevista está sendo gravada. **[nome]**, Você concorda com a gravação desta entrevista?

- 1) Poderia se apresentar?
- 2) Qual o papel do turismo no Litoral Norte gaúcho atualmente, na sua avaliação?
- 3) Qual o futuro do turismo no Litoral Norte gaúcho, em sua perspectiva? Quais as razões para isso?
- 4) Qual a relevância da interação entre os atores locais para a promoção do turismo local, na perspectiva (da organização X na qual o interlocutor faz parte/representa) e em sua perspectiva?
- 5) Quais os atores você destacaria como relevantes para a organização do turismo na região?
- 6) Você conhece o Caminho dos Vales e das Águas?
- 7) Os atores que se relacionam com você conhecem o novo arranjo criado? Você saberia dizer como eles vêem a criação desta rota?
- 8) Você teve alguma participação na criação do Caminho dos Vales e das Águas?
- 9) Você foi convidado(a) a participar do processo?
- 10) Qual a razão da não participação?
- 11) Este tipo de associação é relevante?

- 12) Haveria outro tipo de roteiro que seria relevante para alavancar o turismo na região?
- 13) Algo mais que gostaria de esclarecer ou que não tenhamos tratado ao longo de nossa conversa?